



Relatório de Gestão 2022

Ministério da Infraestrutura -
MInfra

Março 2023



Sumário

1. Visão geral organizacional e ambiente externo 04

1.1. Identificação, missão e visão	05
1.2. Ambiente externo	06
1.3. Estrutura organizacional	08
1.4. Estrutura de governança	11
1.5. Cadeia de Valor	13
1.6. Políticas e programas de governo	14
1.6.1 Política e planejamento	14
1.6.2 Principais programas do MInfra	16

2. Riscos, oportunidades e perspectivas 26

2.1. Gestão de riscos e controles internos	27
2.2. Principais ações do plano de integridade	28
2.3. Implementação da metodologia de gestão de riscos nos processos de trabalho	30
2.4. Atuação correcional	33

3. Governança, estratégia e desempenho 36

3.1. Estratégia	37
3.2. Apoio da estrutura de governança à capacidade de gerar valor	46
3.3. Resultados e desempenho da gestão	47
3.3.1. Resultados alcançados frente aos objetivos estratégicos e às prioridades da gestão	47
3.3.2. Resultados das principais áreas de atuação da UPC	77
3.3.2.1. Gestão orçamentária e financeira	77
3.3.2.2. Gestão de pessoas	85
3.3.2.3. Gestão de licitações e contratos	89
3.3.2.4. Gestão patrimonial e de infraestrutura predial	91
3.3.2.5. Gestão da tecnologia da informação	93
3.3.2.6. Sustentabilidade ambiental	102

4. Informações orçamentárias, financeiras e contábeis 103

4.1. Gestão contábil	104
4.2. Principais fatos contábeis relativos à atuação e à situação financeira da UPC	106
4.3. Normas legais e técnicas adotadas nas atividades orçamentárias, financeiras e contábeis da UPC	107
4.4. Informações dos Contadores da UPC	108
4.5. Demonstrações contábeis e notas explicativas	109

5. Anexos e apêndices 110

5.1. Lista de siglas e abreviações	111
------------------------------------	-----



Mensagem do Ministro

Renan Calheiros Filho

A nova estrutura do Ministério dos Transportes entrou em vigor em 1º de janeiro de 2023 com a publicação da Medida Provisória nº 1.154 que instituiu a nova estrutura básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. O Ministério da Infraestrutura, existente até 31/12/2022, foi desmembrado em Ministério dos Transportes (MT) e Ministério de Portos e Aeroportos (MPOR).

O Ministério dos Transportes foi indicado pelo TCU como órgão responsável pela apresentação das contas do Ministério da Infraestrutura (MInfra) de 2022, conforme lista atualizada e publicada no site daquela Corte de Contas, em 13 de março de 2023 (Portaria – TCU 49/2022).

O presente Relatório de Gestão, na forma de relatório integrado, é produto da construção coletiva dos servidores do Ministério da Infraestrutura e resultado do empenho dos órgãos específicos e singulares integrantes do Ministério.

A recorrente falta de recursos públicos a disposição do MInfra foi observada, também no ano de 2022, servindo de estímulo ainda maior para a continuidade do programa de concessões ao setor privado das rodovias, ferrovias, dos portos e aeroportos do Governo Federal.

Apesar dos desafios, o MInfra atuou nas ações previstas no planejamento estratégico para atingir os seus objetivos, dentre os quais a busca do equilíbrio da matriz de transportes, por meio da priorização de projetos mais sustentáveis, da redução dos custos logísticos, do incremento da competitividade e da modernização dos marcos legais dos setores de ferrovias, navegação e aéreo.

No que se refere ao Programa de Concessões, em 2022, foram transferidos à iniciativa privada 21 ativos que abrangem: 1 rodovia, 1 ferrovia, 3 arrendamentos portuários, 1 desestatização de Porto (Codesa) e 15 aeroportos.

Em 2022 foi aprovado pelo Congresso Nacional o novo marco legal da Cabotagem - BR do Mar - consubstanciado na Lei nº 14.301/2022, que tem por objetivo ampliar a oferta e melhorar a qualidade do transporte aquaviário entre os portos brasileiros. A profícua colaboração do Congresso Nacional na definição dos marcos legais é sempre digna de elevado apreço nessa relação institucional entre poderes.

A seleção dos temas mais relevantes para compor o Relatório foram aqueles que tiveram maior impacto para a sociedade, em termos de garantia da operação racional e segura dos transportes de bens e pessoas, alinhados aos objetivos estratégicos da Pasta.

Na gestão que se iniciou em janeiro de 2023, a infraestrutura de transportes e trânsito está sendo tratada como questão de Estado. Com Isso vamos retomar e concluir obras paradas, executar novas intervenções e buscar parcerias para atrair mais investimento privado, fazendo frente aos desafios impostos pelas restrições orçamentárias.

Por fim, ressaltamos que este Relatório de Gestão, além de traduzir a estratégia de atuação do Ministério da Infraestrutura no cumprimento das suas atribuições, apresenta esta prestação de contas à sociedade de maneira objetiva, fidedigna e transparente, conforme recomenda a Decisão Normativa TCU nº 198, de 23 de março de 2022.





Visão geral organizacional e ambiente externo



1.1 Identificação, missão e visão

O Ministério da Infraestrutura (MInfra) foi, até 31 de dezembro de 2022, o órgão central da Administração Pública Federal Direta responsável pela formulação, coordenação e supervisão das políticas nacionais de trânsito, do setor de portos e dos transportes rodoviário, ferroviário, aquaviário e aeroviário.

Dentre outras atribuições, destacam-se:

- (i) da participação no planejamento estratégico, no estabelecimento de diretrizes para sua implementação e na definição das prioridades dos programas de investimento em transportes;
- (ii) da elaboração ou aprovação dos planos de outorgas, na forma prevista em legislação específica; e
- (iii) da aviação civil e infraestruturas aeroportuária e de aeronáutica civil, em articulação, no que couber, com o Ministério da Defesa.

De forma geral, as competências do MInfra estão estabelecidas no art. 35 da Lei 13.844/2019, que estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios, e no art. 1º, Anexo I, do Decreto nº 10.788, de 06 de setembro de 2021, que trata da estrutura regimental e do quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança do Ministério.

Normas de criação, alteração e funcionamento da Pasta

O primeiro Órgão Público Federal responsável pela condução dos transportes no Brasil foi criado por ato do Imperador Dom Pedro II, por meio do **Decreto nº 1.067, de 27 de julho de 1860**, e foi denominado de **Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas**.

A **Lei nº 23, de 30 de outubro de 1891**, da República Federativa do Brasil, elevou o citado Órgão de Secretaria à condição de **Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas**.

O **Decreto nº 1.606, de 29 de dezembro de 1.906**, deu mais especificidade à Pasta retirando as atribuições relacionadas à indústria, mudando o nome para **Ministério da Viação e Obras Públicas**.

Sessenta anos depois, aproximadamente, a Pasta passou à designação de **Ministério dos Transportes** com a publicação do **Decreto Lei nº 200, de 25.02.1967**.

A **Lei nº 8.028, de 12.04.1990**, unificou as competências das áreas de Transportes, Minas e Energia, e Comunicações, criando o **Ministério da Infraestrutura**. (MINFRA).

A **Lei nº 8.422, de 13.05.1992**, separa a pasta de Minas e Energia e cria o **Ministério dos Transportes e Comunicações**.

A **Lei nº 8.490, de 19.11.1992**, recria o **Ministério dos Transportes**, sem as atribuições das comunicações, permanecendo com competências relacionadas à política nacional de portos e vias navegáveis e dos transportes rodoviário, ferroviário e aquaviário.

A **Lei nº 11.518, de 05.09.2007**, cria a Secretaria Especial de Portos – SEP/PR, separando as competências relativas aos portos marítimos do Ministério dos Transportes e repassando para a Secretaria de Portos.

A **Lei nº 12.815, de 05.06.2013**, novo marco regulatório dos portos, amplia a área de competência da Secretaria de Portos da Presidência da República, reduzindo as atribuições deste Ministério.

A **Lei nº 13.341, de 29.09.2016**, altera a Lei nº 10.683, de 28.05.2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios. Vários órgãos foram extintos, entre estes, a Secretaria de Portos e a Secretaria de Aviação Civil. Ambos passaram a integrar o Ministério dos Transportes, que agora se chama Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

A **Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019**, estabeleceu uma nova organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios, na qual foi criado o **Ministério da Infraestrutura**, integrando atribuições do extinto Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil e do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) do então Ministério das Cidades. No § 1º do art. 1º da Lei nº 13.844/2019, foi estabelecido que o detalhamento da organização dos órgãos de que trata essa Lei será definido nos decretos de estrutura regimental.

O decreto de estrutura organizacional do Ministério da Infraestrutura mais recente foi o **Decreto nº 10.788, de 6 de setembro de 2021**, retificado no DOU de 15.09.2021. Tal normativo é fruto de atualizações de vários decretos, todos revogados: Decreto nº 9.676, de 2 de janeiro de 2019; Decreto nº 9.684, de 14 de janeiro de 2019; e Decreto nº 10.368 de 22 de maio de 2020.

A principal alteração do aludido Decreto foi a transformação do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) em Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran), agora integrante da alta administração do Ministério da Infraestrutura, que terá uma estrutura mais robusta composta por três Departamentos: (i) Gestão da Política de Trânsito; (ii) Segurança no Trânsito; e (iii) Regulação e Fiscalização.

Em 1º de janeiro de 2023, a Medida Provisória nº 1.154/2023, a primeira do mandato do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, que instituiu a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios, desmembrou o Mlnfra em duas novas pastas: Ministério dos Transportes e Ministério de Portos e Aeroportos. Na mesma edição do DOU, foi publicado o Decreto nº 11.360/2023 que detalhou as funções e estruturas internas do Ministério dos Transportes.

MISSÃO, VISÃO E VALORES DO MINFRA

Quando da atualização do planejamento estratégico para o período de 2019 a 2022 e da elaboração do correspondente Mapa Estratégico - aprovado pelo Comitê Estratégico de Governança (CEG), - o Ministério da Infraestrutura instituiu sua nova missão, visão e atributos de valor.

Missão do Mlnfra

Proporcionar infraestrutura viária integrada e confiável para mobilidade segura e eficiente de pessoas e bens, com vistas ao aumento da competitividade nacional.

Visão do Mlnfra

Tornar-se líder da América Latina em infraestrutura de transportes.

Valores

Respeito a vida, eficiência logística, excelência institucional, responsabilidade socioambiental, planejamento integrado e integração territorial.

Portal da Estratégia



1.2 Ambiente externo

Os órgãos públicos e privados estão sujeitos a variáveis externas que podem abalar a performance das suas atividades e a forma como são planejadas. Essas variáveis podem ser econômicas, políticas, ambientais, tecnológicas, legais e sociais. Mudanças significativas no ambiente externo, que normalmente está fora do controle da organização, podem impactar significativamente a execução da estratégia desenhada.

Em 2022, a nova onda pandêmica oriunda das variantes da **Covid-19** foi o evento incerto e desfavorável a desafiar as instituições públicas do País. No setor de transporte, o Mlnfra atuou no aperfeiçoamento da gestão de transportes e logística.

Ressalte-se que os efeitos da epidemia, sem dúvida, trouxeram danos à economia brasileira, mas pôde trazer, também, oportunidades para determinados setores da economia, como o segmento de transportes de cargas pequenas e logística, que tiveram crescimento beneficiando-se do modelo remoto.

Os efeitos da **Covid-19** são diversificados e incluem desde impactos diretos na economia e empregos até efeitos indiretos de perdas de aprendizagem entre crianças que estão fora da escola. Os efeitos no capital humano ainda estão sendo acumulados à medida que menos crianças estão envolvidas em atividade educacionais.

Com o aumento do cenário epidemiológico da **Covid-19**, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) decidiu, em 22 de novembro de 2022, pelo retorno da obrigatoriedade do uso de máscaras em aeroportos e aeronaves. Importa registrar, que em agosto de 2022, o uso de máscara de proteção facial havia deixado de ser obrigatório em aeroportos e aviões.

Outro evento externo de impacto negativo para as atividades deste Ministério foi a guerra entre a Rússia e Ucrânia. O conflito impactou a economia mundial, com destaque para o aumento do preço do petróleo, dos fertilizantes e dos alimentos. Esse evento elevou a inflação no mundo todo e atingiu vários países. Isso deu-se devido a atuação expressiva dos países beligerantes em mercados fundamentais para atividades econômicas: o de alimentos (Ucrânia), o de fertilizantes e o de petróleo e gás (Rússia). A invasão da Ucrânia já é considerada o pior conflito em solo europeu desde a Segunda Guerra Mundial.

Os efeitos da guerra foram sentidos mais fortemente aqui que em outros países. Uma razão para isso está relacionada ao transporte. Cerca de 60% de toda a mercadoria transportada no Brasil depende do petróleo e gás. Isso significa que, além de provocar aumento no preço dos combustíveis, o conflito também encareceu os preços nas prateleira dos supermercados.

A economia brasileira começou o ano com o crescimento do valor dos alimentos. Em virtude disso o Banco Central aumentou a taxa de juros, o PIB decresceu e a crise fiscal deu sinais de grave desordem. O Governo agiu rapidamente com corte de recursos orçamentários a fim de cumprir a meta de resultado primário do ano.

Mesmo nesse cenário adverso, com crise de proporções globais e de extrema restrição fiscal, o Ministério da Infraestrutura prosseguiu no desempenho de suas competências de forma a contribuir para a superação dos obstáculos.

Durante esse período o foco do Ministério foi a segurança das operações com o fim de mitigar o risco de desabastecimento de insumos para o agronegócio e alimentos para a população brasileira.

No segundo semestre, a breve recuperação do crescimento econômico ocorreu devido ao reflexo das medidas de estímulo adotadas pelo Governo ao longo do ano eleitoral. Foram medidas não só de incentivo ao mercado, mas também no ambiente macroeconômico e marcos regulatórios, incluindo o mercado de trabalho. O efeito foi imediato, resultando em deflação de três meses seguidos.

Mas segundo a Economista Sílvia Matos, Coordenadora do Boletim Macro do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, a economia brasileira caminha para uma desaceleração na reta final deste ano, após o período marcado pelas eleições.

A tendência é que a guerra se estenda por muitos meses impactando negativamente a economia de todos os países. A previsão da (OCDE) – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico para 2023 é de um crescimento na economia global de 2,2%. Antes do conflito o índice era de 4,5%.

Em suma, entre os fatores externos, nacionais e internacionais, que impactaram direta ou indiretamente o desempenho das atividades do Ministério da Infraestrutura e a forma como foram planejadas, tiveram destaque as seguintes variáveis:



1.3 Estrutura organizacional

A Medida Provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019, convertida na Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, estabeleceu nova organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios, na qual foi criado o Ministério da Infraestrutura, integrando atribuições do extinto Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil e do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) do então Ministério das Cidades.

No § 1º do art. 1º da Lei nº 13.844/2019, foi estabelecido que o detalhamento da organização dos órgãos de que trata essa Lei será definido nos decretos de estrutura regimental.

O decreto de estrutura organizacional do Ministério da Infraestrutura mais recente é o **Decreto nº 10.788, de 6 de setembro de 2021**. Tal normativo é fruto de atualizações de vários decretos, todos revogados: Decreto nº 9.676, de 2 de janeiro de 2019; Decreto nº 9.684, de 14 de janeiro de 2019; e Decreto nº 10.368 de 22 de maio de 2020.

A principal alteração do novo Decreto foi a transformação do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) em Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran), agora integrante da alta administração do Ministério da Infraestrutura. Essa nova secretaria terá uma estrutura mais robusta composta por três Departamentos:

1. Gestão da Política de Trânsito;
2. Segurança no Trânsito;
3. Regulação e Fiscalização.

As atualizações dos decretos citados, inclusive do atual Decreto nº 10.788/2021, decorreram de aprimoramentos da organização, com vistas a melhorar o desempenho institucional de modo a garantir o alcance dos objetivos estabelecidos com foco na geração de valor para a sociedade, e tiveram como pressupostos:

1. A melhoria das condições de funcionamento a fim de obter melhor desempenho no exercício de suas competências institucionais;
2. O fortalecimento da capacidade institucional;
3. A mitigação dos riscos de sobreposição de competências identificados.

As responsabilidades do Ministério são compartilhadas com as suas entidades vinculadas, sendo algumas executoras (Dnit, Infraero, Companhias Docas, e Infra S.A. - resultado da fusão entre Valec e EPL) e outras regulatórias do setor (ANTT, Antaq e Anac), assim classificadas:

a) Autarquias:

1. Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit);
2. Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT);
3. Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq); e
4. Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

b) Empresas Públicas:

1. INFRAERO - Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária;
2. Companhia Docas do Pará (CDP);
3. Companhia Docas do Ceará (CDC);
4. Companhia Docas do Rio Grande do Norte (Codern);
5. Companhia das Docas do Estado da Bahia (Codeba);
6. Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ);
7. Autoridade Portuária de Santos S. A. (Santos *Port Authority* - SPA); e
8. Infra S.A. (Resultado da fusão da Valec e EPL)

A Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa) foi privatizada em leilão realizado em março de 2022.

A sessão pública do leilão para desestatização da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa) e a concessão pública dos Portos de Vitória e Barra do Riacho foram realizadas em 30 de março de 2022. O resultado do leilão foi de 106 milhões em outorga. Pelos próximos 35 anos, o investimento será de pelo menos R\$ 850 milhões, sendo R\$ 335 milhões na ampliação dos portos de Vitória e de Barra do Riacho.

No que se refere a incorporação da EPL pela Valec, foi publicado em maio de 2022 o Decreto nº 11.081 que autorizou tal incorporação. Em 30 de setembro do mesmo ano a EPL e Valec foram unificadas, dando origem a uma nova empresa estatal a Infra S.A.

A vocação da nova estatal será de fomentar o desenvolvimento e a inovação da infraestrutura e transporte e logística multimodal no Brasil de forma sustentável, abrangendo a realização de diagnóstico estudos e planejamento de infraestrutura multimodal para apoio da elaboração de políticas públicas e o desenvolvimento de modelagem de concessão de ativos.

Integram a estrutura básica do Ministério cinco Secretarias finalísticas:

9. Secretaria Nacional de Aviação Civil (SAC);
10. Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários (SNPTA);
11. Secretaria Nacional de Transportes Terrestres (SNTT);
12. Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias (SFPP); e
13. Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran).

e seis Conselhos/Comissão:

1. Conselho de Aviação Civil (Conac);
2. Conselho Nacional de Trânsito (Contran);
3. Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante (CDFMM);
4. Comissão Nacional das Autoridades Aeroportuárias (Conaero);
5. Comissão Nacional das Autoridades nos Portos (Conaportos); e
6. Comissão Nacional das Autoridades de Transportes Terrestres (Conatt).

O Ministro da Infraestrutura preside o Conselho de Aviação Civil (Conac) e o Conselho Nacional de Trânsito (Contran). O Conselho de Aviação Civil (CONAC) é órgão de assessoramento do Presidente da República para a formulação da política de ordenação da aviação civil. O Contran é órgão máximo normativo e consultivo do Sistema Nacional de Trânsito. Ele elabora as diretrizes da Política Nacional de Trânsito e coordena todos os órgãos do Sistema Nacional de Trânsito.

Por sua vez, o Ministério coordena os seguintes órgãos colegiados:

1. Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante (CDFMM);
2. Comissão Nacional das Autoridades dos Portos (Conaportos);
3. Comissão Nacional de Autoridades Aeroportuárias (Conaero); e
Comissão Nacional das Autoridades de Transportes Terrestres (Conatt).

O Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante – CDFMM é um órgão colegiado, de caráter deliberativo que tem por finalidade:

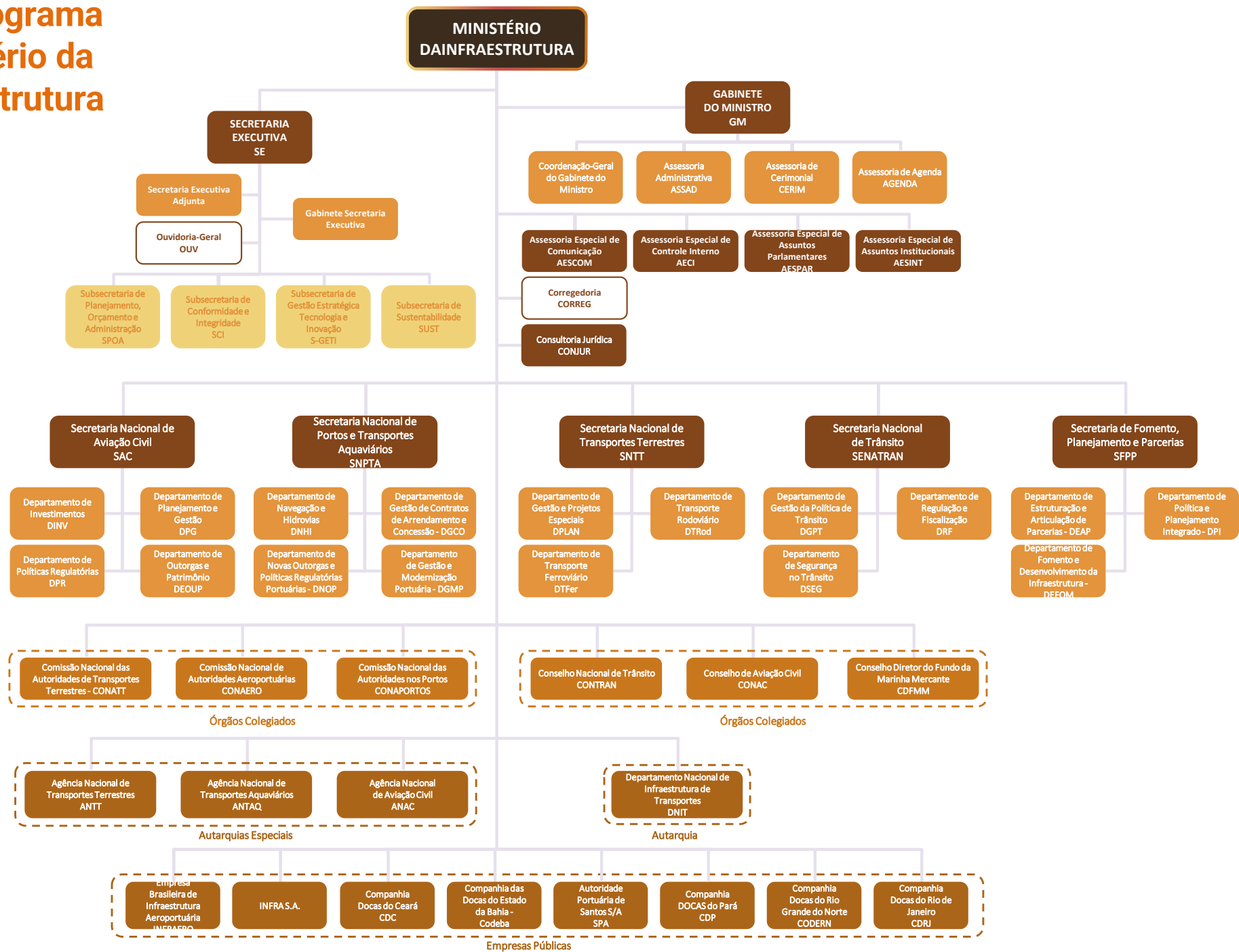
1. Supervisionar a arrecadação do Adicional de Frete da Marinha Mercante – AFRMM, a partilha e destinação do seu produto;
2. Deliberar sobre a aplicação dos recursos do Fundo da Marinha Mercante - FMM
3. Deliberar sobre a concessão de prioridade de apoio financeiro do FMM;
4. Definir critérios para liberação dos recursos financeiros das contas vinculadas.

A Comissão Nacional das Autoridades Aeroportuárias - Conaero, a Comissão Nacional das Autoridades nos Portos - CONAPORTOS e a Comissão Nacional das Autoridades de Transportes Terrestres - Conatt, são fóruns consultivos e deliberativos formados por órgãos do Governo Federal instituídos, no âmbito do Ministério da Infraestrutura, pelo Decreto nº 10.703, de 18 de maio de 2021, com a finalidade de propor, coordenar e avaliar medidas de eficiência relacionadas às atividades desempenhadas pelas entidades públicas nos aeroportos, nos portos e nas rodovias e ferrovias federais, respectivamente.

Cabe esclarecer que a Conaero já existia desde 15 de agosto de 2011, por força do Decreto nº 7.554, devidamente revogado pelo Decreto nº 10.703/2021, da mesma forma ocorreu com a CONAPORTOS criada pelo Decreto nº 7.861, de 6 de dezembro de 2012, também revogado pelo Decreto nº 10.703/2021.

A figura a seguir apresenta o organograma contendo as unidades da Alta Administração do Ministério da Infraestrutura de acordo com o Decreto nº 10.788, de 6 de setembro de 2021.

Organograma Ministério da Infraestrutura



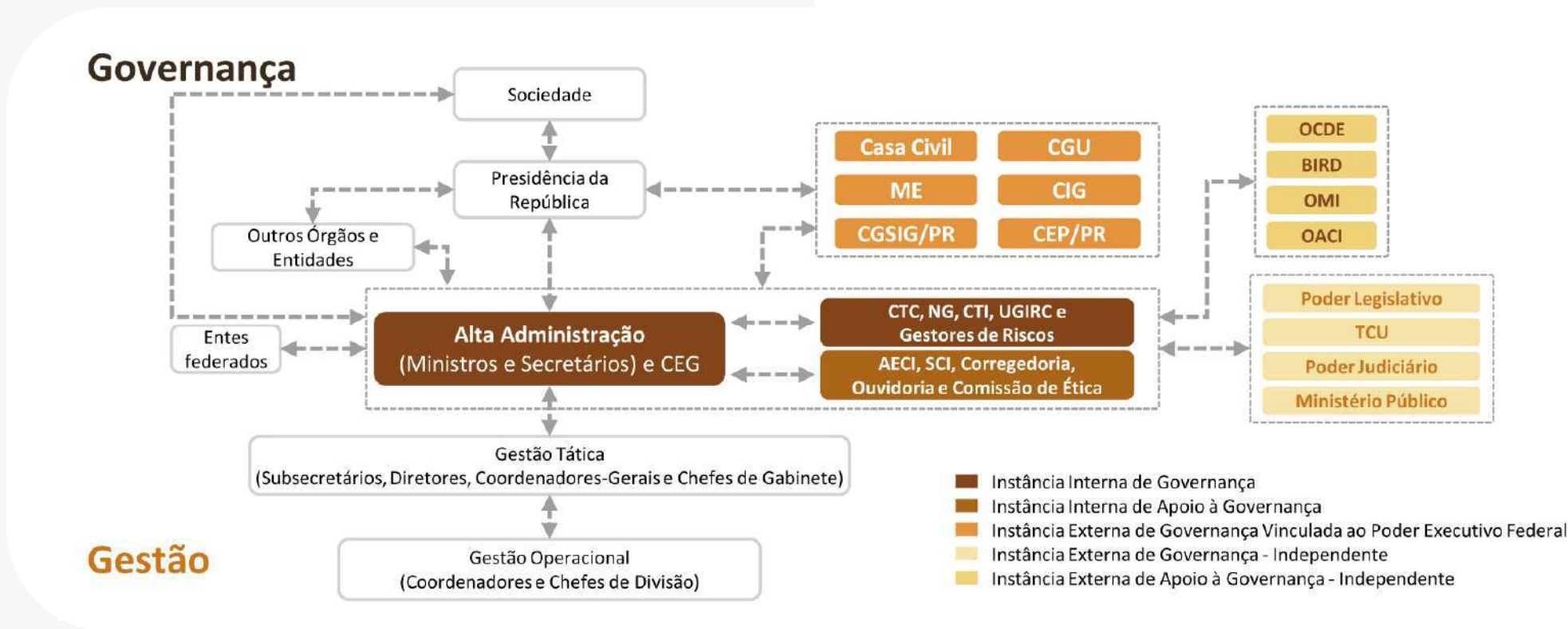
1.4 Estrutura de governança

Governança Pública é definida pelo Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, como o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução das políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.

Cada vez mais a sociedade tem demandado dos governantes racionalização dos gastos públicos, equilíbrio fiscal, estabilidade monetária e investimentos em infraestrutura, saúde, educação, mobilidade urbana, habitação e segurança. A boa governança nas organizações públicas contribui para a superação desses desafios.

São princípios da governança pública, conforme o art. 3º do Decreto 9.203/2017: capacidade de resposta; integridade; confiabilidade; melhoria regulatória; prestação de contas e responsabilidade; e transparência.

O modelo de governança Corporativa do Ministério da Infraestrutura, representado abaixo, apresenta os diversos atores envolvidos nas funções de governança e gestão e como eles se relacionam. Tem como base as referências de melhores práticas, incluindo o Referencial Básico de Governança do TCU, aplicável aos Órgãos e Entidades da Administração Pública Federal.



A figura a seguir esquematiza a interação das instâncias de governança do Mlnfra e com o os mecanismos de gestão de riscos, transparência, *accountability*, controles internos, integridade, entre outros, relacionam-se para garantir efetividade e amplitude à governança do órgão.



Figura 3 - Estrutura de Governança Mlnfra

São instâncias de Governança do Mlnfra, conforme o disposto na Portaria nº 55, de 25 de março de 2021, que dispõe sobre a Política de Governança da Pasta:

Comitê Estratégico de Governança - CEG/Mlnfra, composto pelo Ministro de Estado da Infraestrutura, pelo Secretário-Executivo, pelos titulares das Secretarias Finalísticas e das Subsecretarias vinculadas à Secretaria-Executiva. Atua como instância deliberativa, exercendo o papel de orientar, incentivar, apoiar, promover, supervisionar e recomendar as iniciativas e ações estratégicas de Governança

Comitê Técnico de Governança - CTG/Mlnfra, composto por representantes da Secretaria-Executiva, das Subsecretarias a ela vinculadas e das demais Secretarias Finalísticas, indicados por seus respectivos titulares. Trata-se de instância supervisora e propositiva, à qual compete estimular, disseminar, apoiar, avaliar e orientar as demais instâncias no cumprimento das determinações, recomendações e orientações emanadas pelo CEG, bem como propor e submeter, à instância deliberativa, ações, iniciativas e procedimentos referentes à Governança.

Comitê Técnico de Integridade - CTI/Mlnfra, composto pelo Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno, pelo Titular da Subsecretaria de Conformidade e Integridade, pelo Corregedor, pelo Ouvidor-Geral e pelo Presidente da Comissão de Ética. Trata-se de instância de suporte técnico às instâncias deliberativa (CEG), supervisora (CTG) e operacionais (UGIRC e Gestores de processos), com os seguintes papéis: prestar assessoria sobre as iniciativas e ações necessárias à Integridade e à Transparência. No tocante às instâncias operacionais, orientar, mapear, estimular e disseminar a forma de atuação e prevenção neste campo da Governança.

Núcleo de Governança - NG/Mlnfra, composto por servidores com conhecimentos em temas afetos à gestão, integridade, riscos e controles internos da gestão, vinculados à Secretaria Executiva, à Assessoria Especial de Controle Interno e à área responsável pelo Planejamento Estratégico. Também de suporte técnico, compete orientar todas as instâncias no campo da Gestão de Riscos e da melhoria constante dos mecanismos de Controle Interno.

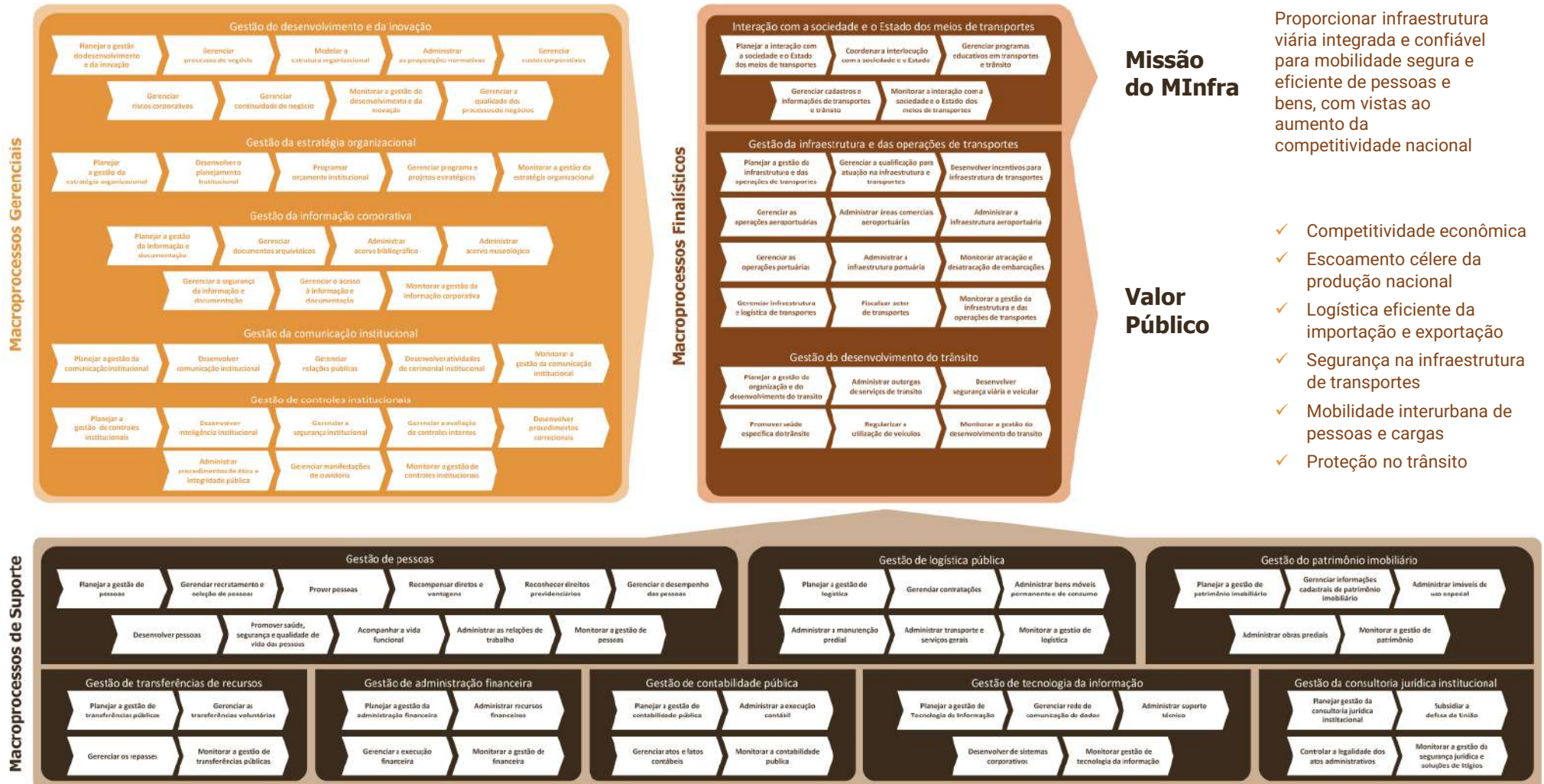
Unidades de Gestão, Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão - UGIRC/Mlnfra, compostas, em cada Secretaria e Subsecretaria do Ministério, pelo dirigente máximo e por servidores designados pelo titular da Unidade, com conhecimentos nos temas afetos à gestão, integridade, riscos e controles internos da gestão. São as instâncias de execução no nível operacional. A estas compete propor e apresentar iniciativas e ações de Governança às instâncias superiores e promover, adotar, identificar, mapear, gerir e executar as ações de Governança no tocante aos seus riscos, à melhoria constante dos mecanismos de controle interno, ao aperfeiçoamento da transparência e à integridade operacional.

Gestores de Processos de Gestão, que correspondem a todo e qualquer responsável pela execução de determinado processo de trabalho, inclusive sobre a gestão de riscos.

1.5 Cadeia de valor

A Subsecretaria de Gestão Estratégica, Tecnologia e Inovação concluiu, em 2020, o mapeamento da Cadeia de Valor Integrada (CVI) do Ministério da Infraestrutura, modelo estratégico que permite entender como os processos desenvolvidos na Pasta interagem entre si, a fim de cumprirem sua missão gerando valor à sociedade. Iniciada em junho de 2020, a construção da CVI foi elaborada a partir de entrevistas por videoconferência e reuniões com servidores das unidades finalísticas da Pasta e das entidades vinculadas.

O Mapeamento da Cadeia de Valor foi uma das ações decorrentes do Programa de Gestão Estratégica e Transformação do Estado (TransformaGOV), instituído pelo Decreto nº 10.382, de 28 de maio de 2020, que altera o Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019, estabelecendo medidas de eficiência organizacional para a modernização das estruturas regimentais e o aprimoramento da gestão estratégica nos órgãos integrantes da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.



1.6 Políticas e programas de governo

1.6.1 Política e planejamento

A Política Nacional de Transportes (PNT), instituída por meio da Portaria nº 235, de 28 de março de 2018, além dos princípios, objetivos e diretrizes para o transporte nacional, estabeleceu os instrumentos para sua implantação. Entre esses instrumentos está o Planejamento de Transportes.

A Portaria nº 123, de 21 de agosto de 2020, instituiu o Planejamento Integrado de Transportes (PIT), que contempla os subsistemas federais rodoviário, ferroviário, aquaviário e aeroaviário, e as ligações viárias e logísticas entre esses subsistemas e desses com os sistemas de viação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

O PIT é composto, em nível estratégico, pelo Plano Nacional de Logística (PNL) e, em nível tático, pelos Planos Setoriais específicos de cada modo de transporte (Plano Setorial Terrestre, Plano Setorial Portuário, Plano Setorial Hidroviário e Plano Aeroaviário Nacional), pelo Plano Geral de Parcerias e, conforme Portaria nº 792, de 1º de julho de 2021, pelo Plano Geral de Ações Públicas.

O PNL 2035 aporta a visão estratégica ao Planejamento Integrado de Transporte, por meio da identificação de necessidades e oportunidades, presentes e futuras, de oferta de capacidade dos subsistemas de transporte, servindo de referencial para os planos setoriais. O PNL 2035 foi desenvolvido numa parceria entre o DPI e a EPL (atual Infra SA), tendo sido aprovado pelo Comitê Estratégico de Governança do MInfra, por meio da Resolução CEG nº 6/2021, sendo aprovado também pelo Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos- CPPI, por meio da Resolução CPPI Nº 211, de 16 de dezembro de 2021.

Nessa perspectiva, os Planos Setoriais elaborados pela Infra S.A. (fusão das empresas Valec e EPL) fazem a conexão entre o PNL e as ações do Ministério da Infraestrutura (MInfra), indicando as iniciativas que deverão ser estudadas em detalhe, seja para execução com recursos públicos ou por meio de parceria com a iniciativa privada.

No que se refere ao planejamento de transporte, consta do Plano Plurianual 2020 - 2023 três programas temáticos com seus respectivos objetivos e metas: aviação civil; transporte aquaviário e transporte terrestre e trânsito. Informações sobre os atributos dos programas estão disponíveis no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP). Neste Relatório será divulgado no subitem 3.3.1 - Os resultados alcançados desses programas frente aos objetivos estratégicos e às prioridades da gestão.



Plano Setorial de Transportes Terrestres

O Plano Setorial de Transportes Terrestres – PSTT configura-se como o instrumento de planejamento tático para os subsistemas federais de transportes terrestres (rodoviário e ferroviário), constituindo-se em uma peça política integrante do sistema encadeado de instrumentos no âmbito do Planejamento Integrado de Transportes – PIT, instituído pela Portaria nº 123, de 21 de agosto de 2020.

Nessa condição, e à luz dos desenvolvimentos técnicos, conceituais e metodológicos voltados à definição dos objetivos, diretrizes, iniciativas, metas e indicadores setoriais, bem como à constituição de uma rede semântica e ao desenvolvimento e aplicação de uma metodologia de classificação, análise de pré- viabilidade e priorização das ações (empreendimentos e iniciativas) setoriais, propôs-se, ao longo de 2022, a constituição de um Plano de Ações para o planejamento tático dos modos de transportes terrestres, de modo que, no último trimestre, foram realizadas as seguintes etapas:

- Validação final dos dados e informações das iniciativas e dos investimentos em empreendimentos de transportes terrestres, para fins de composição da carteira de análise e simulação (prognósticos) dos cenários de oferta;
- Análise das contribuições advindas do processo de participação social (Tomada de Subsídios) no âmbito da avaliação das diretrizes e premissas metodológicas empregadas no desenvolvimento do plano setorial;
- Compatibilização, no que compete ao escopo do PSTT, dos resultados provenientes do estudo “*Desenvolvimento de um Plano Estratégico e Sustentável de Infraestrutura de Transportes e Logística*”, em desenvolvimento por um consórcio contratado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e coordenado pela Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias (SFPP), para a elaboração do Plano Setorial de Parcerias – Modo Rodoviário;
- Tratativas de compatibilização do Plano Setorial com o Plano de Desenvolvimento do Transporte Ferroviário de Passageiros – PDTFP;
- Análise preliminar da minuta do Relatório Final do Plano Setorial de Transportes Terrestres, com vistas a submissão do produto ao Comitê Estratégico de Governança – CEG, instituído pela Portaria nº 2.873, de 28 de junho de 2019, para fins de posterior submissão ao processo de legitimação social (Consulta Pública).

Vale ressaltar que as atividades técnicas e produtos estão sendo desenvolvidos a partir de uma cooperação entre a Secretaria Nacional de Transportes Terrestres – SNTT e a Diretoria de Planejamento da Infra S.A. segundo esforços de compatibilização, concatenação e integração das ações, considerando as especificidades, entre os distintos planos setoriais táticos.

Programa de Modernização de Rodovias Federais

Em 2021, foi editado o Decreto nº 10.648 instituindo a política de modernização da infraestrutura federal de transporte rodoviário bem como a Portaria nº 512/2021, instituindo no âmbito do Ministério da Infraestrutura - MInfra e de suas vinculadas, o Programa de Modernização das Rodovias Federais, o inov@BR.

O Programa baseia-se em 3 eixos de atuação, quais sejam, segurança viária, fluidez e tecnologia, objetivando elevar o padrão de segurança nas rodovias federais, melhorar a fluidez das vias, proporcionando eficiência logística, modernizar as principais rodovias federais e aprimorar processos, procedimentos, instrumentos regulatórios e recursos técnicos.

Pilares



Segurança Viária



Fluidez



Tecnologia

O inov@BR está em fase de implementação e no primeiro semestre de 2022, foram definidas as possíveis iniciativas do Programa junto ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – (Dnit), Agência Nacional de Transportes Terrestres – (Antt) e Concessionárias.

Dentre essas iniciativas, 09 (nove) foram validadas e receberam a certificação do selo inov@BR, concedidos pelo MInfra: Contratação do Irap para rodovias do Dnit; Publicação da Portaria MCOM 4.732/2022 – Estabelece as diretrizes gerais e os quesitos necessários para o Serviço de Radiovias; Autorização para execução do Serviço de Radiovias para CCR Nova Dutra; Certificação de Pontos de Parada de Descanso – PPDs; Implementação de Sistemas Multi-Lane Free Flow, Ponte Rio-Niterói; Publicação da Portaria MInfra 1.228/2022 – Procedimentos para solicitação e operacionalização do Serviço de Radiovias; RDT – Desenvolvimento de metodologia computacional par automação de postos de pesagem veicular (Autoscale) na rodovia BR-050/MG/GO; Instalação de Carregadores para veículos elétricos e híbridos nas rodovias BR-050/GO/MG e BR-364/365/GO/MG.

Política Nacional do Transporte Ferroviário de Passageiros

No primeiro semestre de 2022, foi concluída a proposta de instrumento legislativa com o objetivo de instruir a Política Nacional do Transporte Ferroviário de Passageiros – PNTFP. Todavia após avaliação da proposta pela alta gestão do MInfra decidiu-se pela alteração do instrumento proposto em nível de lei para o nível de decreto. Nesse sentido, foi finalizada a análise de impacto regulatório e encontra-se na Consultoria Jurídica a análise da minuta de Decreto.



Nada obstante a alteração do instrumento legislativo que instituirá a política pública específica para o transporte ferroviário de passageiros na malha federal sob responsabilidade do MInfra, houve avanços nos instrumentos de implementação da mesma. Merecendo destaque o Plano de Desenvolvimento para o Transporte Ferroviário de Passageiros, cuja proposta foi concluída em setembro/2022, que contempla aproximadamente 6050 km de extensão da malha ferroviária federal existente e 1085km de trechos novos a serem estudados com vistas a sua implantação em parceria com a iniciativa privada.

1.6.2 Principais Programas do MInfra

Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico (CIDE-combustível)

A CIDE-combustível, instituída pela Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, incide sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível. A União repassa aos Estados e ao Distrito Federal parte dos recursos arrecadados, conforme percentual de distribuição calculado pelo Tribunal de Conta da União, para serem aplicados, obrigatoriamente, no financiamento de programas de infraestrutura de transportes dos respectivos Estados e DF.



Nesse sentido, o papel do MInfra em relação a CIDE-combustível é verificar a conformidade do programa de trabalho proposto por cada uma das 27 unidades da federação, o qual contém a descrição dos projetos de infraestrutura de transportes, os respectivos custos unitários e totais e os cronogramas financeiros correlatos, visando a utilização em programas de infraestrutura de transportes dos recursos, em percentual definido pelo TCU, destinados a cada ente da federação.

Transporte Rodoviário de Cargas

No período de janeiro a dezembro de 2022, os recursos repassados pelo Governo Federal às 27 Unidades da Federação foram de R\$ 520.396.106,79 para serem utilizados em programas de trabalho, em empreendimentos que atendam ao Planejamento Integrado de Transportes. Dentre os investimentos realizados, foram contemplados projetos e obras de construção, restauração, duplicação e conservação de grandes extensões de trechos rodoviários estaduais, além de outras modalidades que possuem ligação com o sistema rodoviário federal, com corredores logísticos estratégicos ou atendem a ligações intermodais.

Cabe registrar que, de janeiro a dezembro de 2022, foram encerrados e arquivados os processos relativos ao Relatórios Anuais Demonstrativos de Execução Orçamentária e Financeira da CIDE – RADEOFs do ano de 2021 de todas as 27 Unidades da Federação, bem como aprovadas as Alterações do Programas de trabalho de 2022 solicitadas pelos Estados de Alagoas, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Rondônia.

Também foi concluída a etapa de automação do sistema da CIDE Combustíveis na fase de Informar e Aprovar os Programas de Trabalho para 2023. Assim, todas as 27 Unidades da Federação apresentaram seus Programas de Trabalho para 2023 no mês de outubro de 2022, os quais foram publicados no DOU, na data de 22/12/2022 – Portaria nº 1.604, de 08/12/2022, seção 1, páginas 149 a 153.

Medida Provisória nº 82

A lei nº 13.298, de 20 de junho de 2016, determinou à União a reincorporação de 10.007 km de rodovias federais que tinham sido transferidas pela Medida Provisória nº 82 (MP 82/02). Deste total de 10.007 Km, restam a ser reincorporada apenas a extensão de 215,3 km referente à malha rodoviária do Estado do Piauí e assim, finalizar o processo de reincorporação das rodovias estaduais à malha federal.

No último trimestre do ano de 2022, prosseguiram sendo sentidos os resultados das medidas adotadas visando à redução dos preços dos combustíveis no mercado doméstico, consubstanciadas, especialmente, na Lei Complementar (LCP) nº 194 de 2022, a qual determinou, entre outros, que a base de cálculo do ICMS do diesel seria a média móvel dos preços ao consumidor praticados nos últimos 60 meses anteriores à sua fixação; assim como zerou os tributos federais (PIS/Pasep, Cofins e Cide) sobre gasolina e etanol até 31 de dezembro de 2022. Esta alteração propiciou significativa melhoria na formação dos custos incorridos na realização do serviço de transporte rodoviário de cargas, que vinha, durante todo o primeiro semestre, sendo submetido a pressões em suas margens operacionais que comprometiam a sustentabilidade dos negócios.

Até este mês de Dezembro de 2022 terá vigência, também, o Benefício Emergencial em favor dos Transportadores Autônomos de Cargas (TAC) para enfrentamento do estado de emergência decorrente da elevação extraordinária e imprevisível dos preços do petróleo, combustíveis e seus derivados, e dos impactos sociais deles decorrentes, instituído pela Emenda Constitucional nº 123, de 14 de julho de 2022. O Benefício Caminhoneiro-TAC previu o pagamento de seis parcelas mensais, no valor de R\$ 1.000,00 (cada), observado o limite global de recursos.

Como resultado das ações para fomentar o número de Pontos de Parada e Descanso-PPD adotadas durante o ano de 2022, encontra-se plenamente disponível a ferramenta digital em que os estabelecimentos interessados podem manifestar seu interesse em se tornar um PPD. O número desses importantes equipamentos disponibilizados aos caminhoneiros atingiu 139 unidades em dezembro de 2022, em todas as regiões do País, havendo vários outros PPD em fase de certificação.

Seguem em evolução as funcionalidades do aplicativo InfraBR, no qual é possível se obter as versões digitais da CNH e do CRLV, efetuar o cálculo atualizado dos pisos mínimos de frete, acessar as contribuições feitas em nome do autônomo junto ao INSS e acessar serviços de entidades parceiras, a exemplo do Sest/Senat.

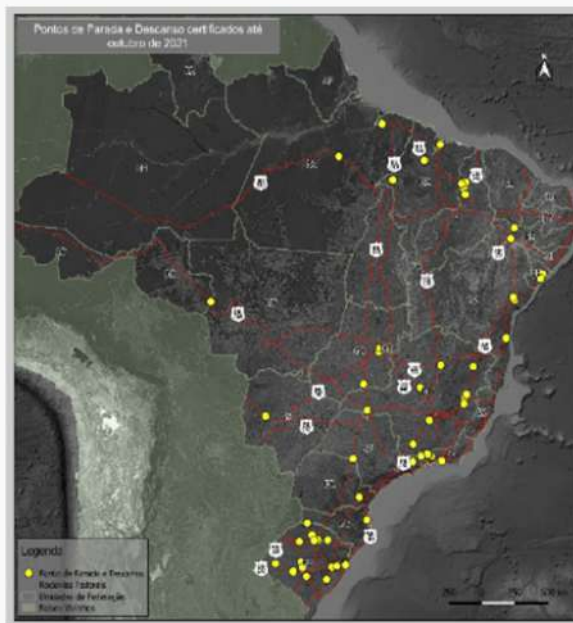
Ademais, ressalta-se que o Ministério da Infraestrutura segue firmemente engajado na busca da superação de entraves atualmente vivenciados pelos transportadores rodoviários de cargas na contratação de seguros, assim como em favor da viabilização da contratação direta do TAC, sem intermediários.



Campanha publicitária do Ministério da Infraestrutura para captação de mais empresários para se tornarem Pontos de Parada e Descanso - PPDs



Certificação de **37 PPDs** em 2022, totalizando **139 PPD's** em diversas regiões do Brasil.



SUSTENTABILIDADE

Atividades da Subsecretaria de Sustentabilidade

Comitê de territórios e sustentabilidade

A Portaria nº 28, de 22 de junho de 2022, institui e amplia o Comitê de Territórios e Sustentabilidade (CTS), formado por representantes de todas as áreas do Ministério, além de suas vinculadas, para discutir temas afetos a sustentabilidade, mudança do clima, gestão territorial, licenciamento ambiental, entre outros.

APOIO DA SUST

O apoio, a gestão e o acompanhamento das políticas, planos, programas e ações referentes ao atendimento às Diretrizes de Sustentabilidade do Ministério da Infraestrutura é realizado pela Subsecretaria de Sustentabilidade (SUST) junto a todas as unidades do Ministério e entidades vinculadas, incluindo o desenvolvimento de normativos, estruturação de projetos, realização de capacitações, propostas de aprimoramento dos procedimentos de licenciamento e regularização ambiental e gestão dos assuntos afetos à temática socioambiental, de mudança do clima e territorial.

Agenda de sustentabilidade 2023-2026

Publicada a Portaria nº 1.441, de 24 de outubro de 2022, que institui a Agenda de Sustentabilidade do Ministério da Infraestrutura para o período de 2023-2026. Ela foi elaborada a partir de oficinas técnicas com participação de todas as áreas do MInfra, definindo-se 29 linhas de ação para o período proposto.

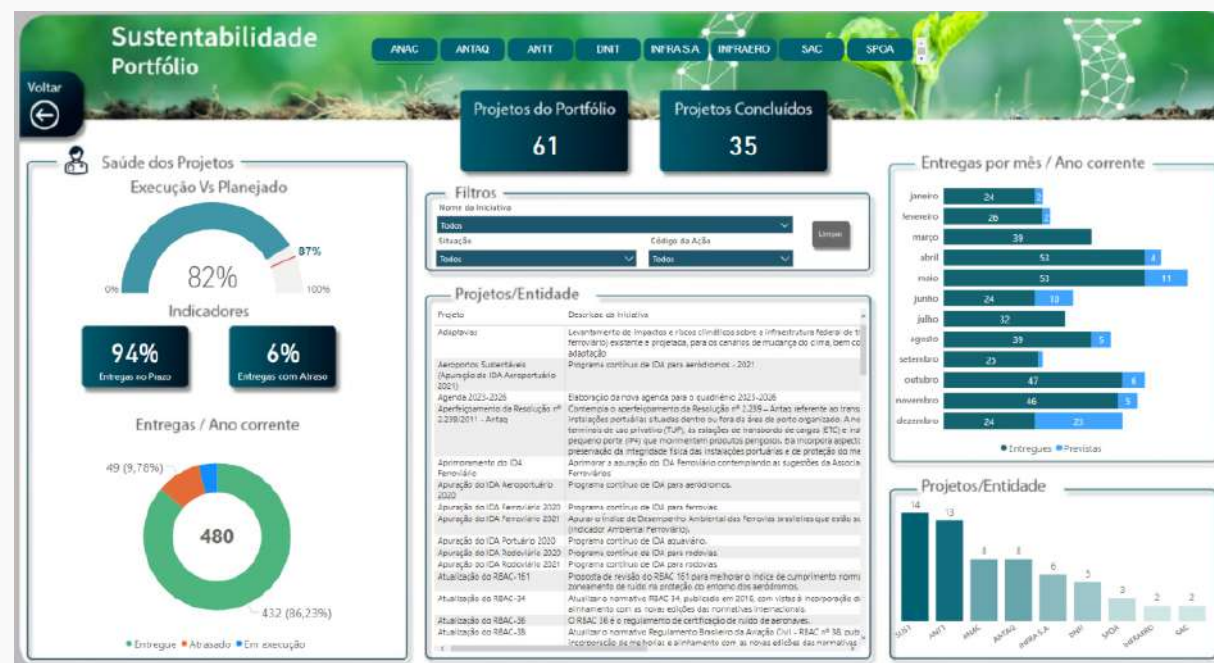
Agenda de sustentabilidade 2020-2022

A Agenda de Sustentabilidade tem caráter operativo e com atualização periódica. Sua execução é um esforço contínuo do Mlnfra e suas entidades vinculadas. Os resultados atingidos incluem o desenvolvimento de infraestruturas de transportes sustentáveis. A Agenda de Sustentabilidade 2020-2022, originalmente, definiu 120 iniciativas divididas em 15 linhas de ações e em 51 ações. Atualmente são 159 iniciativas.

O Portfólio de Projetos da Agenda 2020-2022 é composto por 61 iniciativas executadas pela Anac, Antaq, ANTT, Dnit, EPL, Infraero, InfraSA, Secretaria de Aviação Civil (SAC), Subsecretaria de Sustentabilidade (SUST), Secretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA) e Secretaria de Fomento, Planejamento e Parceira (SFPP), sendo que 35 já estão concluídas, 16 estão em execução, 6 foram suspensas ou paralisadas e 4 foram canceladas.

O monitoramento das iniciativas está contemplado na Agenda de Sustentabilidade, que estabelece reuniões periódicas, elaboração de relatório anual de acompanhamento, estruturação de iniciativas em projetos e inclusão dos projetos no ambiente da Central de Projetos do Mlnfra, onde também são realizadas as análises críticas mensalmente.

Foi desenvolvido o Painel Eletrônico da Agenda de Sustentabilidade, que permite aos gerentes de projeto acompanhar a evolução de suas iniciativas e da entidade que representa.





ELETROMOBILIDADE

Participação da SUST e da SNTT nas reuniões periódicas da Plataforma Nacional de Mobilidade Elétrica, ambiente que conta com a participação de representantes de todas as áreas da sociedade com o intuito de discutir os caminhos para a eletrificação de veículos automotores e transporte rodoviário de longas distâncias e a descarbonização do setor.

VIA VIVA 2022

Organização do Seminário Socioambiental em Infraestrutura de Transportes – Via Viva, que foi realizado nos dias 22 e 23 de novembro, no formato híbrido. O tema escolhido para 2022 foi “Na Rota ESG: Oportunidades para o Setor de Infraestrutura de Transportes”. Houve a publicação do Livro Via Viva 2022, que compilou 7 (sete) artigos selecionados que abordaram o tema do seminário. Também foram realizados dois Side Event nas temáticas de Sustainable Aviation Fuels (SAF) e Hidrogênio Verde (H2) em parceria com a Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH.

ADAPTAVIAS

O projeto AdaptaVias, desenvolvido em conjunto com a GIZ e o consórcio GITEC e COPPE/UFRJ, está em fase final, com a elaboração da análise de risco climático das infraestruturas de transportes terrestres, rodovias e ferrovias, a apresentação de medidas de adaptação que podem ser usadas e elaboração de sumário executivo, que passará por adequação de layout para sua publicação. Também já foi iniciada a fase de transferências dos dados para a plataforma AdaptaBrasil/MCTI.

LICENCIAMENTO AMBIENTAL

A SUST atua de forma proativa em relação aos desafios encontrados no licenciamento ambiental de empreendimentos de infraestrutura de transportes. O trabalho inclui uma contínua busca pela aproximação e parceria com os órgãos licenciadores para dar celeridade a este processo tão complexo e importante à implementação de uma infraestrutura de transporte sustentável. Algumas entregas do período:

- Publicação dos Manuais de Licenciamento Ambiental de Aeroportos e de Portos;
- Padronização, junto ao Dnit e à Funai, do conteúdo mínimo de programas ambientais referentes ao componente indígena em obras de instalação ou duplicação de rodovias;
- Reuniões periódicas com os órgãos licenciadores e intervenientes para acompanhamento do licenciamento ambiental de empreendimentos estratégicos;
- Atuação institucional para articular a emissão de mais de 20 licenças e outras autorizações ambientais de empreendimentos prioritários;
- Realização de vistorias em empreendimentos estratégicos, incluindo a participação na Supervisão Ministerial.

PARCERIA COM UNIVERSIDADES

Parcerias com o Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU/USP) e com Faculdade Mackenzie, sendo oferecida, no primeiro semestre de 2022, a disciplina de pós-graduação “Planejamento e Infraestrutura em Diferentes Escalas: Políticas Climáticas e Estratégias para Combate das Vulnerabilidades Territoriais”.

No total, 68 alunos participaram da disciplina, sendo 18 servidores na categoria de alunos especiais e ouvintes de Secretarias do Mlnfra, como a SNTPA, Senatran, SNTT, SAC, SFPP e das entidades vinculadas à pasta, como a Infraero e o Dnit. O curso abordou a mudança do clima, a governança territorial e sua interface com a infraestrutura de transportes.

Além da disciplina, o Mlnfra (SUST/SE) formalizou Acordo de Cooperação Técnica a Universidade de São Paulo (IAU/USP) de modo a fomentar a troca de experiência entre academia e Mlnfra em temas relacionados a mudança do clima e infraestrutura de transportes.

PESQUISA & DESENVOLVIMENTO

A SUST conclui e publicou o Manual PD&I - Sustentabilidade e Mudança do Clima na Infraestrutura de Transportes de acesso a verbas de pesquisa e desenvolvimento para sustentabilidade e mudança do clima, visando orientar o acesso aos recursos ou verbas do FMM (Fundo da Marinha Mercante), FNAC (Fundo Nacional da Aviação Civil) e RdT (Recursos de Desenvolvimento Tecnológico), para pesquisas e desenvolvimento tecnológico visando às questões de sustentabilidade da infraestrutura e adaptação à mudança do clima.

PLANO BÁSICO AMBIENTAL DO COMPONENTE INDÍGENA

Para garantir o atendimento às necessidades das comunidades indígenas impactadas pela instalação de rodovias, além de aumentar a previsibilidade e a eficiência na assinatura de contratos, o conteúdo mínimo dos programas ambientais do componente indígena desses empreendimentos foi padronizado.

DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES

O evento Diálogos Interdisciplinares, ocorrido no dia 25/10/2022, buscou incentivar a disseminação de conhecimento por especialistas nas áreas de sustentabilidade, em uma linguagem clara, atual, científica e ancorada nas melhores práticas socioambientais no âmbito do setor de infraestrutura de transportes e trânsito. Além disso, o evento agrega sessões com entregas importantes para o MInfra que se relacionam ao fomento da sustentabilidade e demais temas correlatos.

CURSO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL FEDERAL DE EMPREENDIMENTOS DE INFRAESTRUTURA

Em fase final de elaboração, este curso tem como objetivo capacitar servidores públicos e outros interessados no tema quanto aos procedimentos e exigências dos processos de licenciamento ambiental federal com foco em empreendimentos de infraestrutura de transportes. Serão tratadas tanto a legislação geral quanto a específica, além de elementos técnicos dos estudos e programas ambientais exigidos.

O curso será online e assíncrono e estará disponível na Escola Virtual de Governo.

CURSO: MUDANÇA DO CLIMA E GESTÃO DE RISCO CLIMÁTICO: CONCEITOS FUNDAMENTAIS

Busca levar capacitação de servidores públicos e outros interessados no tema quanto aos principais conceitos relacionados às mudanças do clima, bem como as principais ações que podem ser realizadas para evitar a intensificação da emissão dos gases do efeito estufa (GEE) bem como ações que podem ser realizadas para mitigar os riscos e impactos das alterações climáticas. Desenvolvido em parceria com a Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH.

O curso é online e assíncrono e está disponível na Escola Virtual de Governo (<<https://www.escolavirtual.gov.br/>>).

CURSO: RESILIÊNCIA CLIMÁTICA NA INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

Busca levar capacitação de servidores públicos e outros interessados no tema quanto aos principais conceitos relacionados às questões de adaptação da infraestrutura de transportes, de forma que as mesmas se tornem mais resilientes aos eventos climáticos extremos. Desenvolvido em parceria com a Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH.

O curso é online e assíncrono e está disponível na Escola Virtual de Governo (<<https://www.escolavirtual.gov.br/>>).

Ações, Iniciativas e Apoio

Várias ações, iniciativas e estudos foram desenvolvidos pela Subsecretaria de Sustentabilidade relacionados à adaptação, à mudança do clima e ao comprometimento socioambiental dos empreendimentos de infraestrutura de transportes.

- **Programa MInfra ID²EAL:** O Programa foi estruturado, em parceria com a Spoa, sobre os pilares ASG (Ambiental, Social e de Governança) de modo transversal a ser adotado no âmbito do Ministério da Infraestrutura e de suas entidades vinculadas de forma gradativa. O nome é um acrônimo das palavras: Igualdade, Diversidade, Direitos Humanos, Equidade, Ação Social e Liderança. Está em análise pela CONJUR a Política de Responsabilidade Social do MInfra, bem como o Acordo de Cooperação Técnica a ser firmado entre o MInfra e o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos;
- **Apoio em projetos de concessão:** Interlocução institucional e apoio técnico na estruturação dos aspectos socioambientais e territoriais em projetos de concessão.
- **Programa Frota Ferroviária Verde:** Foi publicada a Portaria nº 1.324, de 29 de setembro de 2022, que institui, no âmbito do Ministério da Infraestrutura, o Programa Frota Ferroviária Verde, que visa promover o incremento da sustentabilidade do material rodante no âmbito das concessões e autorizações ferroviárias federais.
- **Programa Rodoviário BR Verde:** Foi publicada Portaria Interministerial n. 4, de 02 de dezembro de 2022, que dispõe sobre o Programa Rodoviário BR Verde, que visa qualificar os empreendimentos rodoviários que implementem as melhores práticas de sustentabilidade, de mitigação e de adaptação à mudança do clima e de segurança viária.
- **Manual de Licenciamento Ambiental de Aeroportos:** Tem o objetivo de facilitar o acesso à informação e orientar empreendedores e tomadores de decisão quanto aos trâmites a serem seguidos ao longo do licenciamento ambiental de empreendimentos aeroportuários.
- **Manual de Licenciamento Ambiental de Portos:** No mesmo sentido do manual acima, tem o objetivo de facilitar o acesso à informação e orientar empreendedores e tomadores de decisão quanto aos trâmites a serem seguidos ao longo do licenciamento ambiental de empreendimentos portuários.
- **Termo de Referência para EIA/Rima de Portos Costeiros:** Para otimizar o trabalho dos empreendedores e agilizar o protocolo de documentos necessários ao licenciamento ambiental, com base em documentos já aprovados pelo Ibama, foi construída uma minuta de Termo de Referência para elaboração de EIA/Rima de portos costeiros.
- **Índice de Desempenho Ambiental – IDA:** A apuração dos resultados dos Índices de Desempenho Ambiental (IDA) em cada modo de transportes pelas Agências Reguladoras está no terceiro ano e objetiva apresentar a evolução qualitativa e o comprometimento socioambiental do setor, servindo de parâmetro para avaliação da eficiência, das boas práticas e da qualidade da gestão socioambiental nos empreendimentos de infraestrutura de transportes.

INTEGRIDADE

Programas da Subsecretaria de Conformidade e Integridade - SC

Objetivo

Realizações de prevenção a fraudes e apurações preliminares relacionadas a situações de:

Corrupção

Conflito de interesse

Nepotismo

Enriquecimento ilícito

Outras irregularidades

promovendo ambiente de **integridade institucional**

Encaminhamento de denúncias

Apuradas **265 denúncias**, encaminhadas às seguintes instituições:

Polícia Federal

Polícias Cíveis Estaduais

CGU

Ministério Público Federal e Estadual

TCU, PRF, Receita Federal e outros

Fórum - Boas Práticas de Governança e Integridade:

Promovendo aperfeiçoamento técnico e melhores práticas ligadas às temáticas de Integridade, Riscos e Controles Internos, Governança e Recursos Humanos

Supervisões Ministeriais realizadas - Biênio 2022/2023:

INFRAERO	CDC
CDRJ	CODEBA
SPA	CODERN
CDP	

Denúncias encaminhadas à PF ensejou a Operação:

Livre Fluxo
Investigou crimes contra servidor e ex-servidores comissionados da ANTT



Inscrições SELO Fomento Infra+ Integridade

Premiou 9 empresas comprometidas com:

INFRA+
INTEGRIDADE

Transparência



Conformidade



Responsabilidade social



Sustentabilidade

Prevenção contra fraude e corrupção



523

Análises de Integridade

Executadas no âmbito de processos para nomeação a cargos em comissão e funções de confiança no Ministério e suas vinculadas:



OUVIDORIA

Atividades da Ouvidoria

Implantação do módulo de triagem e tratamento da Plataforma

Fala.BR

- Em cumprimento à recomendação do Art. 19, § 1º, da Portaria CGU nº 581/2021, o serviço de atendimento da Ouvidoria-Geral deixou de utilizar a plataforma SEI como apoio para o tratamento de demandas, passando a utilizar exclusivamente o Fala.BR - Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação, a fim de mitigar riscos à segurança e à rastreabilidade das manifestações.
- O módulo está 100% implantado no MInfra, contemplando as manifestações de ouvidoria e denúncias.
- A implantação do módulo junto às unidades do MInfra resultou na redução do tempo médio de resposta aos cidadãos de 13 para 4 dias.

Novo ChatBot Mauá

- Implantada nova versão do atendente virtual do MInfra, desenvolvida em parceria com a Subsecretaria de Gestão Estratégica – SGETI, com mais funcionalidades, para proporcionar serviços cada vez melhores para os usuários.
- A solução tecnológica está sendo compartilhada com outras ouvidorias públicas, possibilitando melhor aproveitamento de recursos públicos. O compartilhamento gratuito da solução é mais uma entrega do Programa de Transformação Digital do MInfra.

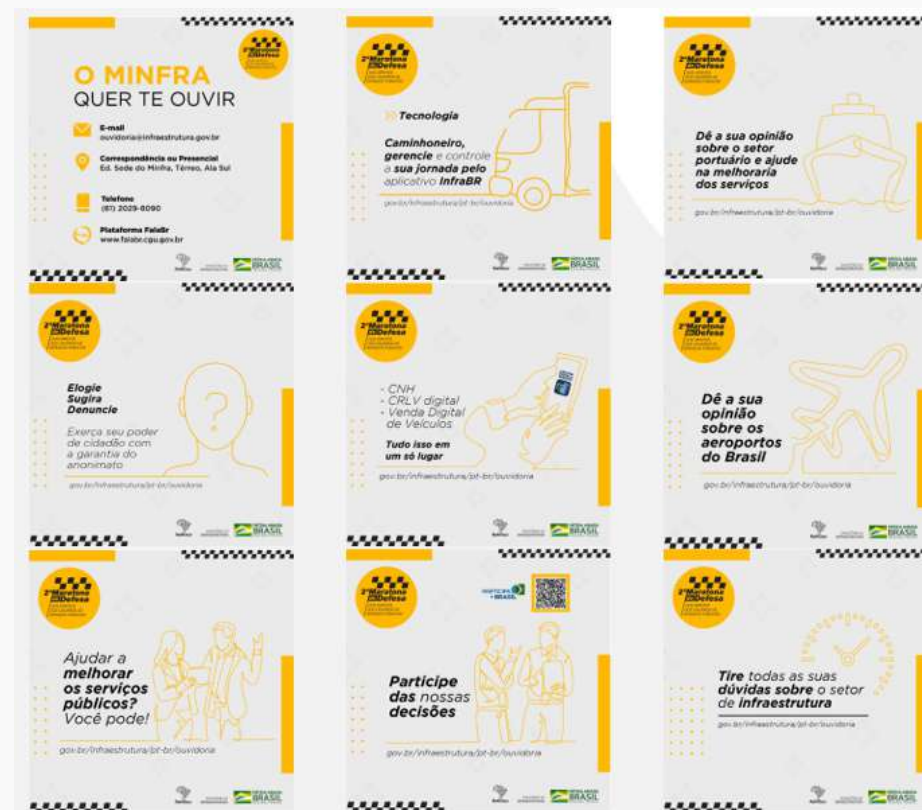


- Mauá implementado no whatsapp
- início das tratativas para implantação do Mauá na CDT

- Em constante evolução, alguns módulos se destacam pela inovação e resultados gerados:
 - Módulo de configuração e administração das funcionalidades gerenciado pela própria ouvidoria
 - Módulo de monitoramento das classificações das manifestações, garantido consistência nos dados para os painéis gerenciais
 - Base de conhecimento para respostas diretas pelo chatbot, com uso de linguagem simples, facilitando o entendimento por parte do usuário

2ª Maratona dos Usuários dos Direitos dos Serviços Públicos

- Pelo segundo ano consecutivo, a Ouvidoria-Geral do MInfra, com o apoio da Assessoria Especial de Comunicação, participou da campanha, de iniciativa da Rede Nacional de Ouvidorias, que objetiva divulgar a Lei nº 13.460/17, conhecida como Código de Defesa dos Direitos de Usuários de Serviços Públicos.



Adequação à LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados

- Estruturação do processo de tratamento de dados pessoais
- Adaptação do módulo de inventário de dados disponibilizado pela Secretaria de Governo Digital – SGD com base no desenvolvido pela Santos Port Authority - SPA, ao disponibilizado pela SGD
- Elaborado fluxo do processo de tratamento de dados pessoais
- Elaborado [Guia Rápido para Adequação à LGPD](#)
- Processo de tratamento testado no serviço de "Atendimento a Denúncias"
- Termos de Uso e Política de Privacidade - orientação da Ouvidoria:
 - InfraBR; Consulta Online Senatran; Porto Sem Papel; Tratamento de Denúncias e DTE
- Consulta online Senatran: Inventário, análise de riscos e RIPD revisados com o Serpro.
- Disponibilizados na página da Ouvidoria-Geral do Minfra, os dados da Encarregada de Proteção de Dados Pessoais e FAQ – Perguntas e Respostas Frequentes, sobre LGPD.
- Campanha Interna iniciada

Gestão de Riscos dos processos da Ouvidoria-Geral

Hierarquizados os processos da unidade para gestão de riscos.

Em implementação o processo de Pedidos de Acesso à Informação no sistema Ágatha, como processo piloto da ouvidoria na gestão de riscos.

ÁGATHA Sistema de Gestão de Riscos

VOCÊ ESTÁ AQUI: HOME > ANÁLISE DE AMBIENTE E DE FIXAÇÃO DE OBJETIVOS > IDENTIFICAÇÃO DE EVENTOS DE RISCO

ANÁLISE DE AMBIENTE E DE FIXAÇÃO DE OBJETIVOS IDENTIFICAÇÃO DE EVENTOS DE RISCO AVALIAÇÃO DE RISCOS E CONTROLES RESPOSTA A RISCO

Macroprocesso
Gerenciar manifestações de ouvidoria

Processo
Pedido de acesso à informação - SIC

Objetivo do Macroprocesso/Processo
Prestar informações solicitadas pelos cidadãos sobre serviços prestados pelo Ministério

+ EVENTO DE RISCO

Item	Descrição	Causa	Consequência	Data do Evento	Categoria	Natureza	Ação
------	-----------	-------	--------------	----------------	-----------	----------	------

Consultas Públicas e Tomadas de Subsídios

- Parceria com a Secretaria Especial de Articulação Social da Segov/PR
- Alinhamento com a ANTT para contribuição com o desenvolvimento da Plataforma
- O Minfra é usuário do Participa +Brasil desde 12/2020 (antes dos seu lançamento), sendo o principal usuário da Plataforma, respondendo por:
 - 180 das 367 consultas públicas realizadas
 - 38.906 das 131.031 contribuições recebidas
- Em 2022:
 - 23 Consultas Públicas
 - 10 Opine Aqui (tomadas de subsídios)
 - Recebidas 26.762 contribuições
- Novo Painel Gerencial em desenvolvimento

Carta de Serviços

- Fluxo do processo definido e aperfeiçoamento da disponibilização da Carta de Serviços

Conselho de Usuários

- Surgiu de uma iniciativa do Governo Federal a fim de estabelecer normas básicas para participação, proteção e defesa dos direitos dos usuários dos serviços públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Esses direitos foram estabelecidos pela Lei nº 13.460, de 26/06/2017, e regulamentados pelo Decreto nº 9.492, de 05/09/2018.
 - O objetivo é implantar, no âmbito do Minfra, o Conselho de Usuários, voltado para a melhoria na qualidade do atendimento e dos serviços públicos prestados aos usuários de transportes públicos e, em especial fazer cumprir os compromissos e os padrões de qualidade divulgados na Carta de Serviços ao Usuário.
 - A Ouvidoria-Geral realizou estudos iniciais, identificou oportunidades e necessidades, fez a capacitação da equipe, a definição de metas e está em fase de conclusão do Termo de Abertura e cronograma de atividades.

Resolução Pacífica de Conflitos

- Em cumprimento ao inciso VII do art. 13 da Lei nº 13.460, de 2017, e ao Art. 47 da Portaria CGU n. 581/2021, sobre a competência para promover a adoção de resolução pacífica de conflitos e mediação e conciliação entre o usuário e o órgão ou a entidade pública, sem prejuízo de outros órgãos competentes, disseminando boas práticas e prestando atendimento e orientação aos usuários sobre tais instrumentos, a Ouvidoria-Geral deu início ao projeto Resolução Pacífica de Conflitos.
- a resolução pacífica de conflitos surge como um bom método de atuação por parte das ouvidorias por meio do diálogo entre as partes, permitindo a criação ou recriação da relação, propiciando a solução de conflitos por meio da comunicação, do exercício partilhado da autonomia e da força transformadora do diálogo entre o Estado e o cidadão;
- A Ouvidoria-Geral realizou estudos iniciais, identificou oportunidades e necessidades, fez a capacitação da equipe, a definição de metas e está em fase de conclusão do Termo de Abertura e cronograma de atividades

Transparência Ativa

- Manual de Transparência Ativa desenvolvido em parceria com a AECI (Autoridade de Monitoramento da LAI)
- Definição de padrões, com base no Guia de Transparência Ativa – GTA da CGU
- Identificação dos “proprietários” pelas informações de divulgação obrigatória
- Definição de prazos e procedimentos de atualização das informações
- **Cumprimento de todos os requisitos de Transparência Ativa exigidos pela CGU**



Duas edições da “Reunião do CTO - Comitê Técnico de Ouvidorias do Setor de Infraestrutura/2022”

- 1ª Reunião do CTO:
 - realizada nos dias 29 e 30 de junho e 01 de julho de 2022, o encontro contou com a presença da alta gestão do Ministério, do Ouvidor-Geral da União e equipe, além das ouvidorias do MInfra e das ouvidorias das entidades vinculadas.
 - Os principais temas tratados foram:
 - Importância da Comunicação
 - Câmara de Mediação de Conflitos
 - Módulo de Triagem e Tratamento do Fala.BR
 - Conselho de Usuários
 - Impacto da LGPD nos Pedidos de Acesso à Informação
 - ChatBot Mauá
 - Regulamentação de procedimentos
- 2ª Reunião do CTO:
 - realizada nos dias 05 e 06 de dezembro, de maneira virtual, o encontro contou com a participação da alta gestão do Ministério, além das ouvidorias do MInfra e das entidades.
 - O Tema escolhido foi "Planejamento", para que sejamos cada vez mais estratégicos no desempenho de nossas funções.





Riscos, oportunidades e perspectivas



2.1. Gestão de Riscos e Controles Internos

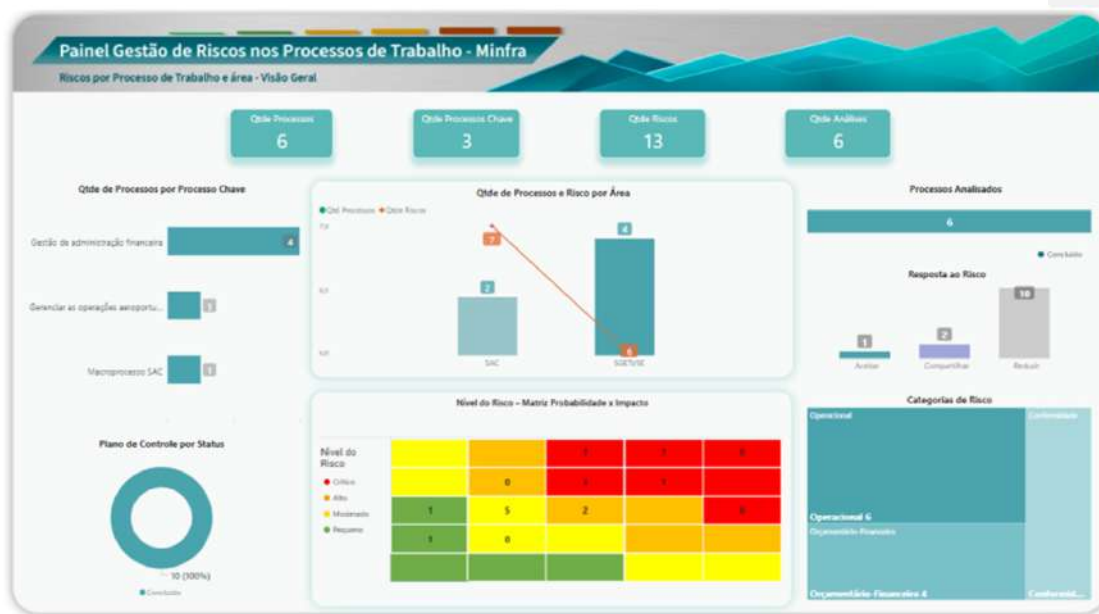
Em atendimento ao disposto no Art. 17 do Decreto nº 9.203/2017, normativo de governança do Executivo Federal, em que é determinado: “a alta administração das organizações da administração pública federal direta, autárquica e fundacional deverá estabelecer, manter, monitorar e aprimorar sistema de gestão de riscos e controles internos com vistas à identificação, à avaliação, ao tratamento, ao monitoramento e à análise crítica de riscos [...]”, o Escritório de Gestão de Riscos - EGR/AECI-MInfra desenvolveu as ações destacadas a seguir.

Aplicação da metodologia de gestão de riscos dos processos de trabalho

Com a implementação da Metodologia de Gestão de Riscos dos processos de trabalho, no ano de 2021, foi necessária a partir de então a criação de um meio para monitorar as ações desenvolvidas nos diversos processos de trabalho, inclusive as ações definidas como aprimoramento nos controles internos para a adequada mitigação dos riscos mapeados. Para tanto, foram desenvolvidos Painéis em Power BI, onde todos os dados lançados no sistema Ágatha podem ser acompanhados pelos gestores das áreas, possibilitando uma melhor interação da equipe de trabalho, bem como a disponibilização desses dados para acompanhamento dos órgãos nos níveis tático e estratégico do Minfra.



Aprovada pela Resolução CEG nº 2/2021, de 28/05/2021

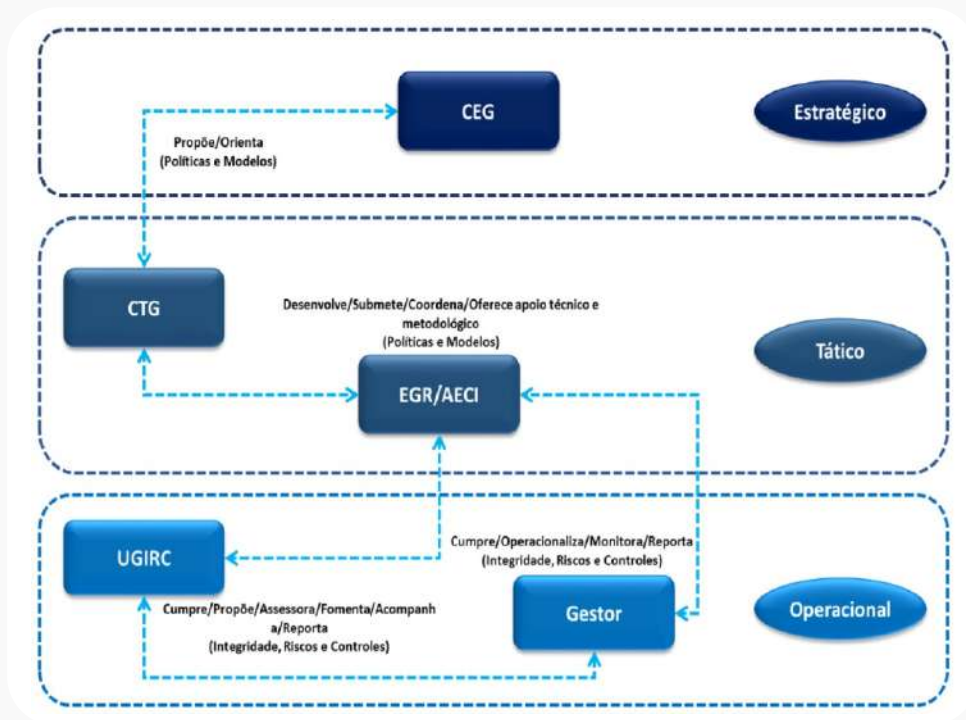


Painel Geral – em Power BI

No painel geral, demonstrado a seguir, o gestor pode analisar ou reportar qualquer situação do seu processo de trabalho aos seus subordinados e/ou à alta administração dos riscos mais críticos nos diversos processos de trabalho do Ministério.

Utilização da ferramenta nas reuniões do Comitê Técnico de Governança – CTG

O Comitê Técnico de Governança, o qual é composto por representantes de todos os órgãos do Ministério, poderá ter um acompanhamento em tempo real dos riscos e discutir diretamente com o representante de cada área o andamento das melhorias nos processos de trabalho, bem como submeter ao Comitê Estratégico de Governança alguma situação para qual seja necessária deliberação urgente para uma melhor gestão dos recursos públicos.



Tempo de Resposta

A agilidade na disponibilização dos dados visa o atendimento a um dos princípios da governança pública definido no Decreto nº 9.203/2017, que é a capacidade de resposta. A disponibilidade dos dados e informações sobre os riscos identificados no Ministério possibilita uma resposta tempestiva na solução de questões críticas identificadas, o que aumenta as chances de atingimento dos objetivos propostos, melhorando a eficiência dos processos e o atendimento dos anseios do cidadão.

2.2. Principais ações do Plano de Integridade

Integridade Pública



Capacitação sobre Governança/Gestão de Riscos/Controles Internos no Ambiente Virtual de Aprendizagem – Disponibilização de vídeos.

Assinatura dos RAFs – Relatório de Análise Final das empresas que estão concorrendo ao Selo Fomento Infra+ Integridade 2022.

Visita de Supervisão Ministerial

- CDP
- SPA
- CDRJ
- INFRAERO
- CODEBA
- CODERN

Elaboração e aprovação da nova Portaria e Edital que trata de concessão do Selo Fomento Infra+ Integridade 2023.

Capacitação para uso do sistema e-Agendas.

Aplicação de questionário sobre Integridade Pública (3º ano).

Aprovação do Plano de Integridade 2023

Vídeos institucionais desenvolvidos e veiculados em 2022



Campanhas 2022



Boletins "Momento Integridade" 2022

Divulgação de 18 boletins, abordando temas relativos às funções de Integridade Pública, compreendendo:

- ✓ Conflito de Interesses
- ✓ Riscos para a Integridade
- ✓ Código de Conduta
- ✓ Código de Ética
- ✓ e-Agendas
- ✓ SIPEF



Curadoria de Integridade



O Comitê Técnico de Integridade – CTI/Minfra desenvolveu, em conjunto com a Coordenação-Geral de Pessoas - COGEP/SPOA, o projeto de curadoria de cursos e capacitações destinada aos servidores e colaboradores da Pasta.

Foram criadas 4 (quatro) linhas de aprendizagem, com cursos iniciais gratuitos e nas áreas de Governança, Integridade, Gestão de Riscos e Controles Internos, elaborados pela AECL.

O servidor interessado pode seguir a linha de aprendizagem e se capacitar de acordo com a área de interesse.

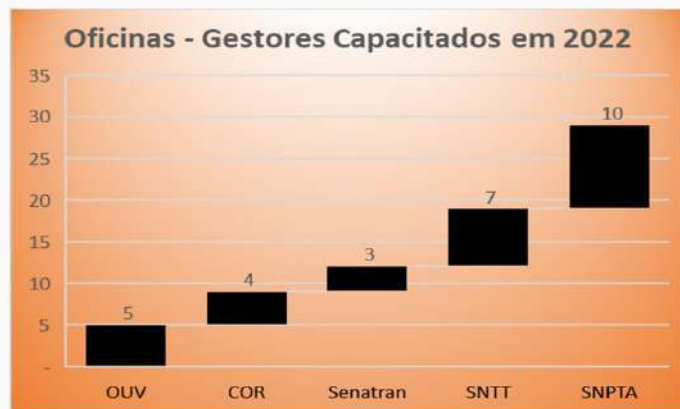
Após a conclusão dos cursos disponibilizados, os participantes recebem certificado e terão preferência no acesso aos cursos estratégicos de instituições renomadas.



2.3. Implementação da Metodologia de Gestão de Riscos nos processos de trabalho

Oficinas realizadas

Com o avanço do nível de maturidade dos gestores do Minfra, em questões relativas à gestão de riscos, observou-se a necessidade de revisão de alguns dos processos já mapeados. Para tanto, foram realizadas algumas oficinas junto às áreas gestoras para revisão destes processos. Outro ponto de destaque é que estes gestores capacitados na metodologia se tornaram multiplicadores em suas áreas para repasse da metodologia aos demais gestores de outros processos de trabalho.



Criação de Painéis BI analíticos – Nível Operacional – Processos de trabalho

Para o nível operacional foram desenvolvidos painéis mais detalhados, em Power BI, para uma melhor análise dos riscos nos diversos processos de trabalho. Foram desenvolvidos 6 painéis onde é possível uma melhor visualização e cruzamento dos dados lançados no sistema Ágatha.

A seguir um dos modelos desenvolvidos para análise dos processos de trabalho, onde é possível a apresentação das informações dos processos em análise, quais os gestores responsáveis, quantos processos já foram concluídos. Tais informações possibilitam o cruzamento de dados visando a disponibilização de informações para decisão dos gestores.



Pirâmide de aprendizagem William Glasser (1925-2013)



Criação de Painéis BI analíticos – Nível Operacional - Riscos

A seguir, um dos modelos desenvolvidos, no qual é possível a avaliação dos diversos riscos, suas causas e consequências, as ações de mitigação propostas e os controles internos existentes, possibilitando aos gestores uma melhor visualização destes dados para uma adequada tomada de decisão.



Criação de Painéis BI analíticos – Nível Operacional – Planos de controle

Um ponto fundamental na gestão de riscos é a implementação de melhorias nos controles internos existentes para a adequada mitigação dos riscos identificados. O que faz com que o atendimento aos prazos de implementação destas melhorias se torne fundamental para o sucesso da gestão. A seguir, um painel que nos possibilita o acompanhamento de todas as ações de melhorias propostas nos diversos processos de trabalho.



Método de Priorização de Processos

O método de priorização de processos – MPP (aprovado pela Resolução CEG nº 08/2021) foi aprimorado em parceria com o Escritório de Processos do Minfra. O novo formato tornou mais fácil a vinculação do processo de trabalho em análise com cadeia de valor integrada do Minfra. O MPP continua sendo o instrumento de trabalho a ser utilizado pelas áreas para definir a ordem em que a metodologia de gestão de riscos dos processos de trabalho será implementada.

Ministério da Infraestrutura Método de Priorização de Processos de Trabalho - MPP									
Unidade Organizacional:									
Tipo de Macroprocesso	Macroprocesso	Processo CHAVE	Processo da ÁREA	Relevância Estratégica do Processo	Tipo do Processo	Impacto no Negócio	Demanda/ Opção de Controle	Maturidade do Processo	Classificação / Prioridade
Finalístico	Interação com a sociedade e o Estado dos meios de transportes	Monitorar a interação com a sociedade e o Estado dos meios de transportes		3	3	3	1	2	13,50
Gerencial	Gestão de informação corporativa	Monitorar a gestão de informação corporativa		3	3	3	3	3	27,00
Suporte	Gestão de pessoas	Reconhecer direitos previdenciários		1	1	1	1	1	1,00
									0,00
									0,00
									0,00
									0,00

Legenda:			
Classificação entre	Prioridade	Sinaliza	
≥ 0	≤ 6	Mínima	Ação no longo prazo
> 6	≤ 18	Média	Ação no médio prazo
> 18	≤ 81	Máxima	Ação Imediata

Criação de projeto para monitoramento dos riscos e dos processos de trabalho

Foram definidos relatórios trimestrais para documentar o andamento dos trabalhos na área de risco visando o acompanhamento periódico do nível de risco em cada processo de trabalho, bem como o andamento das melhorias propostas para a adequada mitigação dos riscos, conforme a seguir demonstrado:

1. Relatório dos Riscos Mapeados

Este relatório apresenta os riscos mapeados no Ministério da Infraestrutura e destacam os processos de trabalho com as análises em andamento.

2. Relatório dos Planos de Controle em andamento

Neste relatório serão destacadas as melhorias nos controles internos propostas e o acompanhamento da sua efetiva implementação para a adequada mitigação dos riscos identificados.

3. Relatório Riscos Emergentes por área / processo

Neste relatório são destacadas as alterações pontuais nos diversos processos de trabalho analisado, mudança na legislação, mudanças na gestão e qualquer outro evento incerto que venha a ocorrer e que impacte na gestão de riscos dos processos de trabalho.

4. Relatório necessidades de mitigação de riscos

Neste relatório serão destacadas as ações de monitoramento necessárias nos diversos processos de trabalho já mapeados, onde será necessária uma nova avaliação dos riscos identificados.

5. Relatório de cumprimento de metas

Neste relatório, serão demonstradas, sempre que houver, o atendimento às metas estabelecidas pelo Comitê Estratégico de Governança relativas à gestão de riscos dos processos de trabalho.

Foram criados ainda 2 painéis em Power BI para demonstrar o atendimento aos prazos das melhorias propostas nos diversos processos de trabalho, visando a mitigação dos riscos identificados e demonstrando a necessidade ou não de revisão dos processos de trabalho já mapeados.

Monitoramento das Melhorias nos Processos de Trabalho

Em função das análises realizadas nos processos de trabalho, encontram-se em monitoramento 59 Planos de Controle contendo melhorias de controles internos para a mitigação dos riscos críticos identificados, conforme quadro a seguir:

Área	Melhorias propostas por processo de trabalho	Qtde melhorias
1 OUIDORIA	Atendimento ao cidadão	9
2 OUIDORIA	Pedido de acesso à informação - SIC	14
3 OUIDORIA	Tratamento de denúncias	7
4 SAC	Análise de OPEA em face da PNAC.	9
5 SAC	Termo de Entrega	2
6 SGETI	Administrar Recursos Financeiros	3
7 SGETI	Gerenciar a Execução Financeira e Orçamento	2
8 SGETI	Monitorar a Execução Financeira	1
9 SGETI	Planejar a Gestão da Administração Financeira	2
10 SNPTA	Análise da proposta de atualização do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento - PDZ	5
11 SNTT	Monitoramento e Supervisão dos Indicadores do PROCROFE	3
Total Geral		57

2.4 Atuação Correcional

A unidade setorial de correção do Ministério da Infraestrutura apresenta o panorama de suas ações relativas aos resultados de 2022.

Esta unidade correcional tem pautado suas ações em conformidade com a cadeia de valor e o alinhamento estratégico do Ministério.

Com o intuito de atender à Avaliação e Acompanhamento da Gestão Correcional das Unidades do SISCOR, promovida pela Controladoria-Geral da União, esta unidade elaborou o Plano de Providências de Curto Prazo.

AÇÕES CORREGEDORIA

- ✓ Proposta de alteração das competências da Corregedoria no novo Decreto de estrutura;
- ✓ Fortalecimento e vinculação direta à autoridade máxima do órgão (participação nas ações do CTI, SELO Fomento INFRA + Integridade e reuniões periódicas do Balanço Radar);
- ✓ Encaminhamento de minuta de regulamentação da atividade correcional no Ministério da Infraestrutura;
- ✓ Conclusão do mapeamento de competências das áreas da Corregedoria junto à COGEP;
- ✓ Início do mapeamento de processos da Corregedoria junto à COGEP;
- ✓ Avaliação da gestão pela Corregedoria Geral da União, com elaboração de Plano de Providências de Curto Prazo;
- ✓ Classificação dos processos a partir dos critérios e priorização da unidade;
- ✓ Planejamento de ações de capacitação e treinamento para utilização do Sistema e-PAD pelos servidores da unidade;
- ✓ Reformulação do gerenciamento de dados e transparência ativa (Projeto POWER BI);
- ✓ Reestruturação do espaço físico da Corregedoria, em vista a inclusão de novos servidores no Programa de Gestão (PGD);
- ✓ Participação em eventos com as demais unidade de integridade do Ministério;
- ✓ Capacitação de servidores.

AÇÕES DE CURTO PRAZO

Ações Corregedoria

- ✓ Mapeamento de competências das áreas da Corregedoria;
- ✓ Melhoria de juízo de admissibilidade;
- ✓ Aplicação mais efetiva do Termo de Ajustamento de Conduta – TAC como mecanismo preferencial de solução de conflitos;
- ✓ Levantamento de informações para subsidiar a tomada de decisão;
- ✓ Aperfeiçoamento da supervisão, controle e qualidade dos trabalhos das comissões;
- ✓ Avanço na transparência ativa nos dados da Corregedoria.

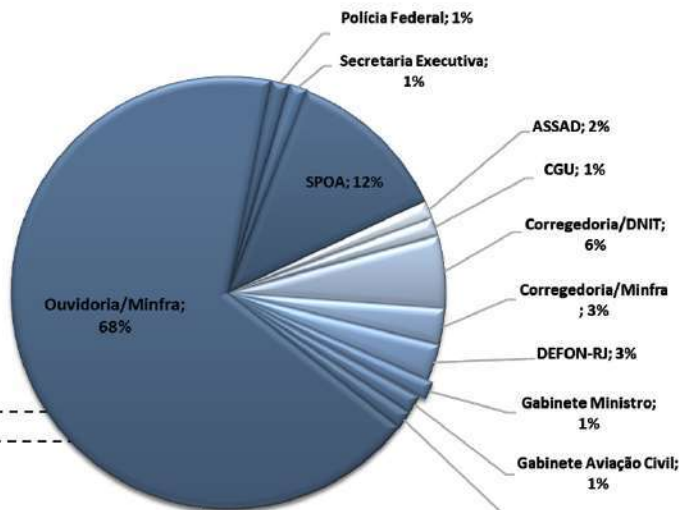
Medidas de prevenção

- ✓ Acompanhamento sistemático dos procedimentos de admissibilidade e processos acusatórios;
- ✓ Elaboração de consultas à CRG para uniformização de entendimentos e definição de competências;
- ✓ Emissão de nada consta correcional em processos de desligamento e nomeação de servidores;
- ✓ Divulgação da atividade correcional em eventos de integridade;
- ✓ Elaboração de material preventivo para o “Momento Integridade” no Ministério da Infraestrutura (infográfico assédio moral).

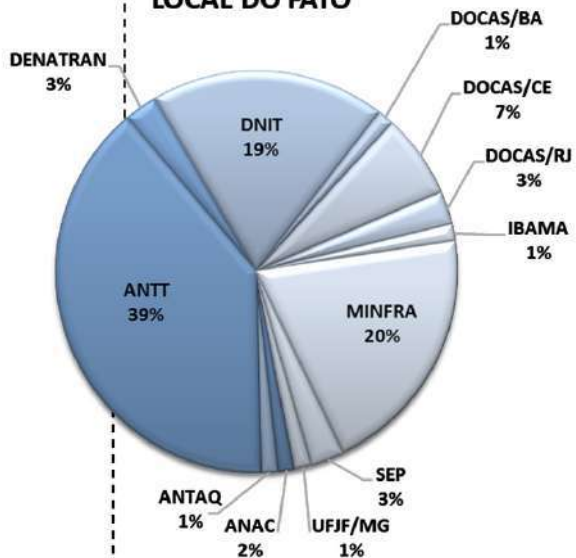


INDICADORES ADMISSIBILIDADE

ORIGEM DA NOTÍCIA



LOCAL DO FATO

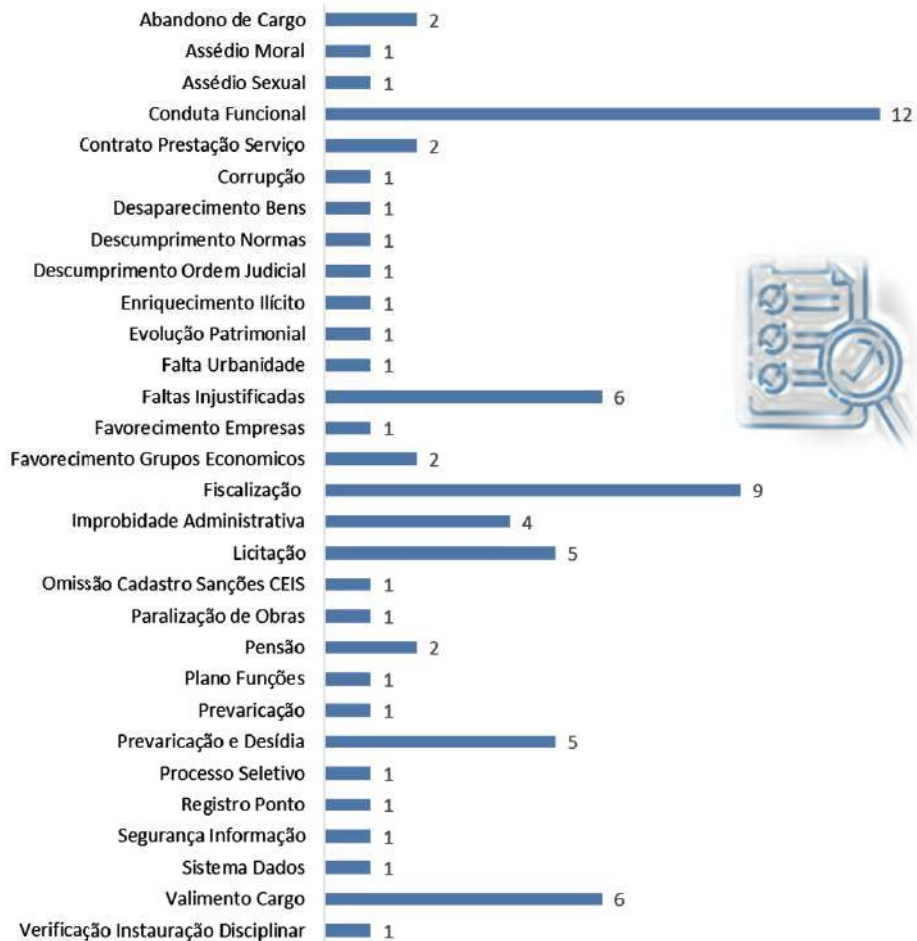


SITUAÇÃO

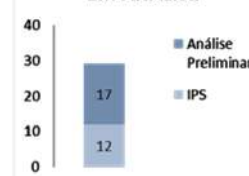


INDICADORES ADMISSIBILIDADE

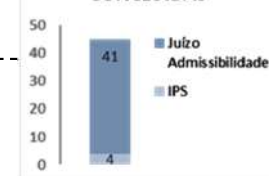
FATOS INVESTIGADOS



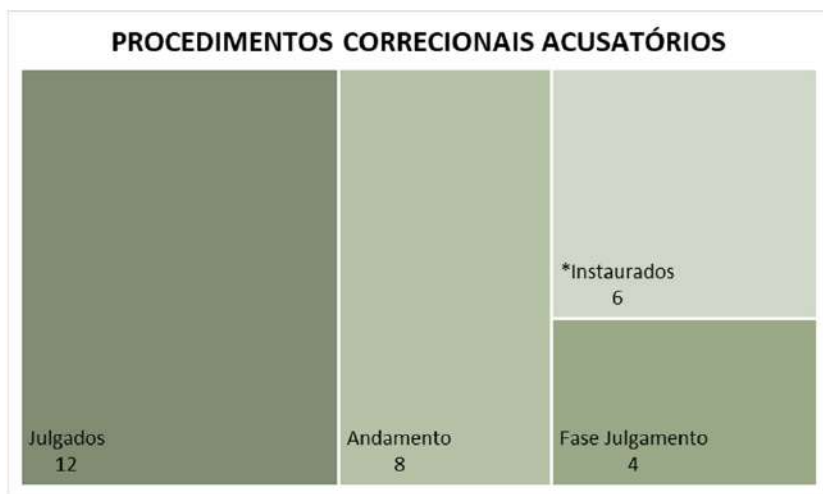
EM ANÁLISE



CONCLUÍDAS

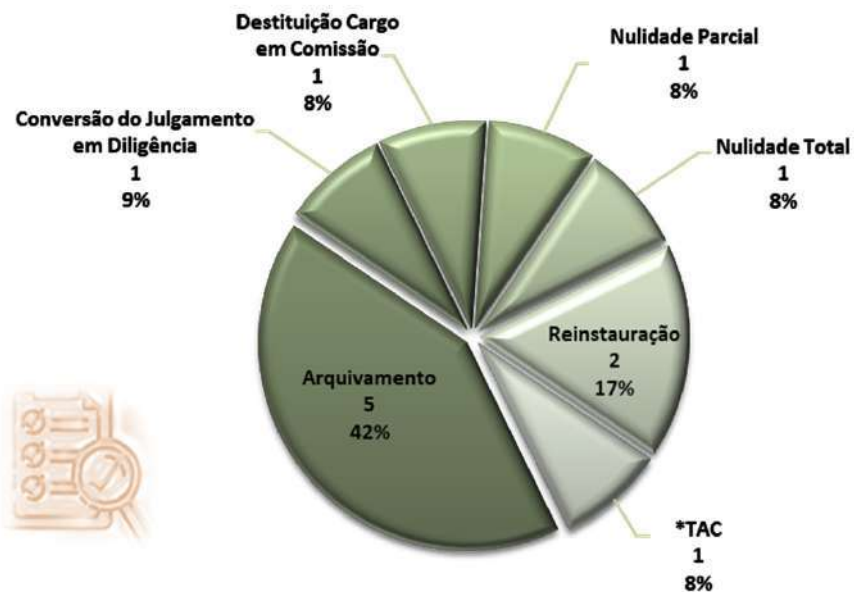


INDICADORES ACUSATÓRIOS



* Houve a reinstauração de 6 processos acusatórios, não havendo registro de novas instaurações no período.

PROCEDIMENTOS JULGADOS



*Decisão do processo acusatório: Celebração de 2 (dois) TACs

TRANSPARÊNCIA ATIVA

- Histórico;
- Relatórios;
- Pesquisas;
- Resultados;
- Modelo Maturidade;
 - CTC;
- Cursos CGU;
- Capacitação;
- Normas Correccionais.



A página da Corregedoria é uma ferramenta de gerenciamento de informações sobre as atividades correccionais.

<https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/assuntos/corregedoria>

- Resumo das Informações;
- Admissibilidade;
- Procedimentos Instaurados;
- Processos Acusatórios;
- Procedimentos Acusatórios Concluídos.



O Painel em Power BI apresenta elementos de análise que demonstram o resultado dos trabalhos ao longo do ano.

3

Governança, estratégia e desempenho



3.1 Estratégia

Ciclo de Gestão Estratégica 2022

Para melhor acompanhamento público e interno, em 2022, foi criado o ambiente "Lidera Infra" comportando todos os painéis utilizados na gestão da Estratégia. O ambiente permite que as informações sejam atualizadas para a tomada de decisão com foco na estratégia organizacional de levar o Brasil à liderança em infraestrutura da América Latina.

Em 2022, realizou-se ciclos de avaliação da Gestão Estratégica com a execução de 220 reuniões de monitoramento, 15 Reuniões de Avaliação da Estratégia (RAE), sendo 13 Setoriais e 02 Ministeriais. abordados os 31 Programas Estratégicos, com uma carteira de 232 Projetos Estratégicos, que se desdobram em 433 Entregas Estratégicas realizadas. Foram alcançado 82% de execução do planejado, fruto da dedicação de todos e do gerenciamento de problemas e riscos estratégicos com os respectivos encaminhamentos e diligências.

Foram realizada, também, a revisão do Planejamento Estratégico, com a aprovação do novo Mapa Estratégico para o período 2023-2026. realizados diagnósticos internos, uma pesquisa aberta, 6 workshops setoriais e uma audiência externa com a participação de entidades do setor privado. No total mais de 400 participantes e 1.700 contribuições com objetivo de encontrarmos os Fatores Críticos de Sucesso para atingimento das metas estratégicas. As informações coletadas nas oficinas e pesquisas analisadas e consolidadas visando a elaboração do Planejamento Estratégico para o novo ciclo.

Outro passo importante foram a publicação da Portaria nº 1.633, de 15 de dezembro de 2022, que dispõe sobre a Política e as Instâncias de Governança do Ministério da Infraestrutura, especialmente com a criação do Comitê de Gestão Estratégica – CGE e do Comitê Setorial de Gestão Estratégica - COSEGE.



Gestão Estratégica

O ambiente de governança, que subsidia o monitoramento, a avaliação, a tomada de decisão e a gestão organizacional, compreende, no seu detalhamento, os objetivos, as metas, os indicadores de desempenho definidos para o exercício e os resultados por eles alcançados. Todos esses vinculados aos objetivos estratégicos e à missão do MInfra. O alinhamento dessas ações se estende ao Plano Plurianual, aos planos nacionais e setoriais do governo e dos órgãos de governança superior.

Os objetivos, indicadores, metas e resultados alcançados estão detalhados nos gráficos a seguir, bem como nos programas e projetos, além das ações, obras e atividades, com indicação da unidade responsável, principais metas e resultados e, quando existentes, indicadores de resultado e impacto, com indicação dos valores alcançados no período e acumulado no exercício.



Programa Segurança na Aviação Civil



Programa Concessões e Renovações Ferroviárias



Programa Transformação Digital



Programa Reordenação Institucional do Setor



Programa Modernização de Gestão Portuária



Programa PNATTRANS



Programa Nacional de Manutenção de Infraestrutura Rodoviária



Programa Governança – Integridade e Gestão de Riscos



Programa Fomento e Melhoria do Ambiente de Negócios



Programa de Arrendamentos e Concessões Portuárias



Programa Empreendimentos Aeroviários



Programa Modernização e Expansão do Sistema Ferroviário



Programa Integração das Informações do Setor de Transporte



Programa Competitividade



Programa Planejamento Integrado



Programa Empreendimentos Rodoviários - Concedidos



Programa Concessões Rodoviárias



Programa Empreendimentos Rodoviários - Públicos



Programa Gestão Estratégica



Programa Eficiência Administrativa



Programa Empreendimentos Aquaviários



Programa Caminhoneiros



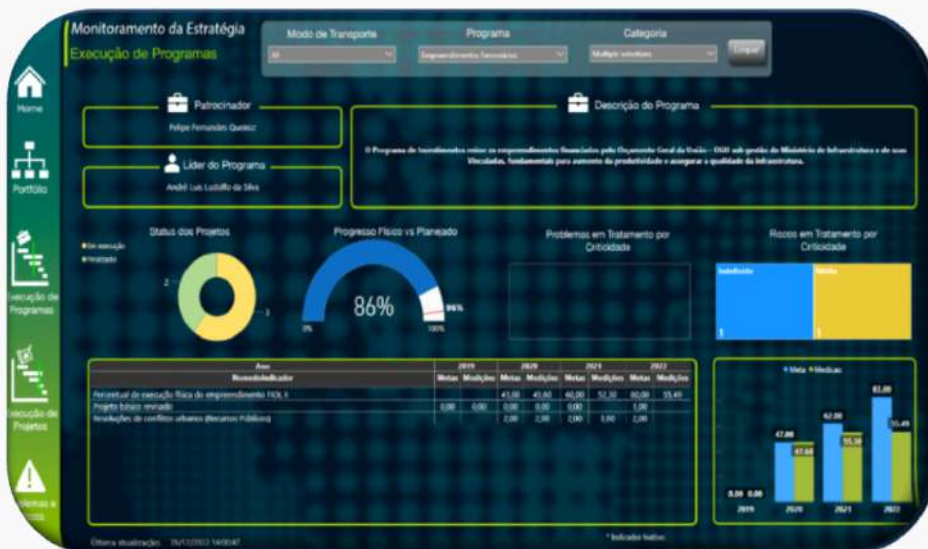
Programa Inov@BR



Programa Desenvolvimento da Navegação Doméstica



Programa Desenvolvimento de Pessoas e Clima Organizacional



Programa Empreendimentos Ferroviários



Programa Documento Eletrônico de Transporte (DT-e)



Programa Competitividade do Transporte Aéreo



Programa Sustentabilidade



Programa Concessões de Aeroportos

3.2 Apoio da estrutura de governança à capacidade de gerar valor

A estrutura de governança propicia que as organizações públicas cumpram efetivamente os objetivos estratégicos, gerando valor público de melhor qualidade. Isso normalmente ocorre com os mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para direcionar, avaliar e monitorar a atuação da gestão.

No setor público, a expressão “gerar valor” é entendida como produzir resultado que atenda às necessidades de interesse da sociedade, ao contrário do setor privado que significa obter lucro.

O comprometimento da Alta Administração, empenhada na busca constante pelas boas práticas de gestão alinhada aos princípios da integridade e da eficiência pública, foram basilares ao aprimoramento da governança no MInfra no decorrer do exercício de 2022.

Fruto de atenção aos temas relacionados à Gestão Estratégica, Integridade, Gestão de Riscos, *Accountability* e Controles Internos, o Ministério da Infraestrutura tem buscado, de forma constante, o aprimoramento da governança na Pasta.

Considerando a necessidade de se aferir a evolução do Indicador de Governança, afeto também ao Programa Estratégico de Governança, Integridade e Gestão de Riscos no MInfra, foi elaborado, a partir do Levantamento Integrado de Governança Organizacional Pública – IGG/TCU, o IG-MInfra, o qual auxilia na aferição anual da evolução da Governança no âmbito da Pasta, além de possibilitar a identificação de assuntos relacionados à Governança Pública no Ministério que necessitem e seus de aprimoramento. Nova aferição será realizada em janeiro de 2023.

Programa de Governança, Integridade e Gestão de Riscos				
	IG Minfra 2019	IG Minfra 2020	IG Minfra 2021	IG Minfra 2022
Meta Pactuada	50%	60%	78%	83%
Resultado	65,14%	73,08% Aferido Jan/2021	78,13% Aferido Jan/2022	

Legenda:

0% a 14,9% - Inexpressivo

15% a 39,9% - Inicial

40% a 69,9% - Intermediário

70% a 100% - Aprimorado



A seguir, são apresentados os resultados das aferições do iGG pelo TCU, o que permite verificar a evolução da governança na Pasta ao longo do tempo.

Resultados MTPA (2017 e 2018) e MInfra (2022)			
	iGG 2017	iGG 2018	iGG 2021
iGG (índice integrado de governança e gestão públicas)	38%	44%	72,1%
iGovPub (índice de governança pública)	36%	40%	83,6%
iGovPessoas (índice de governança e gestão de pessoas)	30%	39%	78,7%
GestãoPessoas (índice de capacidade em gestão de pessoas)	25%	43%	68,0%
iGovTI (índice de governança e gestão de TI)	29%	40%	82,2%
GestãoTI (índice de capacidade em gestão de TI)	44%	42%	68,3%
iGovContrat (índice de governança e gestão de contratações)	41%	36%	57,6%
GestãoContrat (índice de capacidade em gestão de contratações)	41%	53%	72,1%
iGovOrcament (índice de governança e gestão orçamentária)	-	-	77,3%
iGestOrcament (índice de capacidade em gestão orçamentária)	-	-	61,6%

Além disso, em 2022, as instâncias de governança do MInfra, de que trata a Portaria nº 1.633/2022, atuaram em sintonia e permitiram a realização das seguintes entregas, aprovadas pelo Comitê Estratégico de Governança:

- Regimento Interno do Comitê Estratégico de Governança (CEG) do Ministério da Infraestrutura.
- Minuta de Portaria Interministerial (MInfra e MJSP) do Embarque+ Seguro
- Política Setorial de Segurança da Informação do Ministério da Infraestrutura e suas entidades vinculadas
- Manual de Avaliação da Qualidade Normativa do MInfra e das suas Agências Reguladoras Vinculadas
- Planos Setoriais integrantes do Planejamento Integrado de Transportes, e posterior submissão à consulta pública.

Cabe mencionar, ainda, a Gestão da Integridade, cujos mecanismos de conformidade, transparência, correição, controle interno, ética, dentre outros, permite a tomada de decisão subsidiada em critérios técnicos consistentes, gerando significativos ganhos de qualidade na prestação de serviços públicos e, em consequência, na agregação de Valor Público.

Nesse sentido, o Plano de Integridade 2022 consubstanciou medidas / ações implementadas pelo Ministério para prevenir, detectar e remediar riscos para a integridade.

Por fim, ainda no contexto do seu Programa de Integridade, o MInfra passou a divulgar a Marca de participante do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção, assumindo mais um compromisso na implementação de boas práticas de prevenção, detecção, investigação, correção, monitoramento e transparência.

3.3 Resultados e desempenho da gestão

3.3.1 Resultados alcançados frente aos objetivos estratégicos e às prioridades da gestão

Aviação civil

O Programa Aviação Civil do PPA 2020-2023 busca atender os desafios do setor, com atenção voltada para “assegurar à sociedade brasileira o desenvolvimento de sistema de aviação civil amplo, seguro, eficiente, econômico, moderno, concorrencial, compatível com a sustentabilidade ambiental, integrado às demais modalidades de transporte e alicerçado na capacidade produtiva e de prestação de serviços nos âmbitos nacional, sul-americano e mundial”, em consonância com as diretrizes traçadas pela Política Nacional de Aviação Civil – PNAC.

Ao longo de 2022, observou-se a consolidação da retomada dos movimentos de aeronaves, impulsionado com o arrefecimento da pandemia do COVID -19 aliado ao processo massivo de vacinação. Também verificou-se uma flexibilização das políticas de restrição das fronteiras, o que levou a um aumento dos voos internacionais e um crescimento da malha doméstica. Entretanto, a malha aérea ainda não alcançou os patamares de 2019, que fora um ano de pico.

As figuras abaixo e ao lado mostram o comportamento da movimentação doméstica e internacional em 2022 comparado às curvas de 2021, 2020, e 2019.



O programa é monitorado continuamente e contribui para a melhoria dos indicadores da aviação civil brasileira com foco na competitividade (número de aeroportos atendidos e quantidade de passageiros transportados), na qualidade (satisfação dos passageiros) e na segurança da aviação civil. Assim, foram criados três subíndices com diferentes pesos para a composição do IDAC:

- Índice de Desenvolvimento da Rede Aeroportuária (IDRA) – no cálculo deste subíndice são considerados somente os aeroportos que tiveram operações por pelo menos 8 meses, conforme alteração metodológica realizada em 2020. Com isso, se encaixaram no critério 151 aeroportos e o resultado foi de **0,742**.
- Índice de Satisfação Geral dos Passageiros (ISGP) - a pesquisa de satisfação dos passageiros foi realizada pelo MInfra no primeiro, segundo e terceiro trimestres de 2022, além do mês de outubro do mesmo ano. Não foi possível realizar a pesquisa nos meses de novembro e dezembro em virtude da necessidade de abertura de processo licitatório para contratação de prestadora daquele serviço. Com isso, para fins metodológicos, será considerado o valor medido na pesquisa de outubro para a apuração do quarto trimestre de 2022. Deste modo, o valor de satisfação dos passageiros anual aferido foi de 4,43 em uma escala que a nota máxima é 5. Após aplicação da fórmula, obteve-se o valor do ISGP de **0,544**.
- Índice de Segurança da Aviação Civil (ISAC) – após utilização dos parâmetros de busca no sítio do CENIPA, obteve-se o resultado de 1 acidente com operações regulares no ano de 2022. Após aplicação da fórmula, o resultado do ISAC foi de **0,667**.

Resultado do Índice de Desenvolvimento da Aviação Civil - IDAC

Ano	Resultado	Meta	Peso	Subíndices	Total 2022	Referência (2018)
2022	0,668	0,665	0,5	IDRA	0,742	0,618
			0,3	ISGP	0,544	0,512
			0,2	ISAC	0,667	0,533



Resultados 2022

Concessões Aeroportuárias

Com o objetivo de ampliar a participação da iniciativa privada no processo de desenvolvimento da infraestrutura, manutenção e exploração dos aeroportos federais, foi dada continuidade ao programa de concessões aeroportuárias. Em 2022, ocorreu a 7ª rodada de concessões, em que foram leiloados 15 aeroportos, divididos em três blocos:

- Aviação Geral: Aeroportos de Campo de Marte/SP e Jacarepaguá/RJ;
- Bloco Norte II: Aeroportos de Belém/PA e Macapá/AP; e
- Bloco SP/MS/PA/MG: Aeroportos de Congonhas/SP, Campo Grande/MS, Corumbá/MS, Ponta Porã/MS, Santarém/PA, Marabá/PA, Parauapebas/PA, Altamira/PA, Uberlândia/MG, Montes Claros/MG e Uberaba/MG).

A previsão de assinatura dos contratos das concessões é para o 1º semestre de 2023.

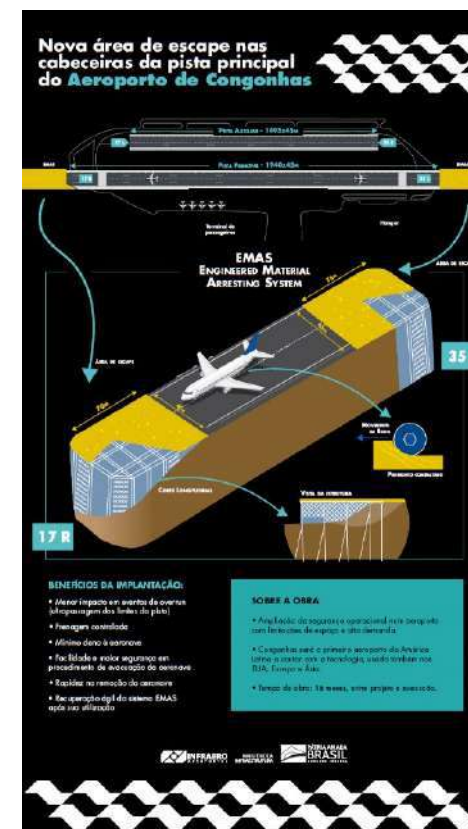
Reforma ou Instalação/Homologação de Equipamentos em Aeroportos

Houve a conclusão das obras do aeroporto de Joaçaba/SC e foram instalados e homologados equipamentos em quatro aeroportos:

Aeroporto	Conclusão	Detalhamento do empreendimento
Joaçaba/SC	dez/22	Reforma e ampliação da taxiway, pátio e pista de pouso e decolagem (PPD); regularização das faixa de pista e RESA; implantação de drenagem, da cerca operacional, da sinalização vertical e horizontal, do balizamento noturno e de equipamentos de navegação.
Rio Verde/GO	mai/22	Instalação e homologação de indicador de percurso de aproximação de precisão (PAPI)
Caruaru/PE	fev/22	Instalação e homologação de estação meteorológica automática (EMS-A)
Caruaru/AM	set/22	Instalação e homologação de estação meteorológica automática (EMS-A)
Tucuruí/PA	fev/22	Instalação e homologação de estação meteorológica automática (EMS-A)

Obra de modernização do aeroporto de Congonhas/SP

Foi concluída a obra de modernização do aeroporto de Congonhas/SP, com destaque para a nova área de escape de pistas, que é dimensionada para desacelerar aeronaves em procedimento de pouso que vierem a ultrapassar os limites da pista. Será a primeira pista da América Latina a contar com a tecnologia EMAS (Engineered Material Arresting System), que consiste no uso de blocos de concreto que se deformam quando uma aeronave ultrapassa o fim da pista, aumentando a segurança das operações de pouso e decolagem.



Aeroporto	Detalhamento do empreendimento	Conclusão	Valor do contrato R\$
Congonhas/SP			145.933.331,30
	Adequações na PPD auxiliar para recuo da cab. 35R e PAPI 17L e 35R.	01 de dezembro	1.517.000,00
	Sinalização vertical RDR, RGL.	27 de outubro	4.200.000,00
	Construção de coberturas metálicas no posto A-300 e portão oeste.	29 de julho	1.150.000,00
	EMAS e obras complementares na PPD principal.	03 de junho	131.050.453,24
	Reforma e ampliação da área de embarque remoto e área de vistoria.	18 de março	3.880.878,06
	Adequação das taxiways O, P, R e S.	29 de março	4.135.000,00

7ª Rodada de Concessões Aeroportuárias – Resultados Financeiros

No total, a Sétima Rodada de Concessões obteve os resultados financeiros constantes na tabela abaixo, conforme informações da ANAC.

Resultados financeiros da 7ª Rodada de Concessões Aeroportuárias Federais

Leilão	BLOCO SP-MS-PA-MG	BLOCO AVG	BLOCO NORTE II
18/08/2022	(AENA)	(XP INFRA IV)	(Consórcio Novo Norte)
Contribuição Fixa Inicial mínima (R\$)	R\$ 740,1 milhões	R\$ 141,38 milhões	R\$ 56,87 milhões
Lance vencedor	R\$ 2,45 bilhões	R\$ 141,40 milhões	R\$ 125 milhões
Ágio	231,02%	0,01%	119,78%
Contribuição Variável estimada	R\$ 5,3 bilhões (16,15% da Receita Bruta)	R\$ 700 milhões (15,25% da Receita Bruta)	R\$ 430 milhões (7,09% da Receita Bruta)
Investimentos Previstos	R\$5,8 Bilhões	R\$552 Milhões	R\$ 875 milhões
Valor total a ser pago na assinatura do contrato	R\$ 2,71 bilhões		
Investimento total estimado	R\$ 7,2 bilhões		

Fonte: Anac <https://www.gov.br/anac/pt-br/assuntos/concessoes/setima-rodada>. Informações consolidadas.

Autorizações para exploração comercial de áreas aeroportuárias

A Secretaria de Aviação Civil é também responsável por elaborar análises técnicas de contratos de exploração comercial que envolvam a cessão de espaços nos complexos aeroportuários concedidos por períodos superiores aos prazos remanescentes das concessões. Os pedidos de aprovação de contratos comerciais que extrapolam o prazo da concessão são analisados à luz do disposto na Portaria Minfra nº 93/2020.

Em 2022, foi autorizada, nos termos da Portaria Minfra nº. 93/2020, a celebração de quatro contratos comerciais pelo aeroporto de Guarulhos (SBGR), os quais preveem a realização de investimentos no valor aproximado de R\$ 1,9 bilhão. Além disso, foi autorizado a celebração de um contrato comercial no aeroporto de Fortaleza (SBFZ), por meio do qual deverão ser investidos R\$ 818 milhões no desenvolvimento do sítio aeroportuário (tabela abaixo).

Empreendimentos aprovados em 2022 - Portaria Minfra 93/2020		
AEROPORTO	EMPREENHIMENTO	VALOR DO INVESTIMENTO (R\$ milhões)
Guarulhos	MRO United Airlines	750
Guarulhos	Hotel e centro de eventos	100,015
Guarulhos	Condomínio logístico	676,206
Guarulhos	Terminal VIP	411,06
Fortaleza	Condomínio logístico	818

Os investimentos deverão contribuir para o aumento das receitas auferidas pelos operadores aeroportuários, além de gerar a valorização dos ativos pertencentes à União.

Parceria Público-Privada (PPP) de Aeroportos Regionais no Amazonas

O Ministério da Infraestrutura atuou ainda no âmbito da PPP Amazonas, do Governo Federal, que pretende conceder bloco de oito aeroportos regionais, delegados aos seus municípios, todos localizados no estado do Amazonas: Parintins, Carauari, Coari, Eirunepé, São Gabriel da Cachoeira, Barcelos, Lábrea e Maués.

Trata-se de aeroportos qualificados no PPI por meio do Decreto nº 10.635, de 22 de fevereiro de 2021. O modelo que se pretende adotar é o de concessão patrocinada, com a concessão dos serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária à gestão privada, com vistas a sanar deficiências de infraestrutura e de gestão, que prejudicam a prestação adequada dos serviços aeroportuários.

Como se trata de PPP na qual o patrocínio público representa mais de 70% (setenta por cento) da remuneração do parceiro privado, a necessária autorização legislativa específica deu-se pela Lei nº 14.368, de 14 de junho de 2022, em atendimento ao que determina a Lei nº 11.079/04 (Lei das PPPs).

Com o intuito de subsidiar tecnicamente a modelagem do bloco e a valoração dos ativos, a Empresa de Planejamento e Logística S.A. (EPL) contratou o Consórcio Logit-Queiroz/Maluf-JGP-DB Brasil por meio do Contrato nº 17/2021.

O objeto do Contrato nº 17/2021 estabeleceu que o Consórcio deveria entregar produtos específicos (por aeroporto) e produtos comuns (para o bloco de aeroportos), assim dispostos: (i) produtos específicos: (i.a) Estudos de Mercado; (i.b) Estudos de Engenharia e Afins; (i.c) Estudos ambientais; e (i.d) Avaliação Econômico-Financeira; e (ii) produtos comuns: (ii.a) Avaliação Econômico-Financeira do Bloco; e (ii.b) Modelagem Jurídico-Institucional.

Como subsídios à elaboração dos estudos de viabilidade que se encontram em andamento, a Secretaria de Aviação Civil apresentou considerações e sugestões de aprimoramento para as versões revisadas dos EVTEA enviadas pela, agora, INFRA S.A., que encaminhou, por conseguinte, para análise da ANAC e posterior submissão à consulta pública.

Anuência Prévia para realização de concessão patrocinada

Foi recentemente concluída análise do pedido de anuência prévia para realização de concessão patrocinada à iniciativa privada da exploração do atual Aeroporto de Porto Seguro (SBPS), conjugada à construção e exploração do Novo Aeroporto Internacional Costa do Descobrimento (sem código ICAO), localizado no município de Santa Cruz Cabralia – BA.

Após encaminhamento das considerações da unidade técnica, bem como as observações constantes no Quadro de Anuência, que trata do atendimento aos requisitos regulamentares, conforme identificado no documento, o material encaminhado por último, em 24 de outubro, foi objeto de análise pela unidade técnica competente e encaminhado para submissão à Consultoria Jurídica junto ao Ministério (Minfra) para análise jurídica da minuta de Portaria proposta. Após os devidos trâmites, foi publicada a Portaria nº 1611/2022.

No que tange à edição de portaria de anuência prévia para concessão de aeroportos delegados a estados e municípios, no ano de 2022 a SAC/Minfra fez publicar ainda a Portaria nº 59/2022 para o Aeroporto Governador Carlos Wilson, localizado em Fernando de Noronha, delegado ao estado de Pernambuco.

Adequação da Infraestrutura Aeroportuária

O Brasil segue ampliando a capacidade da rede de aeroportos no transporte de passageiros e no processamento de cargas, com expansão dos investimentos em obras de construção, reforma, ampliação e modernização. Dessa forma, as obras concluídas até o 4º trimestre do exercício de 2022, foram as seguintes:

- Aeroporto de Fernando de Noronha/PE: Aquisição e instalação de equipamentos de auxílio a navegação aérea - sinalização dos morros que constituem obstáculos à navegabilidade;
- Aeroporto de Sorriso/MT: Reforma e recuperação completa da PPD;
- Aeroporto de Ipatinga/MG: Infraestrutura do lado ar;
- Aeroporto de Cascavel/PR: Aquisição e Instalação de Equipamentos (esteira de bagagens e cancela);
- Aeroporto de Itacoatiara/AM: Recapeamento de pista de pouso e decolagem, recuperação de faixa de pista, instalação de cerca operacional e revitalização de sinalização de pista;
- Aeroporto de Araguaína/TO – Etapa 1: Obras de drenagem, faixa, RESA e cerca operacional;
- Aeroporto de Joaçaba/SC: Alargamento, ampliação e recuperação da pista de pouso e decolagem, recuperação do pátio de aeronaves e taxiway, regularização das faixas de pista e áreas de segurança, sinalização horizontal, implantação de novo balizamento noturno, reforma e adequação do terminal de passageiros e serviços complementares;
- Aeroporto de Araxá/MG: Instalação de PAPI Primário e Secundário;
- Aeroporto de Feira de Santana/BA: Instalação de PAPI Primário e Secundário;
- Aeroporto de Valença/BA: Instalação de PAPI Primário e Secundário;
- Aeroporto de Caruaru/AM: Instalação de Estação Meteorológica de Superfície Automática;
- Aeroporto de Tucuruí/PA: Instalação de Estação Meteorológica de Superfície Automática;
- Aeroporto de Jacareacanga/PA: Instalação de Estação Meteorológica de Superfície Automática;
- Aeroporto de Caruaru/PE: Instalação de Estação Meteorológica de Superfície Automática



Outorgas aeroportuárias

Quanto à outorga de aeródromos civis no período de janeiro a dezembro de 2022, foram celebrados 16 convênios de delegação, dos quais: 2 são referentes à modernização da outorga (Aeroportos de Oiapoque - AP (SBOI) e Parati - RJ (SDTK)); 3 referem-se ao repasse da gestão entre os entes (Luziânia - GO (SWUZ); Conselheiro Lafaiete - MG (SNKF) e Fronteiras - PI (SSFL)); 2 deles tratam da regularização da outorga de exploração, quais sejam: Morrinhos - GO (SJ4Y) e de Belém Novo (SSBN), localizado em Porto Alegre - RS; e 8 dizem respeito a novos aeródromos a serem cadastrados e abertos ao tráfego aéreo pelos seus delegatários, são eles: Santo Antônio do Itá - AM; Santa Helena de Goiás - GO; São Gabriel do Oeste - MS; Sobradinho - RS; Três Passos - RS; São Joaquim - SC; Dionísio Cerqueira - SC; e Itararé - SP e Cairu - BA.



Aeródromos de Oiapoque - AP (SBOI), Belém Novo (SSBN), em Porto Alegre - RS e Santo Antônio do Itá - AM.

Além disso, foram celebrados termos aditivos aos convênios de delegação da exploração do Aeroporto de Paulo Afonso - BA (SBUF), cujo delegatário é o Estado da Bahia, e do Aeroporto Professor Urbano Ernesto Stumpf (SBSJ), delegado ao Município de São José dos Campos - SP. Referidos termos alteraram a data de assunção da exploração desses aeroportos pelos novos delegatários, em virtude da retirada da atribuição da Infraero para tais explorações.

Destaca-se, ainda, a celebração dos termos aditivos aos convênios relativos aos Aeródromos de Unaí - MG (SNUN), de Conceição - PB (SIBW) e de Cuité - PB (SICB), cujo objetivo foi a dilatação de prazos para a adoção de providências visando à abertura desses aeródromos ao tráfego aéreo, tendo em vista que atualmente se encontram interditados.

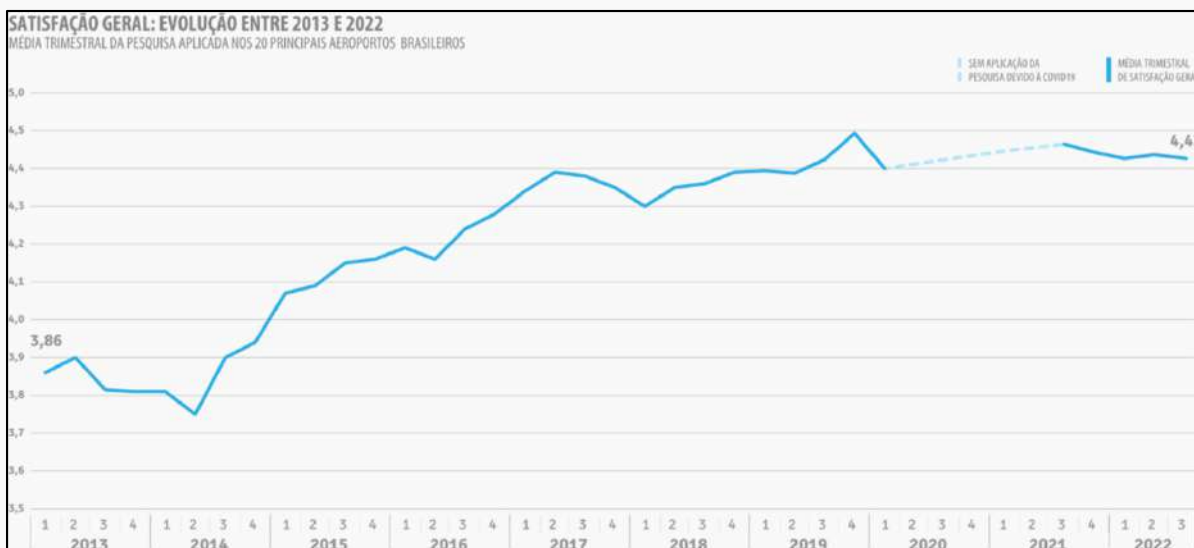
Noutra frente de atuação, com vistas a otimizar a utilização das infraestruturas aeroportuárias e a compatibilização entre as atividades civis e militares nos aeroportos que possuem instalações e operações militares, foi atualizado, em 2022, o Plano de Zoneamento Civil-Militar do Aeroporto Val-de-Cans (SBBE), Belém - PA, bem como concluídos os estudos para redimensionamento das áreas dos sítios aeroportuários de Barcelos - AM (SWBC) e Macapá - AP (SBMQ), ilustrados a seguir:



Quanto à outorga de aeródromos civis no período de janeiro a dezembro de 2022, foram celebrados 16 convênios de delegação, dos quais: 2 são referentes à modernização da outorga (Aeroportos de Oiapoque - AP (SBOI) e Parati - RJ (SDTK)); 3 referem-se ao repasse da gestão entre os entes (Luziânia - GO (SWUZ); Conselheiro Lafaiete - MG (SNKF) e Fronteiras - PI (SSFL)); 2 deles tratam da regularização da outorga de exploração, quais sejam: Morrinhos - GO (SJ4Y) e de Belém Novo (SSBN), localizado em Porto Alegre - RS; e 8 dizem respeito a novos aeródromos a serem cadastrados e abertos ao tráfego aéreo pelos seus delegatários, são eles: Santo Antônio do Itá - AM; Santa Helena de Goiás - GO; São Gabriel do Oeste - MS; Sobradinho - RS; Três Passos - RS; São Joaquim - SC; Dionísio Cerqueira - SC; e Itararé - SP e Cairu - BA.

Outras entregas da SAC

Adotando a premissa da qualidade dos serviços ofertados e a importância da opinião dos passageiros nas decisões dos agentes responsáveis pelo transporte aéreo, é realizada pesquisa de satisfação do usuário, na qual é avaliada a experiência do passageiro em diversos itens de infraestrutura, atendimento e serviços, sendo realizado o monitoramento do desempenho de diferentes processos aeroportuários, como check-in, inspeção de segurança, restituição de bagagem, dentre outros, nos principais aeroportos do país.



Cabe enfatizar também que está sendo implantado, com previsão de conclusão em 2024, na área de facilitação do transporte de carga aérea, o novo sistema de Controle de Carga e Trânsito CCT Importação – Modo Aéreo, coordenado pela Receita Federal, com o apoio do MInfra, que busca integrar os sistemas corporativos das empresas ao Portal Único do Comércio Exterior, viabilizando uma comunicação rápida, segura e transparente. A lógica do processo de fiscalização passa a ser a da não-intervenção humana no fluxo logístico. O novo processo é baseado no gerenciamento de riscos intensivos. Dessa forma, estima-se reduzir em até 90% os casos de intervenção humana, garantindo, ainda, maior segurança a partir de controles mais eficientes e inteligentes. Como consequência, espera-se uma redução significativa no tempo médio (a meta é reduzir em até 80%) e nos custos envolvidos.

Promoção da Segurança da Aviação Civil

A segurança do transporte aéreo pode ser dividida em dois tipos: segurança operacional ou de voo (safety) e proteção contra atos de interferência ilícita (security). A segurança de voo (safety) é o estado no qual o risco de ocorrência de acidentes ou incidentes aeronáuticos é reduzido ou mantido em um nível aceitável por meio de um processo contínuo de identificação de perigos e gerenciamento dos riscos. As ações relativas a safety – certificação e fiscalização - alcançam as empresas aéreas, os tripulantes, os operadores de aeródromos e os fabricantes de produtos aeronáuticos. Já security é a combinação de medidas, recursos humanos e materiais destinados a proteger a aviação civil contra atos de interferência ilícita em aeroportos e aeronaves que possam colocar em risco a operação aérea - como, por exemplo, os atentados terroristas.

Em 08 de setembro de 2022, foi publicado o Decreto nº 11.195, que dispõe sobre o Programa Nacional de Segurança da Aviação Civi contra Atos de Interferência Ilícita – PNAVSEC. O novo decreto promoveu atualizações às normas internacionais da OACI (Organização da Aviação Civil Internacional), da qual o Brasil é membro, sendo necessária a revisão da legislação, para disciplinar a aplicação de medidas de segurança destinadas a garantir a integridade de passageiros, tripulantes, pessoal de terra, público em geral, aeronaves e instalações de aeroportos brasileiros, a fim de proteger as operações da aviação civil contra atos de interferência ilícita cometidos no solo ou em voo.

No que se refere à segurança do transporte aéreo, o Governo Federal fiscalizou, no ano de 2021, diversos itens relativos à regulação econômica, infraestrutura aeroportuária, operações aéreas e aeronavegabilidade. Essas ações contribuíram para a redução da média móvel da taxa de acidentes aeronáuticos com fatalidade em operações regulares, por 1 milhão de decolagens. No ano de 2007, o índice Brasil estava em 1,48, caiu para 0,19 no ano de 2015 e alcançou taxa 0 (zero) em 2016, mantendo-se em 0 (zero) em 2017, 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022. Esse é um parâmetro mundialmente utilizado como indicador de desempenho da aviação civil e representa um excelente resultado para o setor aéreo brasileiro.

Capacitação profissional e desenvolvimento tecnológico

Também foi promovido um conjunto de eventos referente as Ações Nacionais de Aviação Civil para promover o cumprimento consciente dos requisitos regulamentares e aprimorar a cultura da segurança no setor, como também reduzir a assimetria de informações entre as partes envolvidas. Tais eventos têm o objetivo de desenvolver a aviação civil a partir de atividades ligadas à qualificação, capacitação e divulgação de informações aos profissionais da aviação civil.

Nesse sentido, o Programa de Treinamento para Profissionais de Aeroportos - TREINAR ofereceu 1.289 vagas remanescentes para o curso online de Introdução à Aviação, por meio de parceria estabelecida entre a SAC/Minfra e a instituição de ensino norte-americana Embry-Riddle Aeronautical University. O curso objetiva nivelar o conhecimento dos profissionais de aeroportos regionais, de forma a suprir a deficiência acerca de conceitos básicos sobre aviação, bem como atualizar e ampliar o conhecimento dos profissionais mais experientes, qualificando-os para melhor exercerem seu ofício. Também, por meio do TREINAR, foram oferecidas 910 vagas em 12 cursos, voltados para a operação e gestão dos aeroportos públicos de pequeno e médio porte, de forma a proporcionar a continuidade e melhoria das operações aeroportuárias, dentro de níveis adequados de segurança, prover condições para o crescimento sustentável da malha aérea civil e melhorar a qualidade dos serviços prestados por aeródromos brasileiros.

Em relação ao desenvolvimento tecnológico, finalizado o período de testes do projeto “Embarque mais Seguro” no final de 2021, em 25 de janeiro de 2022, houve a publicação da Resolução nº 1 da Comissão Nacional de Autoridades Aeroportuárias – Conaero, que recomendou ao setor de aviação civil a adoção de identificação biométrica de viajantes e profissionais no transporte aéreo no Brasil.

Ainda, por intermédio da SAC/Minfra, em 11 de fevereiro de 2022, foi celebrado acordo entre Serpro e Infraero para viabilizar a operação do projeto em produção nos aeroportos de Santos Dumont e Congonhas, iniciado em agosto de 2022. Está em fase final a discussão sobre portaria interministerial que estabelecerá os órgãos públicos controladores das bases de dados de passageiros e tripulantes, oriundas do projeto, conforme requer a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).

Em 9 de agosto de 2022, o projeto “Embarque mais Seguro” entrou em operação nos aeroportos Santos Dumont e Congonhas, consolidando a implementação do Projeto e tornando-o disponível para adoção por outros aeroportos brasileiros. A iniciativa já conta com a adesão das 3 principais companhias aéreas do país que, inclusive, incorporaram a opção de reconhecimento biométrico operacionalizada pelo Serpro, na função “check-in” de seus aplicativos.

Também no 1º semestre de 2022, teve início a operação do Sistema Brasileiro de Informação Antecipada de Passageiros (Sisbraip), ferramenta idealizada pela SAC/Minfra e disponibilizada aos órgãos de controle de fronteira, que possibilita o uso mais efetivo das informações API/PNR (Informações Antecipadas sobre Passageiros - Advance Passenger Information – API / Registro de Identificação de Passageiros - Passenger Name Record - PNR), disponibilizadas pelas empresas aéreas àqueles órgãos, em cumprimento à Resolução nº 255, de 13 de novembro de 2012 (alterada pela Resolução nº 595, de 11 de novembro de 2020), tomando as fiscalizações mais assertivas nos aeroportos nacionais.

Já em relação aos Estudos e Planejamento da Aviação Civil, com vista ao cumprimento das diretrizes do Plano Integrado de Transportes, avançou-se significativamente nos trabalhos voltados à atualização do plano tático setorial de aviação civil, Plano Aeroviário Nacional – PAN 2022 – 2052. O PAN terá como foco identificar polos em que o transporte de pessoas e carga num cenário de projeção de demanda possa ser absorvido pela rede de aeroportos. O documento, com o modelo estratégico e a malha de aeroportos considerada, foi apresentado no processo de tomada de subsídio, em setembro de 2022, para receber contribuições da sociedade.

Combustíveis Sustentáveis de Aviação

Um debate central para o setor aéreo refere-se à produção de combustíveis sustentáveis de aviação (SAF) no Brasil. Ao longo de 2022, a SAC participou de diversos fóruns sobre o tema, entre eles o Subcomitê ProBioQAV, criado no âmbito do Programa Combustível do Futuro, instituído pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE).

Em fevereiro de 2022, o Subcomitê ProBioQAV concluiu seus trabalhos com a apresentação das premissas da futura política pública que introduzirá o SAF na matriz energética brasileira, aprovada pelo Comitê Técnico Combustível do Futuro em janeiro desse mesmo ano. Com efeito, muito embora contribua para o desejado propósito de redução de emissões, há grande incerteza sobre os impactos da introdução do SAF sobre os custos operacionais do transporte aéreo, o que torna imprescindível o contínuo envolvimento da Secretaria no debate. Com o intuito de fomentar e promover a temática, a SAC estabeleceu duas importantes cooperações:

- Cooperação com a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF): para realização de estudos acerca das alternativas do setor aéreo diante dos compromissos nacionais e internacionais de redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE) relacionados ao uso de SAF e suas implicações com vistas a subsidiar a Secretaria na proposição e avaliação de políticas e diretrizes para regulação econômica de serviços aéreos, infraestrutura aeroportuária e aeronáutica civil, para estímulo ao desenvolvimento, à concorrência, à sustentabilidade ambiental e à prestação adequada dos serviços. A parceria tem duração de 24 (vinte e quatro) meses, com um investimento total no valor de R\$ 1.244.414,00 (um milhão, duzentos e quarenta e quatro mil e quatrocentos e catorze reais), já tendo sido paga a primeira parcela de R\$ 229.123,00 (duzentos e vinte e nove mil e cento e vinte e três reais).

- Cooperação com a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) para a realização de investimentos no Centro de Pesquisas e Análises Tecnológicas (CPT) da Agência. Localizado em Brasília, o laboratório atualmente possui infraestrutura para certificação de cerca de 60% dos ensaios exigidos nas especificações de querosene de aviação alternativo. Nesse sentido, a SAC firmou o TED para realização de investimentos, no valor de R\$ 11.468.961,83 (onze milhões quatrocentos e sessenta e oito mil e novecentos e sessenta e um reais), ao longo de quatro anos, de maneira que o laboratório esteja apto a realizar todos os testes necessários à certificação de qualidade dos combustíveis de aviação. Entende-se que a medida é de extrema relevância não apenas para a segurança da aviação, como para o desenvolvimento dos combustíveis sustentáveis.

Ademais, a partir da provocação da ASPAR do Gabinete do Ministro, realizam-se acompanhamentos e manifestações técnicas acerca de iniciativas legislativas que alterem normativos e marcos regulatórios do setor, ou que de alguma maneira possam impactar no desenvolvimento e nível de serviços do modal aéreo.

Participação do Brasil na Organização de Aviação Civil (OACI)

Com o objetivo de contribuir com os esforços da Organização de Aviação Civil (OACI) na redução do impacto da aviação civil e no cumprimento das metas relativas às mudanças climáticas, a SAC, em conjunto com a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), publicou a 4ª edição do Plano de Ação para a redução das emissões de CO2. O documento traz um diagnóstico do desempenho da aviação civil brasileira em termos de impacto nas mudanças climáticas, bem como as ações propostas para a mitigação das emissões de gases no efeito estufa.

Em 2022, houve um intenso trabalho conduzido pela ANAC para coordenação da participação brasileira na 41ª Assembleia da OACI, realizada de 27 de setembro a 7 de outubro de 2022. A Assembleia é convocada a cada três anos pelo Conselho da Organização e tem como objetivo estipular as diretrizes a serem seguidas pela OACI no triênio seguinte, decidir sobre matérias encaminhadas pelo Conselho, revisar trabalhos técnicos, legais, econômicos e administrativos da Organização, entre outros.

Em votação, que ocorreu no dia 1º de outubro, o Brasil foi reeleito membro do Grupo I do Conselho da OACI para o período de 2023 a 2025, tendo recebido a maior votação entre os candidatos ao Grupo I, com total de 158 votos dos 170 possíveis, equivalente a 93%. A votação reforça a posição estratégica do Brasil no Conselho da OACI e assegura a continuidade da representação brasileira no maior fórum da aviação civil internacional.

Aumento da Competitividade no Transporte Aéreo

Como resultado das ações adotadas pelo Ministério da Infraestrutura no âmbito do Programa Competitividade do Transporte Aéreo, estão sendo alcançados objetivos expressivos para o setor de aviação civil, como a especificação do combustível JET-A para comercialização no mercado brasileiro pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Ainda como parte das ações desse Programa, o Ministério da Infraestrutura vem participando de debates com o Ministério da Economia, com a ANP e com a ANAC sobre formas de aumentar a competitividade na distribuição de combustíveis nos aeroportos. Nesse sentido, no dia 02 de junho de 2022, a ANAC submeteu à consulta pública proposta de alteração das Resoluções nº 302, de 5 de fevereiro de 2014, e nº 116, de 20 de outubro de 2009, para regular as condições de acesso aos Parques de Abastecimento de Aeronaves. Após análise das contribuições recebidas, a nova regulação deve entrar em vigor no início de 2023.

O Ministério também tem discutido com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) iniciativas para a redução da judicialização no transporte aéreo, outro item de custo significativo para as empresas aéreas. Nesse sentido, foi estabelecida cooperação técnica com o CNJ, com vigência de 36 meses, prorrogável até 60 meses, com o intuito de ter acesso aos dados referentes aos processos judiciais contra empresas de transporte aéreo regular de passageiros, que tramitaram pelo Poder Judiciário a partir do ano de 2020. O acesso aos dados visa possibilitar o desenvolvimento de estudos relativos à judicialização no transporte aéreo.

Embora não faça parte do Programa, a aprovação da Lei nº 14.368/2022 (proveniente da Medida Provisória nº 1.089/2021) empreendeu ganhos expressivos de eficiência ao realizar alterações legais que promoveram a desburocratização e modernização regulatória do transporte aéreo. Entre os benefícios advindos da medida, pode-se citar a redução da tarifa aeroportuária em 35,9% nos principais aeroportos brasileiros, a regulamentação pela ANAC do tratamento dispensado aos passageiros indisciplinados, entre outras melhorias estruturantes com foco na simplificação de procedimentos e alinhamento às regras internacionais.

Transporte Terrestre e Trânsito

Com a finalidade de fazer frente aos principais desafios do setor, o Programa Transporte Terrestre e Trânsito, contemplado no PPA 2020-2023, baseia-se na cobertura da malha, na capacidade das rodovias e ferrovias, na eficiência e na segurança do transporte terrestre e do trânsito para a melhoria da infraestrutura do país, com a adequação da capacidade das rodovias e ferrovias. O desafio em médio e longo prazo do Programa Transporte Terrestre e Trânsito é ampliar a cobertura dos modais ferroviário e rodoviário para compatibilizá-los à crescente demanda de cargas e passageiros. Além do investimento público, as concessões/parcerias têm sido fundamentais para permitir a prestação de serviço público pela iniciativa privada, de modo a aumentar os investimentos, impulsionar a economia, ampliar a capacidade de produção, reduzir os custos de escoamento e aprimorar a infraestrutura logística, para melhorar a qualidade dos serviços e gerar empregos e renda para os brasileiros. Tais iniciativas demonstram os esforços do Minfra a fim de promover o desenvolvimento da infraestrutura de transportes do país, com resultados positivos aos usuários e à economia.

Resultado do Índice de Eficiência do Sistema de Transporte Terrestre e Trânsito - IESTTT

Referência 2019	Resultado 2022	Meta PPA (2022)	Peso PEI	Peso	Subíndices	Referência (2019)	Resultado (2022)	Meta PPA (2022)
1,88	5,72	6,0	Competitividade 0,6	0,08	Indicador 1	0,06	0,24	0,29
				0,29	Indicador 2	0,23	1,46	1,04
				0,36	Indicador 3	0,29	2,16	1,30
				0,115	Indicador 4	0,13	0,12	0,41
				0,1	Indicador 5	0,11	0,08	0,36
				0,055	Indicador 6	0,10	0,06	0,20
			Segurança 0,2	0,35	Indicador 7	0,13	0,56*	0,42
				0,175	Indicador 8	0,06	0,11	0,21
				0,175	Indicador 9	0,06	0,07	0,21
				0,075	Indicador 10	0,03	0,02	0,09
				0,075	Indicador 11	0,03	0,02	0,09
				0,09	Indicador 12	0,02	0,13	0,11
			Satisfação 0,2	0,06	Indicador 13	0,02	0,02	0,07
				0,7	Indicador 14	0,19	0,14	0,84
				0,3	Indicador 15	0,11	0,53	0,36

*Utilizados os dados do DATASUS de morte no trânsito de 2021 (Existe um delay de 90 dias para atualização dos dados anuais que são divulgados com defasagem de um ano).

Para medir os resultados do Programa ao longo dos anos, foi instituído o Índice de Eficiência do Sistema de Transporte Terrestre e Trânsito (IESTTT). Esse índice busca avaliar os resultados e impactos da política de transporte terrestre e trânsito, abordando as dimensões do Planejamento Estratégico Institucional – PEI (competitividade, segurança e satisfação do usuário). O IESTTT é composto de 15 indicadores setoriais ou subíndices, sendo: evolução da malha rodoviária (1); manutenção rodoviária (2); concessões rodoviárias (3); carga transportada em ferrovias (4); velocidade média comercial - ferroviário (5); eficiência energética - ferroviário (6); morte no trânsito (7); acidentes em rodovias federais (8); vítimas fatais em acidentes em rodovias federais (9); índice de acidentes ferroviários (10); acidentes ferroviários com óbitos (11); conflitos ferroviários solucionados (12); acidentes ferroviários graves (13); malha rodoviária não-concedida entre bom/ótimo estado de conservação (14); e integração de municípios ao Sistema Nacional de Trânsito (15). No ano de 2022, observa-se que os subíndices 2, 3, 7, 12 e 15 superaram a meta para o ano, ocasionando um resultado de 5,72, equivalente a 95,33% da meta.

Investimentos plurianuais prioritários

O Ministério da Infraestrutura possui 13 investimentos plurianuais prioritários listados nos anexos III da Lei do PPA nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019. Destes, todos fazem parte do Programa Transporte Terrestre e Trânsito, sendo 12 do transporte rodoviário e um do transporte ferroviário, a seguir listados:

INVESTIMENTOS PRIORITÁRIOS – Exercício de 2022

Empreendimento	Extensão (km)	Lotes	Execução Física (km)	% de Execução	Execução Financeira (milhões R\$)	Previsão de Conclusão
BR-280/SC - Adequação - S. Francisco do Sul - Jaraguá do Sul	73,9	3	8	10,83	89,44	dez/2025
BR-470/SC - Adequação - Navegantes - Rio Sul	73,2	5	25	34,15	27,91	dez/2024
BR-101/BA - Adequação - Divisa SE/BA - Entr. BR-324	166,5	4	4,4	2,67	24,63	dez/2025
BR-381/MG - Duplicação - Gov. Valadares - Belo Horizonte	303	2	0,92	0,3	53,59	dez/2023
BR-163/PA - Construção - Divisa MT/PA - Santarém	914	2	0 ¹	0	9,51	dez/2024
Porto de Pecém - Acesso rodoviário - BR-222/CE	24	1	17 ²	70,83	47,67	dez/2024
BR-163/MT - Adequação - Rondonópolis - Cuiabá - Posto Gil	403	3	0	0	19,44	dez/2023
BR-101/AL - Adequação - Divisa AL/PE - Divisa AL/SE	248,4	2	56,08	22,58	83,55	dez/2023
BR-116/RS - Adequação - Eldorado do Sul - Pelotas	227	9	11,01	4,85	123,45	dez/2024
BR-163/PR - Adequação - Cascavel - Guaíra	147	2	14,21	9,67	26,05	dez/2023
BR-163/PR - Adequação Entr. BR-277 - Cascavel - Marmelândia	74	1	0	0	3,13	dez/2023
Construção da Segunda Ponte sobre o Rio Guaíba - nas BRs 116/290/RS	2,9	1	0	0	3,66	Inaugurada
Construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste - FIOEL (Ilhéus/BA - Barreiras/BA)	485	-	29	5,21	314,37	dez/2023

Resultados 2022

Modal rodoviário

- Concessões rodoviárias: foram leiloados 726,9 km, correspondendo ao trecho da BR-116/465/493/RJ/MG, com assinatura de contrato em agosto de 2022. Além disso, foram assinados os contratos das BR-163/230/MT/PA (1.009,52 km) e BR-116/101/SP/RJ (625,8 km), trechos leiloados em 2021.
- Construção ou adequação de rodovias federais: foram executados 339,99 km de obras de construção/adequação rodoviária. Os empreendimentos executados foram regionalizados da seguinte forma: no Nordeste 166,14 km; no Sul 117,18 km; no Centro-Oeste 28,94 km; no Sudeste 16,32 km e no Norte 11,41 km. O total realizado corresponde a 97,14% da meta de 350 km para o exercício.
- Manutenção de rodovias federais: atualmente, 57.820,53 km (94,4%) de um total de 61.249,66 km da malha rodoviária federal encontram-se assegurados por serviços de manutenção, sendo 86,43% cobertos por contratos de Conservação - tem como objetivo eliminar a existência de buracos e melhorar a qualidade do estado de conservação das rodovias federais; 5,77% cobertos por contratos de Recuperação e Manutenção (CREMA) - contratos de 3 a 5 anos de duração, projetos de engenharia otimizados, recuperação funcional e estrutural do pavimento, manutenção por padrões de desempenho, os níveis de serviço têm que ser garantidos durante todo o período do contrato conforme Instruções de Serviço vigentes; e 2,2% cobertos por contratos de restauração ou construção - intervenção destinada a adaptar a rodovia, de uma forma permanente, às condições de tráfego atuais e futuras, prolongando seu período de vida.

Modal ferroviário

- Construção de ferrovias: na Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL), trecho entre Caetité/BA e Barreiras/BA, intitulado como FIOL II, foram investidos R\$ 278,7 milhões, gerando um avanço físico de 5,21% (percentual referente a todas as intervenções do empreendimento, como terraplanagem, drenagem, superestrutura e assentamento de trilhos), resultando na entrega de 29 km de trilhos assentados. Sendo alcançado um percentual de 44,13% da meta.

Trânsito

Na agenda de trânsito pode-se destacar:

- Lançamento do Painel PNATRANS - ferramenta desenvolvida pela SENATRAN com o objetivo de facilitar a implantação, a gestão e o monitoramento do PNATRANS. Por meio do Painel os órgãos e entidades de trânsito que possuem ações sob sua responsabilidade poderão consultá-las, o que poderá auxiliar tais órgãos no planejamento e na definição da estratégia de execução do PNATRANS, que conta ainda com um ambiente específico para o lançamento de resultados acerca do andamento das ações e produtos desenvolvidos, além de permitir o acesso a informações estratégicas e operacionais de monitoramento bem como outros documentos e novidades relacionadas ao tema.
- Foi instituída a Câmara Temática de Gestão e Coordenação do PNATRANS (CTPNAT). As Câmaras Temáticas são órgãos técnicos que têm como objetivo estudar e oferecer sugestões e embasamento técnico sobre assuntos específicos para decisões do CONTRAN, nos termos do art. 13 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

- Foram firmados Acordos de Cooperação Técnica (ACT) para, por meio de parcerias, fomentar as ações de segurança e educação no trânsito com diversos atores do setor, como: WRI Brasil, Observatório Nacional, Observatório Nacional de Segurança Viária, Fundação MAPFRE, Ministério da Justiça e Segurança Pública, por meio do Conselho Nacional de Justiça, Ministério de Desenvolvimento Regional, Instituto Nacional de Projetos para o Trânsito e Segurança, Universidade de Brasília, Associação Nacional de Segurança Viária, Associação Brasileira de Engenharia Automotiva, entre outros em fase de conclusão.

Outras entregas

Quanto à Transformação Digital, foram realizadas diversas ações de desburocratização, simplificação e a redução de tempo e de custos, permitindo a agilidade e universalidade na prestação de serviços públicos, tais como:

- Lançamento do novo layout da app da Carteira Digital de Trânsito (CDT), na qual o design foi reformulado disponibilizando para o cidadão uma nova versão mais amigável e intuitiva, além disso a solução de liveness foi reformulada tornando o processo de reconhecimento facial mais simples melhorando a usabilidade do app da CDT e houve o lançamento do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV-e) e da Autorização para Transferência de Veículo Automotor (ATPV-e), ambos em formato digital, em substituição aos documentos em papel moeda.
- Venda Digital que consiste em nova funcionalidade do aplicativo da Carteira Digital de Trânsito (CDT), que permite a assinatura digital da Autorização para Transferência de Propriedade de Veículos (ATPVe) pelo vendedor e comprador e a comunicação automática da venda onde 15 UF's aderiram.
- Painel do Registro Nacional de Acidentes e Estatísticas de Trânsito (RENAEST) com a consolidação da base nacional.
- Lançamento do Registro Nacional Positivo de Condutores (RNPC): cadastro inovador no Brasil que visa valorizar as boas práticas dos condutores e estimular o respeito às leis de trânsito, trazendo maior segurança para as vias brasileiras.
- O e-Frotas-Infrações, que trata de uma solução criada pela SENATRAN em parceria com o Serpro, que está disponível para pequenos, médios e grandes frotistas, e acaba com a morosidade na obtenção de informações e seus consequentes prejuízos financeiros, dando a garantia da legitimidade dos dados consultados e minimiza riscos de negócio.



Duplicação do acesso rodoviário ao Porto de Pecém na BR-222/CE (fonte: Mlnfra)



Adequação da BR-470/SC – Navegantes – Rio Sul (fonte: Mlnfra)

Publicação da Agenda Regulatória 2022

Edição de normativo que contempla a relação dos 49 temas de cunho regulatório a serem debatidos pelo Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN e pela Secretaria Nacional de Trânsito - SENATRAN no ano de 2022, com o objetivo de conferir transparência, previsibilidade e segurança jurídica no processo regulatório.



Principais Resoluções CONTRAN 2022 - Segurança viária e veicular

- ✓ nº 882 – Estabelece limites de pesos e dimensões para veículos com Semi Reboques dotado de 4º Eixo;
- ✓ nº 956 - Designa requisitos para produção de veículos tipo semirreboque com eixo elétrico auxiliar e sua instalação;
- ✓ nº 789 - Revisão Formação de Condutores;
- ✓ nº 973 – Institui Regulamento de Sinalização Viária.

Desburocratização

Foram revisadas:

- ✓ 594 Resoluções
- ✓ 266 Portarias

Semana Nacional de Trânsito

Realizada **anualmente entre os dias 18 e 25 de setembro**, envolvendo ações com o objetivo de conscientizar todos os envolvidos no dia a dia do trânsito, sejam eles motoristas, passageiros, motociclistas, ciclistas ou pedestres.



1º Seminário Internacional de Segurança Viária

Evento para debater e compreender os elementos e processos para dinamizar as ações preventivas dos acidentes de trânsito, com o objetivo de promover a participação ativa cidadã e alcançar a meta de ZERO mortes no trânsito.



Prêmio SENATRAN

Tem o objetivo de incentivar a sociedade brasileira a realizar produções técnicas, científicas e artísticas com temáticas voltadas ao trânsito.



Transporte Aquaviário

O Programa Transporte Aquaviário no PPA 2020-2023 foi estruturado para dar uma visão integrada das políticas públicas voltadas à ampliação dos serviços de transportes no Brasil. Tendo como diretriz a ampliação do investimento privado em infraestrutura, orientado pela associação entre planejamento de longo prazo e redução da insegurança jurídica, como objetivo promover a eficiência, a qualidade e a segurança do sistema de transporte aquaviário, aumentando a sua disponibilidade e competitividade.

Para medir os resultados do Programa, foi instituído o Índice de Eficiência do Sistema de Transporte Aquaviário – IESTA, que busca avaliar os resultados e impactos da política de transporte aquaviário, abordando as dimensões do Planejamento Estratégico Institucional – PEI (competitividade e satisfação do usuário). O IESTA é composto de oito indicadores setoriais ou subíndices, sendo que os quatro primeiros medem a quantidade de carga movimentada: nas instalações portuárias públicas (1); na navegação de cabotagem (2); na navegação de longo curso (3); e na navegação interior (4), e os quatro últimos medem o tempo médio para atracação de navios que transportam: contêineres (5); soja (6); minério de ferro (7); e petróleo bruto (8). Foram alcançados 81,17% da meta para o ano.

Índice de Eficiência do Sistema de Transporte Aquaviário - IESTA

Resultado	Meta	Peso PEI	Peso Subíndice	Subíndices	Resultado (2022)	Meta PPA (2022)
4,87	6,00	Competitividade 0,7	0,25	Indicador 1	1,44	1,05
			0,25	Indicador 2	1,67	1,05
			0,25	Indicador 3	0,34	1,05
			0,25	Indicador 4	0,97	1,05
		Satisfação 0,3	0,25	Indicador 5	0,07	0,45
			0,25	Indicador 6	0,13	0,45
			0,25	Indicador 7	0,09	0,45
			0,25	Indicador 8	0,16	0,45

RESULTADOS 2022

Manutenção Hidroviária Realizada

Em 2022, foram realizadas todas as manutenções hidroviárias previstas no PPA:

- Início da Campanha de Dragagem da Hidrovia do Madeira: execução de dragagem em cinco locais diferentes do rio Madeira, entre o município de Porto Velho/RO e Manicoré/AM. Os serviços tem o objetivo de evitar a interrupção do transporte de cargas pelo rio durante o período de seca e garantir a utilização do transporte hidroviário da região;
- Manutenção das Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte - IP4: estão sendo mantidas e operadas 48 IP4 na região Norte, com previsão de oito novas IP4 (seis no Pará e duas no Amazonas) entrarem em operação. Os IP4 apresentam instrumentos de operação e manutenção de acordo com suas características técnicas originais, proporcionando maior segurança e eficiência aos usuários. Estes serviços garantem ainda a manutenção da infraestrutura, inclusive edificações de apoio à operação portuária, gestão e operação do parque portuário, dos equipamentos e da carga e descarga das embarcações e dos terminais de passageiros;
- Início da Campanha de Dragagem da Hidrovia do Taquari: execução de dragagem de pontos críticos na hidrovia do taquari, com o objetivo de melhorar as condições de segurança e navegabilidade;
- Início da Campanha de Dragagem da Hidrovia do Paraguai: execução de dragagem entre as cidades de Cáceres/MT e Corumbá/MS (tramo norte) e no passo de Jacaré (tramo sul); em um trecho com 156 km de extensão.
- Desobstrução das Hidrovias da Bacia Hidrográfica do Atlântico Nordeste Ocidental: execução de obras e serviços de desobstrução/destocamento a serem realizados nas margens dos rios Mearim e Grajaú, com o objetivo dar continuidade nas condições de segurança e navegabilidade da região garantidas por contratos anteriores;
- Manutenção das Eclusas: disponibilidade completa de eclusas, com a manutenção e operação, potencializando a navegação nas hidrovias brasileiras. Ao longo do ano, todas as eclusas nacionais sob responsabilidade do MInfra foram operacionalizadas. Foram assinados os novos contratos de operação e manutenção da eclusa de Sobradinho, da eclusa de Tucuruí e das eclusas do Sul (Amarópolis, Anel de Dom Marco, Bom Retiro do Sul e Fandangos) para os próximos cinco anos.

- Desobstrução das Hidrovias da Bacia Hidrográfica do Parnaíba: foram executados serviços de destocamento/remoção de toras e galhadas de canais navegáveis bloqueados pela vegetação em trecho com extensão de 157,87 km, na região do Delta do Parnaíba (municípios de Araisões/MA, Água Doce/MA, Tutóia/MA e Ilha Grande/PI).

Concessão de portos e terminais portuários

Durante o ano, houve assinatura de nove contratos de concessão de terminais portuários, totalizando R\$ 608,28 milhões em outorgas e R\$ 1,86 bilhões em investimentos previstos:

Além disso, foi realizado o leilão da Companhia Docas do Espírito Santo – Codesa, compreendendo os portos de Vitória e Barra do Riacho, totalizando R\$ 106,0 milhões em outorgas e R\$ 850,0 milhões em investimentos previstos. De imediato, o arrendatário deverá aportar R\$ 55 milhões na recuperação estrutural de todo o complexo portuário, R\$ 34 milhões na recuperação dos berços dos terminais Peiú e de São Torquato e mais de R\$ 270 milhões na modernização do canal de acesso. Também estão previstos R\$ 10 milhões como contrapartida na reforma de armazéns e em melhorias urbanas no acesso ao porto.

A aplicação dos recursos deverá dobrar a movimentação de cargas do Porto de Vitória de 7 milhões de toneladas para 14 milhões de toneladas por ano. Para Barra do Riacho, há a possibilidade de exploração de novas áreas, uma vez que 522 mil metros quadrados, de um total de 860 mil metros quadrados, são greenfield – ou seja, para projetos que comecem do zero – e poderão ser destinadas a novas atividades na zona portuária.

Construção ou reforma de embarcações ou estaleiros

Foram entregues 108 embarcações com a seguinte regionalização: 49 na região norte; 2 na região nordeste; 42 na região sudeste; e 15 na região sul. Em relação ao enquadramento, essas entregas representam 51 reparos; 45 modernizações; 7 conversões; e 5 construções de embarcações. Ressalta-se que não se observou entregas de projetos de estaleiros em 2022. Entretanto, houve desembolso de recursos para uma obra de estaleiro, cuja entrega é estimada para 2023. Ademais, com a alteração da Lei 10.893, de 2004, que possibilitou a inclusão de obras de infraestrutura portuária e aquaviária no escopo do financiamento de obras com recursos do Fundo da Marinha Mercante – FMM, foram aprovados três projetos de infraestrutura portuária, com previsão de entrega em 2023.

Leilões e contratos assinados em 2022

Porto	Perfil	Outorgas (milhões R\$)	Investimento (milhões R\$)
Suape/PE (SUA07)	Carga geral e granel mineral	0,015	59,8

Leilões em 2021 e contratos assinados em 2022

Porto	Perfil	Outorgas (milhões R\$)	Investimento (milhões R\$)	Contrato
Imbituba/SC (IMB05)	Granel líquido (soda)	0,2	25,05	maio/22
Mucuripe/CE (MUC01)	Granel vegetal (trigo)	1,0	47,6	maio/22
Maceió/AL (MAC13)	Granel vegetal (açúcar)	0,015	57,86	junho/22
Areia Branca/RN (TERSAB)	Granel mineral (sal)	0,1	164,11	julho/22
Salvador/BA (SSD09)	Carga geral	32,0	17,73	novembro/22
Macapá/AP (MCP02)	Granel vegetal (soja)	5,8	41,35	março/22
Santos/SP (STS08A)	Combustíveis líquidos	558,25	678,33	julho/22
Santos/SP (STS11)	Granel vegetal	10,0	764,85	setembro/22

Dragagens realizadas

Foi realizada uma dragagem na região Nordeste:

Dragagem no Porto de Recife/PE: com objetivo de estabelecer profundidade suficiente, facilitando a navegação e a chegada de navios de maior carga ao local. Os serviços incluíram os trabalhos de dragagem, de levantamentos hidrográficos inicial e final e de elaboração do projeto executivo.

Dragagens realizadas

Para 2023, estão previstos o desenvolvimento dos projetos de modernização das eclusas da Região Sul; intervenções de manutenção nas hidrovias e entrega de mais oito Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte – IP4 na região Norte.

Também há previsão de 24 arrendamentos:

Porto	Código	Perfil	Investimentos (milhões R\$)	Previsão Leilão
Mucuri/CE	MUC59	Combustíveis líquidos	193,34	1T2023
Mucuri/CE	TMP	Terminal marítimo de passageiros	3,19	1T2023
Maceió/AL	MAC11	Combustíveis líquidos	23,38	1T2023
Maceió/AL	MAC11A	Combustíveis líquidos	87,30	1T2023
Maceió/AL	MAC12	Combustíveis líquidos	26,95	1T2023
Vila do Conde/PA	VDC04	Granel sólido mineral	4,20	1T2023
Porto Alegre/RS	POA11	Granel sólido vegetal	4,30	1T2023
Porto Alegre/RS	POA02	Granel sólido vegetal	17,82	1T2023
Maceió/AL	MAC15	Granel sólido mineral (sal)	39,86	1T2023
Paranaguá/PR	PAR50	Combustíveis líquidos	338,19	1T2023
Rio Grande/RS	RIG71	Granel sólido vegetal (arroz)	48,88	2T2023
Porto Alegre/RS	POA01	Granel sólido vegetal	41,23	2T2023
Rio de Janeiro/RJ	RDJ06	Combustíveis líquidos	48,05	2T2023
Maceió/AL	MAC16	Granel sólido mineral	6,94	2T2023
Vila do Conde/PA	VDC10/10A	Granel mineral/líquido	1.160,80	2T2023
Paranaguá/PR	PAR14	Granel sólido vegetal	529,30	3T2023
Paranaguá/PR	PAR15	Granel sólido vegetal	662,89	3T2023
Santos/SP	STS33	TRA – Carga geral e contêiner	34,69	3T2023
São Francisco do Sul/SC	SFS201	Granel sólido mineral e carga geral	12,00	3T2023
Paranaguá/PR	Canal Acesso PNG	Canal de acesso	1.050,00	4T2023
Itaguaí/RJ	ITG02	Granel sólido mineral	3.065,00	4T2023
Paranaguá/PR	PAR03	Granel sólido mineral	172,53	4T2023
São Francisco do Sul/SC	TGSFS	Granel sólido vegetal	187,04	4T2023
Rio Grande/RS	RIG10	Carga Geral	10,00	4T2023

Estão previstos os encerramentos dos projetos de desestatização do porto organizados de Vitória e Barra do Riacho/ES e do porto de Itajai/SC e a desestatização e desinvestimento do porto de São Sebastião/SP e do porto de Santos/SP.



Dragagem do Porto de Recife (fonte: MInfra)



Desestatização da Codesa, que deixa de ser uma empresa pública e torna-se de capital privado após o pagamento de R\$ 326 milhões por suas ações - Foto: Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa)

Setor Portuário Nacional

São 18 portos delegados a Estados e Municípios
São 15 portos organizados administrados por 6 empresas controladas pela União:

- Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ
- Companhia Docas do Estado da Bahia – CODEBA
- Companhia Docas do Rio Grande do Norte – CODERN
- Companhia Docas do Ceará – CDC
- Companhia Docas do Pará – CDP
- Santos Port Authority – SPA

São 2 portos organizados concedidos a 1 empresa controlada por entes privados, desde Setembro/2022:

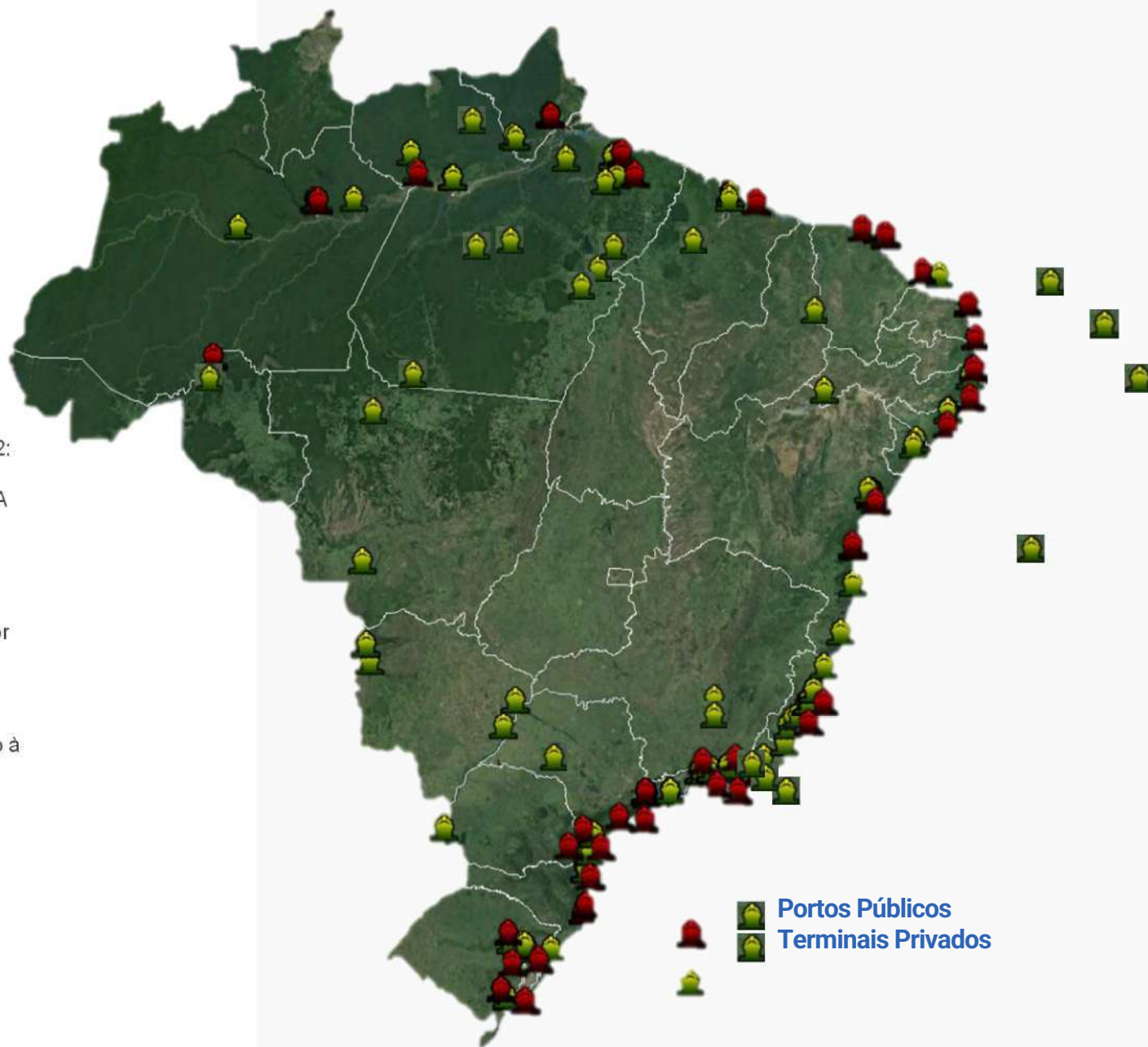
- Companhia Docas do Espírito Santo – CODESA

Comércio Exterior

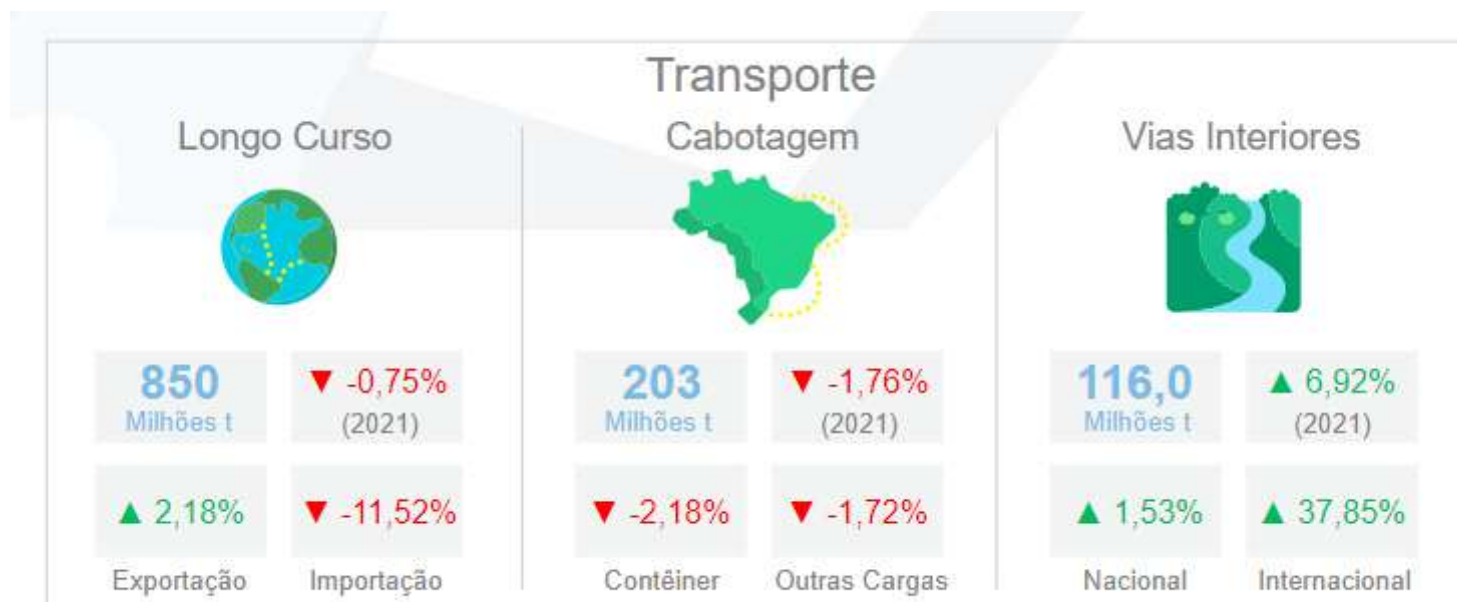
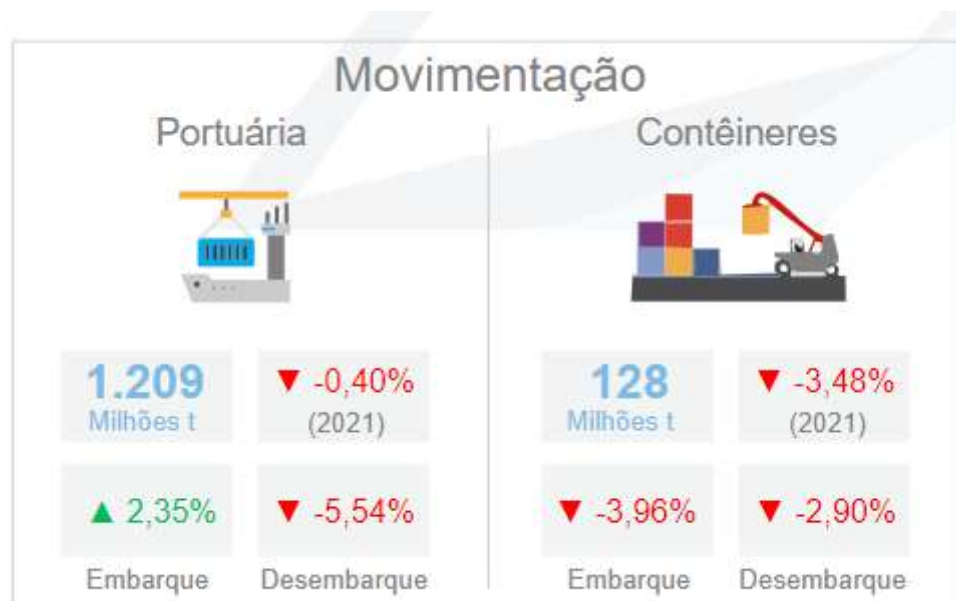
- ~97% do volume (t) e ~84% do montante das exportações e importações (Bi US\$) passam por portos marítimos (Siscomex Novembro/2022)

Distribuição do PIB

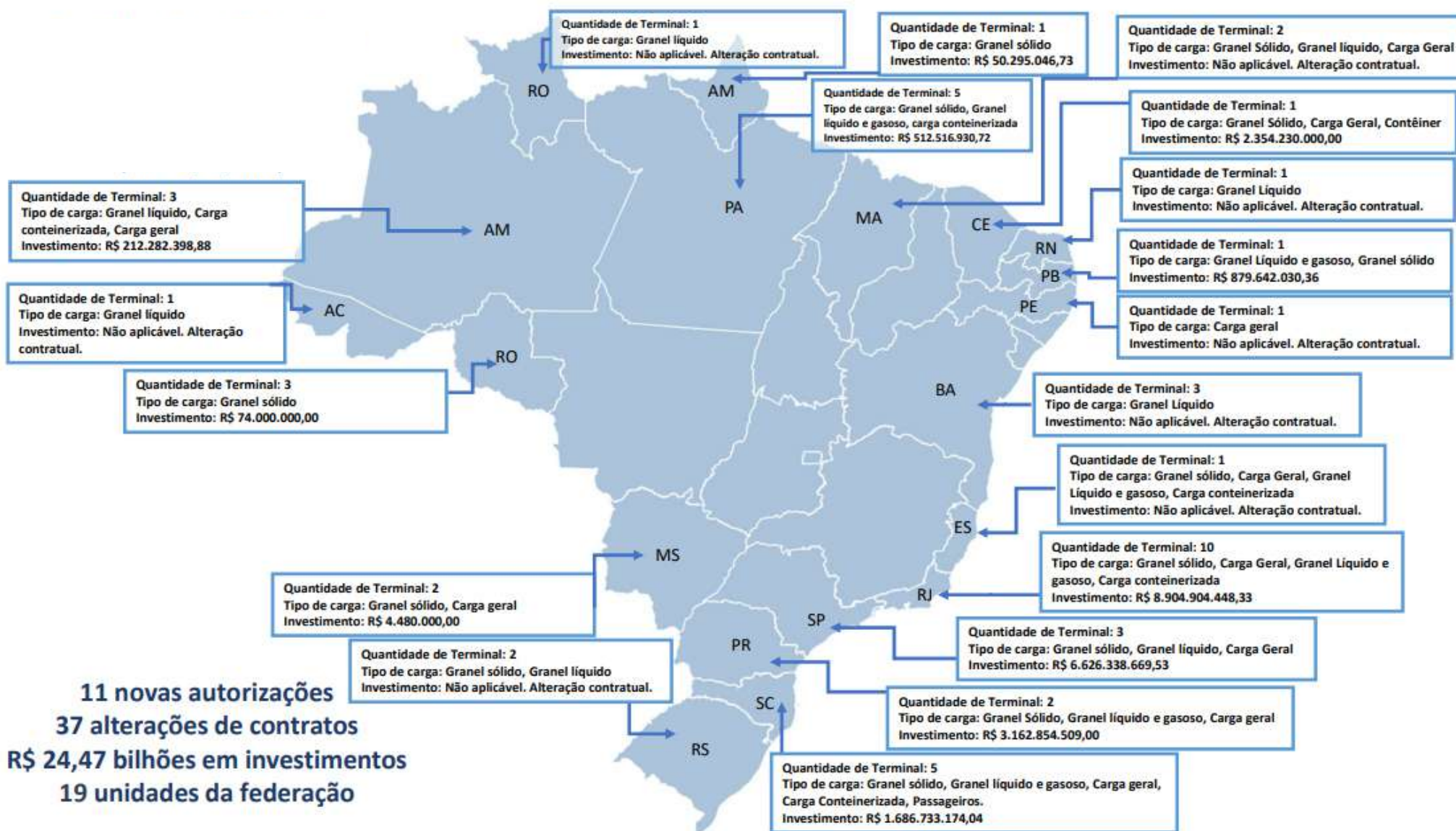
- ~78% do PIB nacional nos Estados com acesso à costa e com portos marítimos (IBGE 2020)



Resultado do Setor Portuário em 2022



Instalações Privadas Autorizadas – Ano 2022



Leilões Portuários Realizados



**03 Terminais
Portuários
Leiloados**



**R\$ 40 milhões
em outorgas**

Arrendamentos Realizados - Ano 2022

#	Cód.	Localização	Vocação	CAPEX (R\$)	BID (R\$)
1	STS	Santos/SP	Granel Vegetal	R\$ 764.846.000,00	R\$ 10.000.000,00
2	SUA 07	Suape/PE	Granel Mineral e Carga Geral	R\$ 59.842.000,00	R\$ 15.000,00
3	PAR32	Paranaguá/P R	Carga Geral	R\$ 4.170.000,00	R\$ 30.000.000,00
TOTAL				R\$ 828.858.000,00	R\$ 40.015.000,00

Desestatização

2022

Em março/2022 foi realizado o leilão do projeto de desestatização da Companhia Docas do Espírito Santo – CODESA, com o valor de outorga de R\$ 106 milhões. Ato contínuo o contrato de compra e venda das ações da companhia e o contrato de concessão foram assinados no 3º trimestre de 2022.

Além disso, concluiu-se a fase de consulta e audiência públicas dos projetos de desestatização dos Portos de Santos/SP, São Sebastião/SP e Itajaí/SC, os projetos já foram analisados pelas equipes técnicas do TCU, restando apenas a decisão final do plenário da Corte de Contas para continuidade do processo e posterior publicação dos editais.

2023

Estão em andamento os seguintes projetos: Portos de Salvador, Aratu-Candeias, Ilheús e CODEBA (iniciados os estudos para a desestatização da companhia e seus portos organizados); Ademais, o Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos – CPPI opinou favoravelmente pela qualificação no PPI e inclusão no Programa Nacional de Desestatização - PND da Companhia Docas do Pará - CDP e da Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ e seus respectivos portos organizados.



Prêmio Portos + Brasil – 3ª Edição

O Ministério da Infraestrutura (MInfra), por meio da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários (SNPTA), criou em 2020 o prêmio “Portos + Brasil”, como medida de incentivo à excelência na gestão e operação dos portos públicos organizados e dos terminais de uso privados.

Neste ano houve premiação em 9 categorias, sendo criada uma nova para avaliar a melhoria do desempenho dos portos públicos no Índice de Gestão das Autoridades Portuárias – IGAP, denominada “Avanço IGAP”.

Ressalta-se que a premiação tem como premissa a Portaria Nº 574, de 26 de dezembro de 2018, que dispõe da descentralização de competências relacionadas à exploração indireta das instalações portuárias dos portos organizados, com base em diversos indicadores de desempenho que compõem o IGAP, com vistas à melhoria da gestão e do desempenho portuário. Outro resultado entregue é o resultado do Ranking IGAP, 2022, em julho, onde pode ser [consultado no sítio](#) do Ministério da Infraestrutura, contendo todos os indicadores dos portos públicos brasileiros.

Evento Inova Portos – 1ª Edição

Em 2022 foram realizadas duas edições do Evento Inova Portos, como medida deste Ministério no intuito de promover a modernização e a inovação no setor portuário nacional. A Cultura de Inovação no Setor Portuário Brasileiro foi o tema da 1ª edição do Inova Portos, realizado nos dias 04 e 05 de abril, no Porto de Itaquí, cujo público-alvo foram os presidentes e diretores das Autoridades Portuárias brasileiras, mas contando, também com a participação de diversos atores do setor público, privado e acadêmico.

Dando continuidade ao fomento da inovação nos portos, nos dias 22 e 23 de agosto de 2022 foi realizada a segunda edição do Evento, na Santos Port Authority – SPA, em formato híbrido, abordando temas como ‘Desafio para inovar em empresas públicas’, “Desenvolvimento de um ecossistema de inovação” e “Comunidade portuária inovadora” foram debatidos nos painéis desta temporada. Na oportunidade, foi ainda compartilhado com os participantes que a terceira edição do evento será sediada no Porto de Itajaí, no primeiro semestre de 2023.



Modernização

Painel de Indicadores Portuários

O Ministério da Infraestrutura, em parceria com a Confederação Nacional de Transporte – CNT e apoio da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, desenvolveu o Painel de Indicadores Portuários, que é uma ferramenta com o objetivo de acompanhar as performances dos órgãos anuentes nos portos públicos, subsidiar os usuários, dirigentes, anuentes e atores do setor portuário quanto ao desempenho dos órgãos, permitindo a avaliação comparativa entre os portos e os órgãos anuentes, o que auxiliará na melhoria da eficiência dos serviços prestados. O sistema teve a sua versão preliminar entregue em fevereiro e , está sendo internalizado no Ministério da Infraestrutura.

A entrega é uma iniciativa do Comitê Técnico de Modernização e Desempenho (CTMD) da Comissão Nacional das Autoridades nos Portos – Conaportos.

Porto sem Papel (PSP 2.0) - Janela Única Aquaviária

O Ministério da Infraestrutura realizou diversas entregas no âmbito da modernização do sistema Porto sem Papel (PSP 2.0) e do projeto Janela Única Aquaviária, que contemplam a melhoria significativa do PSP e sua integração ao Portal Único de Comércio Exterior (PUCOMEX).

As medidas têm como objetivo implementar diversas melhorias e redução de custos para os usuários do PSP, facilitando o trabalho dos usuários como, agentes de navegação, na obtenção de anuências para estadia da embarcação e na diminuição do fardo administrativo tanto para o setor privado, quanto para o setor público.

Dentre as entregas, destacam-se a revisão de regras de negócios, que promoveu adequações com vistas a aprimorar a performance do sistema e melhorar a qualidade da informação com a eliminação de registros desnecessários, além da reformulação visual do sistema, em suas telas principais, que resultou em uma plataforma moderna e intuitiva.

Dentre outras entregas, citamos a implementação da funcionalidade de Agendamento de Vistoria da Embarcação realizada pela Marinha do Brasil, automatizando todo o processo de agendamento destas vistorias, além do novo Painel de Bordo do PSP, que melhora a comunicação entre os usuários do setor portuário brasileiro.

O projeto segue ainda com a harmonização de cadastros, com o intuito de eliminar tabelas e dados redundantes, gerando inclusive redução de custos do Estado para manutenção do sistema.

Port Community System (PCS)

A iniciativa que permitirá a modernização dos sistemas e a redução do tempo e custo das operações portuárias, foi financiada pelo governo do Reino Unido por meio de parceria com os ministérios da Infraestrutura e da Economia, no âmbito do Programa de Facilitação de Comércio Brasil-Reino Unido.

O projeto com o governo britânico foi finalizado no primeiro trimestre de 2022, com a deliberação da Conaportos - Comissão Nacional de Autoridades nos Portos em emitir Resolução que recomende que as comunidades portuárias adotem padrões de interoperabilidade para implantação de PCS, com vistas à maior eficiência das operações nos portos organizados e demais instalações portuárias, além de disponibilizar todo o conteúdo apurado nos meses do projeto, incluindo os modelos de Business Plan elaborados para o Porto de Santos e Itajaí.

A Comissão Nacional, por meio de um Acordo de Cooperação Técnica com a Procomex/ITS, seguirá com realização de pesquisas aplicadas e projetos de inovação voltados para o desenvolvimento de áreas estratégicas de interesse desta Pasta onde exista a aplicação de softwares e serviços tecnológicos.

Ressalta-se que a Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários permanece acompanhando e fomentando a implantação dos projetos pelas autoridades portuárias, que possuem autonomia para a gestão desta iniciativa, que permitirá o aumento da integração dos atores da comunidade portuária, públicos e privados, resultando na melhoria de eficiência dos portos brasileiros.

Planejamento Portuário

Planos Setoriais

Farão a conexão entre o Plano Nacional de Logística e as ações do Ministério da Infraestrutura, indicando as iniciativas que deverão ser estudadas em detalhe, seja para execução com recursos públicos ou por meio de parceria com a iniciativa privada.

Poligonais

Com o objetivo de promover maior segurança jurídica à comunidade portuária, foram atualizadas as poligonais dos portos organizados de Santarém, Suape e Santos, medida que torna claros os limites de competência e responsabilidade do Porto Organizado, bem como a interface entre investimento público e privado, evitando, assim, conflitos de gestão.

Delegações e descentralizações portuárias

Dando seguimento ao aprimoramento do modelo de gestão capaz de tornar os portos rentáveis, competitivos, autossustentáveis e capazes de conquistar suas autonomias, o MInfra, por meio da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários, atuou na aplicação da Portaria GM/MTPA nº 574, de 26 de dezembro de 2018, que disciplina a descentralização de competências relacionadas à exploração indireta das instalações portuárias dos portos organizados às respectivas administrações portuárias e cria o Índice de Gestão da Autoridade Portuária – IGAP.

Este instrumento permite que as autoridades portuárias que cumprirem as exigências nele estabelecidas possam elaborar os editais, realizar os procedimentos licitatórios para o arrendamento de instalações portuárias localizadas no interior da poligonal dos portos sob sua administração e exploração, bem como celebrar, gerir e fiscalizar os respectivos contratos de arrendamento.

No dia 27 de setembro foi celebrado, entre o MInfra e o Estado de Pernambuco, com a interveniência de SUAPE - Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros, o Convênio de Delegação de Competências nº 001/2022, que transferiu as competências supracitadas àquela Autoridade Portuária, permitindo a gestão descentralizada dos arrendamentos portuários com mais agilidade e menos burocracia.

Além disso, também em setembro, o MInfra celebrou junto o Estado de Pernambuco o Convênio de Delegação nº 01/2022, referente à delegação da administração e exploração do Porto Organizado de Suape, medida que permitirá a melhoria da gestão e modernização do Porto.

Em 2022, foi celebrado a primeira renovação de Convênio de Delegação de Competências, especificamente o Convênio de Delegação de Competências nº 001/2019, entre o MInfra e o Estado do Paraná, com a Interveniência da APPA - Autoridade Portuária dos Portos de Paranaguá e Antonina.

Cônvenios de Delegações

Foi aprovada a nova versão para aperfeiçoamento dos convênios de delegação celebrados entre o Ministério da Infraestrutura e dos portos sob gestão dos estados e municípios, com vistas a promover melhorias de gestão, as quais irão permitir às autoridades de maior autonomia administrativa e financeira, o estabelecimento de objetivos, metas, resultados e prazos para a sua consecução, bem como indicadores e critérios de avaliação do desempenho da gestão e profissionalização de gestores dos portos, a facilitação das atividades de fiscalização pela Agência Nacional de Transportes Aquaviário, dentre outras medidas.

Planos Mestres Portuários

Instrumentos de planejamento de Estado voltados aos complexos portuários que abrangem os portos organizados, considerando as perspectivas do planejamento de transportes em nível estratégico, que visa a direcionar ações e investimentos de curto, médio e longo prazos nos portos, na relação portocidade e em seus acessos.

Planos de Desenvolvimento e Zoneamento – PDZ

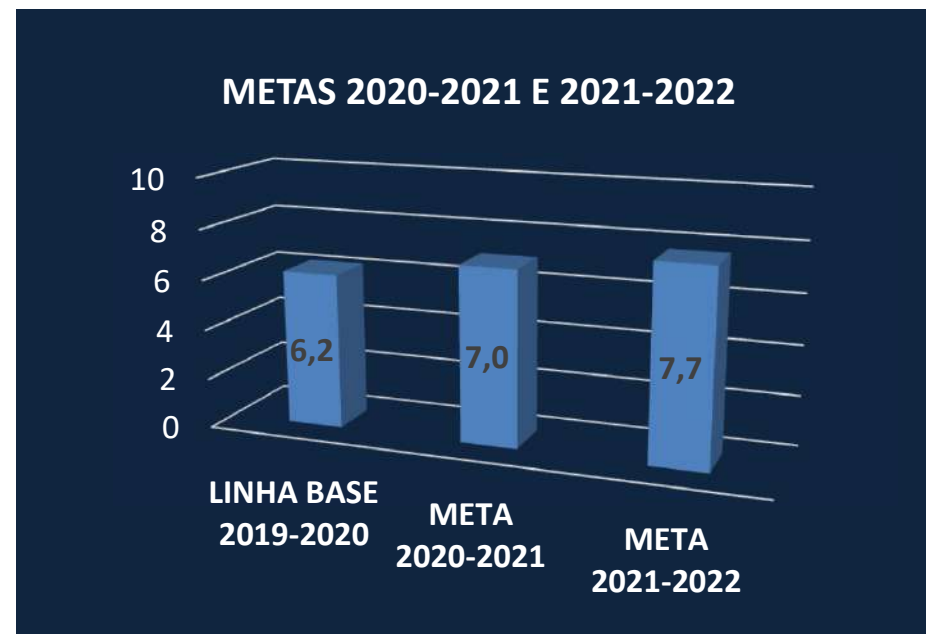
Instrumento de planejamento da Autoridade Portuária, que contempla as estratégias e ações para a expansão e o desenvolvimento integrado, ordenado e sustentável das áreas e instalações do porto organizado.

Índice de Gestão das Autoridades Portuárias (IGAP)

Como indicador de resultado, o Programa Futuro do Setor Portuário adotou como métrica a adoção da melhoria do IGAP, tendo como parâmetro a média das notas das companhias docas federais.

Os prazos estabelecidos são anuais, tendo como linha base a média das notas obtidas pelas Companhias Docas em 2020 (ano de referência 2019) e levando em consideração as metas sugeridas para cada Autoridade Portuária, propõe-se como meta para o Programa de Gestão e Modernização Portuária para os anos 2020-2021 e 2021-2022 o seguinte:

De forma geral, todas as companhias docas sob a supervisão do Ministério da Infraestrutura melhoraram suas classificações em relação ao ano de 2022, quando comparados com os demais portos públicos organizados, destacando dois portos com a nota máxima e também o acréscimo da Nota Média de 6,7 para 7,2.



Classificação 2020	IGAP 2020	Média 2020	Classificação 2021	IGAP 2021	Média 2021	Classificação 2022	IGAP 2022	Média 2022
		Nota 2020			Nota 2021			Nota 2022
1	APPA	9,0	1	APPA	9,0	1	EMAP	10,0
	SPA	8,5		SPA	8,5	1	APPA	10,0
2	EMAP	8,5	2	EMAP	8,5	2	SUAPE	9,0
	SCPAR Imbituba	8,5		SUAPE	8,0	3	SPA	8,5
3	SCPar SFS	8,0	3	SCPAR Imbituba	8,0	3	CDP	8,5
4	CDP	7,7	4	CDP	7,8		SCPAR Imbituba	7,5
5	CDC	7,3		Docas/PB	7,8	4	CODEBA	7,5
6	CODEBA	7,2		CODEBA	7,5		SCPar SFS	8,0
7	SUAPE	7,0	5	CDC	7,5	5	CODESA	7,3
8	CDSS	6,8		SCPar SFS	7,5		CDC	7,0
9	Docas/PB	6,7	6	CODESA	7,2	6	CDRJ	7,0
10	SPI	6,5	7	SPI	6,0	7	Docas/PB	6,8
11	CODESA	6,0		CDSS	6,0	8	CDSS	6,7

Objetivos



- Estimular o uso da cabotagem;
- Aumentar da frota de navios na costa brasileira;
- Equilibrar a matriz logística do país

Em 2022:

- Prorrogação da política de subvenção ao transporte aquaviário trazida pelo art. 24 da Lei nº 14.301, de 2022, correspondente não incidência do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante - AFRMM sobre as mercadorias com origem ou destino em portos localizados na Região Norte ou Nordeste do País, também foi medida de grande relevância para o desenvolvimento do modal.

- Possibilidade das empresas brasileiras de navegação poderem operar somente com embarcações afretadas, em razão da inclusão do § 2º do art. 10 da Lei nº 9.432, de 1997. O estabelecimento da figura da empresa brasileira de investimento na navegação, viabilizando a realização de operações de leasing no mercado de transporte marítimo nacional, também foi um considerável aprimoramento do ordenamento do transporte aquaviário.

- Redução das alíquotas de incidência do AFRMM em relação aos valores de frete marítimo, passando de 25% para 8% para o transporte das cargas importadas e de 10% para 8% para a navegação de cabotagem, na forma do art. 6º da Lei nº 10.893/2004. - Manutenção das embarcações para o transporte de mercadorias na Lista Brasileira de Exceções à Tarifa Externa Comum, refletindo em alíquota 0% de imposto de importação, beneficiou o investimento na aquisição de 2 novas embarcações para o transporte de carga granel na cabotagem nacional, correspondendo a investimentos de U\$ 80 milhões pela iniciativa privada, segundo os dados da COMEXSTAT.

- Portaria nº 976, de 27 de julho de 2022, estabelecendo os procedimentos e diretrizes para habilitação de Empresa Brasileira de Navegação - EBN e de Empresa Brasileira de Navegação com autorização condicionada - EBN-CON, no Programa de Estímulo ao Transporte por Cabotagem

- BR do Mar, instituído pela Lei nº 14.301, de 2022.

- Redução das alíquotas de incidência do AFRMM em relação aos valores de frete marítimo, passando de 25% para 8% para o transporte das cargas importadas e de 10% para 8% para a navegação de cabotagem, na forma do art. 6º da Lei nº 10.893/2004.

- Manutenção das embarcações para o transporte de mercadorias na Lista Brasileira de Exceções à Tarifa Externa Comum, refletindo em alíquota 0% de imposto de importação, beneficiou o investimento na aquisição de 2 novas embarcações para o transporte de carga granel na cabotagem nacional, correspondendo a investimentos de U\$ 80 milhões pela iniciativa privada, segundo os dados da COMEXSTAT.

- Portaria nº 976, de 27 de julho de 2022, estabelecendo os procedimentos e diretrizes para habilitação de Empresa Brasileira de Navegação - EBN e de Empresa Brasileira de Navegação com autorização condicionada - EBN-CON, no Programa de Estímulo ao Transporte por Cabotagem - BR do Mar, instituído pela Lei nº 14.301, de 2022.

Plano Setorial Hidroviário

Esse plano atende os preceitos estabelecidos na Portaria nº 123/2020 quanto ao desenvolvimento do Planejamento Integrado de Transportes (PIT), que inclui o Plano Nacional de Logística - PNL e os Planos Setoriais de Transportes.

Este trabalho está sendo Desenvolvido com apoio da Infra S.A.

Foi realizada tomada de subsídio buscando absorver contribuições de toda a sociedade.

O referido plano setorial foi aprovado pelo Comitê Estratégico de Governança do Ministério da Infraestrutura (CEG/MINFRA), no final de dezembro.

Continuidade das atividades relacionadas ao **Programa de Fomento à Navegação Interior (BR dos rios)**, de forma articulada com os usuários, embarcadores e operadores de transportes para fomentar a utilização do transporte hidroviário.

Frente 1

Desenvolvimento do projeto de Parceria com a Iniciativa privada na Hidrovia da Lagoa Mirim, já qualificado no PPI, no trecho entre o Canal do Sangradouro (Extremo Norte) até o Canal de Acesso ao Porto de Santa Vitória do Palmar (Extremo Sul), no Estado do Rio Grande do Sul. Estamos em parceria com a CAF para a complementação de dados técnicos. A estruturação do projeto, bem como as questões jurídicas estão a cargo da Infra S.A

Frente 2

Concluída no final de 2021 com a publicação da Portaria nº 148, de 17 de dezembro de 2021.

Frente 3

Proposta de melhoria da representatividade e gestão das hidrovias, e que trata da criação do Conahidro e dos Conselhos Hidroviários. Esta frente está sendo desenvolvida considerando a atualização do Decreto nº 10.788, de 6 de setembro de 2021. Atualmente, a minuta está no Gabinete do Ministro para que, posterior análise, dê prosseguimento ao envio à Casa Civil da Presidência da República.

Frente 4 e 5

Modernização na formação de Fluviários e da regulação técnica serão tratados dentro do Conahidro (quando ele for criado).

Frente 6

Estruturação de uma política pública com as ações de fomento à navegação interior. As propostas de estruturação já estão sendo discutidas com a ANTAQ no que couber no PGO e as demais alterações serão trabalhadas internamente.

Concessões em 2022

A Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias apresenta o panorama geral das realizações do Minfra, em 2022.

Resultados - Portfólio de Concessões

Total: 21 ativos
R\$ 29,4 bi em investimentos
R\$ 7,17 bi em outorgas
436 mil empregos previstos*



Programa de concessões de Aeroportos

Projeto Outorga | Vencedor

Bloco Aviação Geral RJ-SP (2)	\$ 141,4 milhões	XP Infra
Bloco Norte II (2)	121 milhões	Novo Norte
Bloco SP-MS-MG (11)	5,8 bilhões	Aena Desarrollo

Total: 15 aeroportos
Investimentos: R\$ 7,2 bilhões
Outorga total: R\$ 2,71 bilhões



Programa de arrendamentos portuários

Projeto	Outorga Vencedor
STS11	R\$ 10 MI Cofco Internacional
SUA07	R\$ 15 mil SUA Granéis
PAR 32	R\$ 30 MI FTS Participações

Total: 3 arrendamentos

Investimentos: R\$ 1,2 bilhão
Outorga total: R\$ 161 milhões

Desestatização do Porto (CODESA): 1
Outorga 106 Bi



Programa de concessões ferroviárias

Projeto	Outorga Vencedor
Renovação MRS	R\$ 4,3 Bi ----
Total: 1 concessão	
Investimentos: R\$ 9,7 bi	Outorga: R\$ 4,3 Bi



Programa de concessões de rodovias

Projeto	Outorga Vencedor
Rio-Valadares (BR-116/493/465/RJ/MG)	-- MI Eco 153

Total: 1 concessões

Investimentos: R\$ 11,3 bi

*Empregos diretos, indiretos e efeito-renda ao longo dos contratos.

Produtos Parceria



Planejamento Estratégico para o aperfeiçoamento do Programa de Concessões de Rodovias Federais – Plano Setorial de Parcerias

Foi dado andamento ao projeto que visa estabelecer proposta de governança do Plano de Parcerias Terrestres do modo rodoviário – instrumento integrante do Plano Setorial Terrestre, que compõem o Planejamento Integrado de Transportes, a ser finalizado em 2023

Governança e Resiliência

Monitoramento e Avaliação

Guia e Treinamento

Estudo de aprimoramento da Metodologia de Devolução e de Reaproveitamento de trechos e ramais ferroviários

Estabelecimento de proposta de metodologia e aplicativo para simulação da economicidade dos trechos ferroviários

Metodologia

Aplicativo

Treinamento e Estudo de Caso

Dragagens realizadas

Durante o ano de 2022, esta pasta publicou importantes ativos de informação com o objetivo de apresentar ao público as realizações e informações atinentes à infraestrutura existente.

Para isso, foram elaboradas publicações como o Caderno Transportes 2021, Anuário Estatístico de Transportes 2010-2021 e o Panorama Transportes.

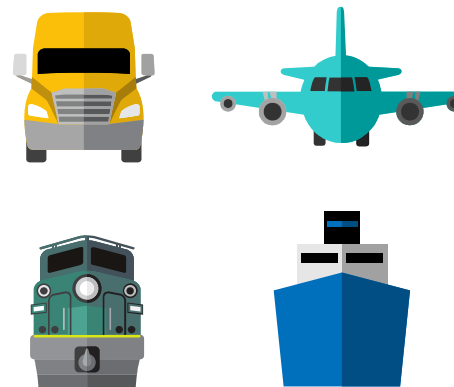
Com tais ativos de informação foi possível dar maior transparência às ações da pasta, no que diz respeito aos investimentos realizados, além de informações consolidadas sobre os modos e indicadores do setor de transportes.



Bases Geográficas de Transportes na INDE

Modos rodoviário, ferroviário, aeroviário e aquaviário

Foram disponibilizados na Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE), as bases e os metadados contendo informações de rodovias federais, ferrovias, aeródromos civis públicos e privados, instalações portuárias, vias economicamente navegadas, linhas de travessia aquaviárias federais, poligonais portuárias, hidrovias, linhas de cabotagem e navegação de longo curso.



O domínio das ferramentas de disponibilização vem sendo aperfeiçoado, com avanço na organização das bases georreferenciadas e promoção da estruturação dessas bases no ambiente de TI, o que facilitará a gestão e o acesso dos interessados: INDE, usuários internos, comunidade acadêmica, e sociedade.

Bases Geográficas de Transportes na INDE

É um portal no qual o Ministério da Infraestrutura visa o uso inteligente das bases georreferenciadas do setor transportes, proporcionando unicidade, integridade, transparência e disponibilização das informações geoespaciais produzidas pelas secretarias e órgãos vinculados para a sociedade.

O objetivo central é possibilitar aos usuários a elaboração própria de mapas temáticos de infraestrutura de transportes.



Governança do PIT Comitê Gestor do PIT

A governança deste sistema de planejamento foi aperfeiçoada, em decorrência de recomendações do Acórdão N°1472/2022 do TCU – Plenário relativo a Auditoria Operacional do Processo de Construção do PNL 2035.

Foram estabelecidos mecanismos de acompanhamento, avaliação e atualização da implementação do PIT, além da proposta de criação de uma nova instância que auxiliará na tomada de decisão relativa aos planos, o Comitê de Governança do PIT.

REDE SEMÂNTICA DE TRANSPORTES

A Rede Semântica dos Transportes é uma forma de representação do sistema de transportes, e indica seus resultados, propriedades, componentes, ambiente e mecanismos, de forma a padronizar a elaboração dos planos setoriais e a sistematização da informação no âmbito do PIT.



Corredores de Transportes

Integrar as prioridades de investimentos que resultam dos 4 Planos Setoriais, por meio de corredores de transportes, com vistas ao desenvolvimento dos Planos Gerais, partindo da identificação dos corredores e sua governança enquanto instrumento de planejamento.

Acompanhamento da elaboração dos Planos Setoriais

Os planos setoriais Terrestre, Portuário e Hidroviário (PST, PSPort e PSH) foram elaborados pela Infra S.A. juntamente com as respectivas secretarias finalísticas. Estes planos tiveram como base projeções de demanda, matrizes origem-destino de cargas e pessoas e simulações de cenários unificadas, de maneira a se observar de maneira integrada a competição e, especialmente, a complementariedade dos diferentes modos.

Plano Aeroviário Nacional (PAN) foi elaborado pela Secretaria Nacional de Aviação Civil com auxílio da Universidade Federal de Santa Catarina. Houve padronização e adequação de termos e definições voltadas à compreensão conjunta do PAN e demais planos, especialmente no que tange às diretrizes objetivos setoriais. .

Processo de Tomada de Subsídio



Realizações 2022 – Leilões realizado –
Projetos concluídos

R\$ 29,40 bilhões

Investimentos

R\$ 7,17 bilhões

Outorgas

21 ativos

Rodovias

1 concessão

R\$ 11,3 bilhões em investimentos

Ferrovias

1 concessão

R\$ 9,7 bilhões em investimentos

Portos

3 arrendamentos

1 Desestatização

R\$ 1,2 bilhão em Investimentos

Aeroportos

15 aeroportos concedidos (3 blocos)

R\$ 7,2 bilhões em investimentos





18 projetos de REIDI aprovados

- 4** setor ferroviário
- 4** setor rodoviário
- 10** setor portuário

Impacto do benefício estimado de R\$ 1,25 bilhão.

Projetos aprovados 2022	Valor total do impacto do benefício estimado (R\$ bilhão)
Ferrovias	0,43
Rodovias	0,66
Portos	0,16
Total	1,25



Ferroviário

- Rumo S/A.
- Rumo Malha Paulista S. Arumo Malha Paulista S.A.
- Rumo Malha Norte S.A
- Bracell SP Celulose LTDA



Rodoviário

- Concessionária do Sistema Rodoviário Rio – São Paulo S.A
- EcoRioMinas Concessionária de Rodovias S.A.
- Via Brasil BR 163 Concessionária de Rodovias S.A.
- ViaPaulista S/A.



Portuário

- Itapoá Terminais Portuários S.A.
- Petróleo Sabbá S/A (2 projetos).
- PORTOCEL – Terminal Especializado de Barra do Riacho S.A.
- Santos Brasil Participações S.A. (3 projetos)
- TES - Terminal Exportador de Santos S.A.
- ULTRAFERTIL S.A.
- Vibra Energia S.A.

Debêntures Incentivadas





14
PROJETOS

14 projetos de Debêntures aprovados

- 6** setor rodoviário
- 6** setor ferroviário
- 1** setor portuário
- 1** setor aeroportuário

R\$ 6,2 bilhões
Valor emitido

R\$ bilhões	Rodovias	Ferrovias	Portos	Aeroporto	Total
Volume de Debêntures Incentivadas emitidas em 2022	3,39	0	1,56	1,28	6,2

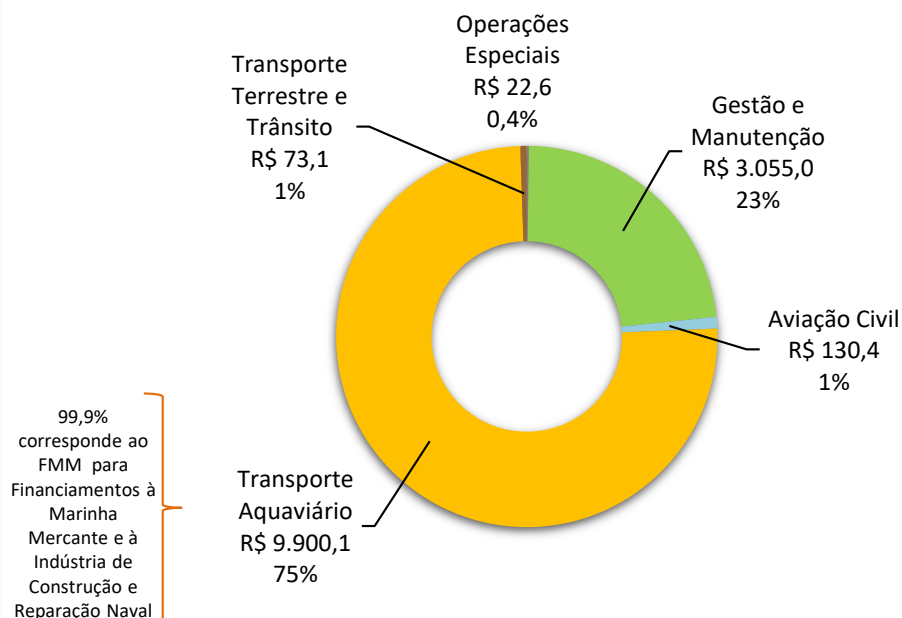
- 
Rodoviário
 - Via Brasil BR 163 Concessionária de Rodovias S.A.
 - Concessionária Rodovias do Tietê - Em Recup. Judicial
 - Concessionária Rota de Santa Maria S.A.
 - Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.
 - Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.
 - Autopista Fernão Dias S/A.
- 
Ferroviário
 - FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A.
 - MRS Logística S.A.
 - Rumo Malha Paulista S.A.
 - Rumo Malha Norte S.A.
 - Rumo Malha Sul S.A.
 - Vale S.A.
- 
Portuário
 - CSN Mineração S.A.
- 
Aeroportuário
 - Concessionária dos Aeroportos da Amazônia S.A

3.3.2. Resultados das principais áreas de atuação da UPC

3.3.2.1. Gestão Orçamentária e Financeira

A Lei Orçamentária Anual de 2022 (LOA 2022), Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022, consignou à Administração Direta do Ministério da Infraestrutura e aos Fundos sob sua gestão (Fundo da Marinha Mercante – FMM; Fundo Nacional da Aviação Civil – FNAC; e Fundo Nacional de Segurança e Educação no Trânsito – FUNSET) dotação orçamentária inicial no total de R\$ 13.413,5 milhões(1). As alterações orçamentárias efetuadas durante o exercício financeiro resultaram no cancelamento de R\$ 232,3 milhões, o que redimensionou a dotação orçamentária para R\$ 13.181,2 milhões(2), assim classificados:

Orçamento Consolidado 2022
(valores em milhões)



Execução Orçamentária

Histórico da Execução Orçamentária e Financeira

valores em milhões

Exercício	Dotação Atual	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	% Pago
2020	9.926,5	3.921,6	3.699,2	3.471,9	88,5%
2021	9.187,4	3.764,7	3.566,7	3.356,1	89,1%
2022	13.181,2	3.936,7	3.803,8	3.590,0	91,2%

No exercício de 2022, o Ministério da Infraestrutura (Administração Direta e Fundos) recebeu autorização para executar dotação orçamentária de R\$ 13.413,5 milhões. Desse total, foram empenhados R\$ 3.936,7 milhões, liquidados R\$ 3.803,8 milhões e pagos R\$ 3.590,0 milhões. Em comparação com o aferido nos anos de 2021 e 2020, constata-se que houve um aumento de 43,5% e 32,8% nas dotações, respectivamente. Além disso, o índice de pagamento (valor pago/despesa empenhada) apresentou um aumento de 2,0% e 2,7% em relação ao dos exercícios de 2021 e 2020, respectivamente, alcançando um percentual de 91,2%.

Para melhor demonstração da performance orçamentária, apresentaremos, a seguir, representações gráficas da execução orçamentária por resultado primário: Despesas Obrigatórias, Discricionárias e Financeiras.

(1) Exclui Reserva de Contingência.

(2) Os valores acima compreendem às UOs 39101, 39901, 39902, 39905, 74904 e 71104 (ação 00M4-PO 0008).

Projetos Qualificados No Programa De Parcerias E Investimentos (PPI)

Em 2022, o MInfra elaborou e entregou importantes projetos qualificados no Programa de Parcerias de Investimentos - PPI 2022 do governo federal, distribuídos em rodovias, ferrovias aeroportos e portos, como pode ser visto detalhadamente a seguir:

Qualificação em atendimento à Resolução 135: 21 ativos

- 15 Aeroportos – 03 blocos da 7ª Rodada de concessões:
- Aviação Geral (2)
- Norte II (2)
- SP/MS/PA (11)
- 6 lotes de Rodovias Integradas do Paraná

Relicitação

- Rota do Oeste (BR-163/MT - BR-163 e MT-407 do MS-MT-220) - 850km

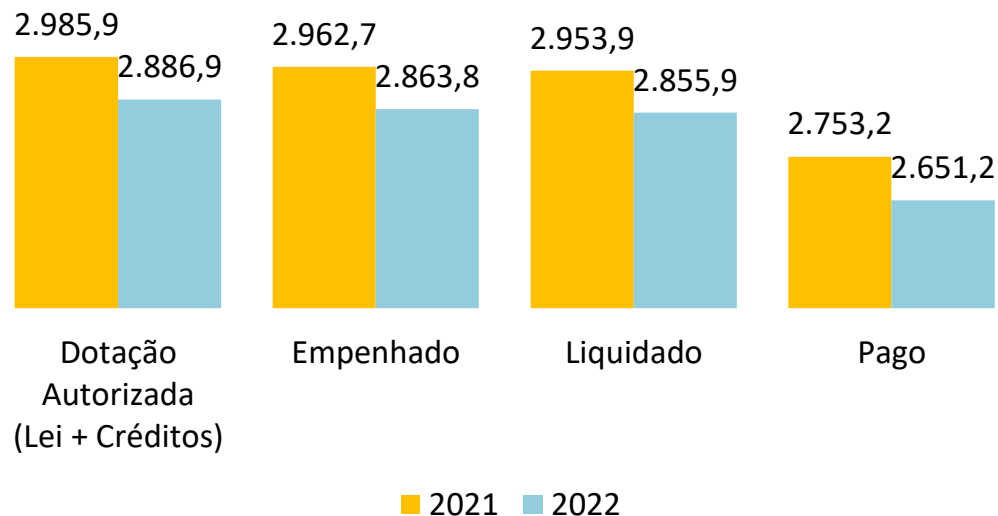
PROJETOS QUALIFICADOS NO PROGRAMA DE PARCERIAS E INVESTIMENTOS (PPI)

- 15 Aeroportos – 03 blocos da 7ª SFS201: Arrendamento de terminal de carga geral no Porto de São Francisco do Sul/SC
- POA11: Arrendamento de terminal de granéis sólidos no Porto de Porto Alegre/RS
- VDC04: Arrendamento de terminal de granéis sólidos minerais no Porto de Vila do Conde/PA
- TGS02: Arrendamento de terminal de granel sólido mineral no Porto de Itaguaí/RJ

Inclusão no PND

- Inclusão no PND
- Autoridade Portuária de Santos (SPA)
- Companhia Docas do Rio de Janeiro/RJ
- Companhia Docas do Pará

Despesas Obrigatórias (valores em milhões)



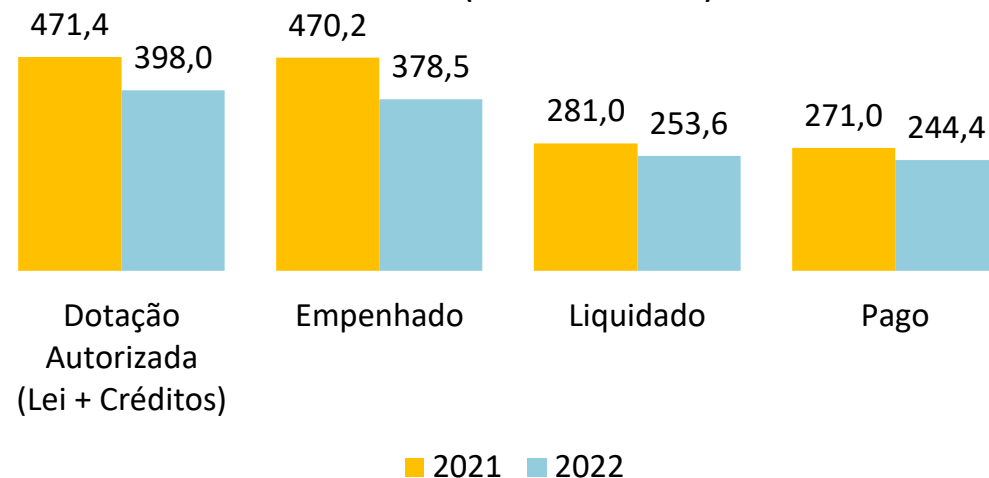
Conforme se depreende do quadro acima, a dotação autorizada 2022 para as despesas obrigatórias foi inferior em 3,3% (R\$ 99,0 milhões) ao montante do ano de 2021. A diminuição dos valores orçados refletiu-se na despesa empenhada, a qual apresentou redução de R\$ 98,9 milhões (3,3%) em relação ao montante realizado no exercício anterior.

Em 2022, os créditos orçamentários fixados às despesas discricionárias totalizaram R\$ 398,0 milhões, o que representou uma redução de R\$ 73,4 milhões em relação ao montante autorizado no ano de 2021, conforme demonstrado acima.

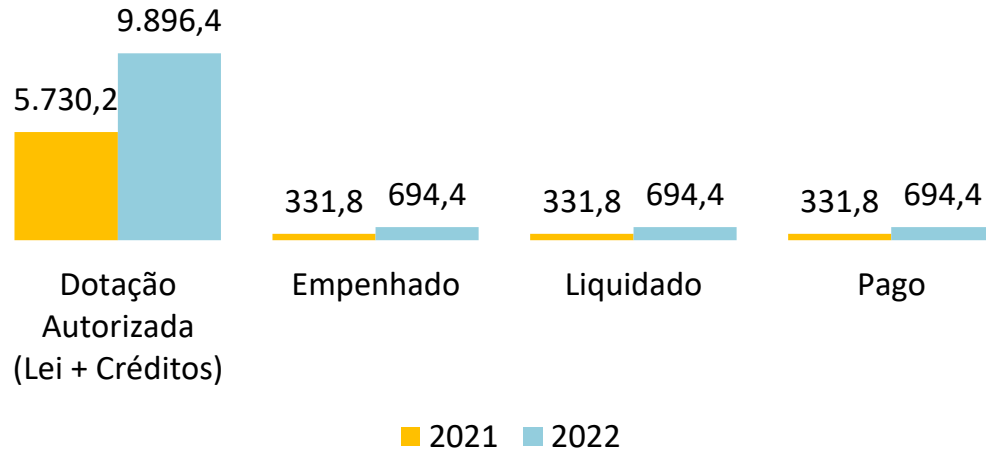
No exercício de 2022, a despesa empenhada atingiu 95,1% do total autorizado, diferenciando-se, portanto, da execução orçamentária de 2021, cujo índice foi de 99,8%.

A queda nessa performance foi fortemente motivada pela decisão da Junta Orçamentária – JEO/PR/ME, proferida no final do mês de novembro/2022, que ampliou, de forma expressiva, o bloqueio de dotações orçamentárias do Ministério da Infraestrutura, classificadas como RP 2 – Despesas Discricionárias, ocasionando a interrupção do processo de execução de várias despesas no âmbito da UPC. O referido bloqueio vigorou até o final do exercício e não deixou tempo hábil para a operacionalização de alguns dispêndios, o que impactou negativamente o índice de desempenho orçamentário 2022.

Despesas Discricionárias (valores em milhões)



Despesas Financeiras (valores em milhões)



Fonte: Tesouro Gerencial

As dotações orçamentárias destinadas às despesas financeiras em 2022 totalizaram R\$ 9.896,4 milhões contra R\$ 5.730,2 milhões em 2021, o que corresponde a um acréscimo de 72,7%. Em valores monetários, o desempenho orçamentário e financeiro das referidas despesas sofreu aumento no período 2021/2022, passando de R\$ 331,8 milhões para R\$ 694,4 milhões. Quando comparamos tais números com os valores orçados, constata-se uma evolução no índice de execução, cujo percentual movimentou-se de 5,8% em 2021 para 7,0% em 2022.

Execução Financeira

Os pagamentos efetuados à conta da dotação orçamentária em 2022 totalizaram R\$ 3.590,0 milhões, o que representou uma execução de 91,2% sobre o total empenhado no exercício, na ordem de R\$ 3.936,7 milhões. Os valores pagos com base em dotações de exercícios anteriores (Restos a Pagar) perfizeram a quantia de R\$ 352,0 milhões, ou seja, 71,2% do estoque de restos a pagar inscritos e reinscritos líquidos. Assim, a execução financeira do exercício de 2022 atingiu a importância de R\$ 3.942,0 milhões, cujo detalhamento explicitaremos no quadro abaixo.

Quadro - Execução Financeira

valores em milhões

Finalidade (GND)	Despesas Empenhadas	Dotação 2022 Valores Pagos	Restos a Pagar			Execução Financeira Total - 2022
			Inscritos e Reinscritos Líquidos	RP Pagos	RP a Pagar	
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e) = (c) - (d)	(f) = (b) + (d)
Pessoal	2.843,9	2.633,7	206,4	200,7	5,8	2.834,4
Custeio	296,2	224,9	132,8	63,2	69,6	288,0
Investimentos	110,8	45,6	154,8	88,2	66,6	133,8
Inversões Financeiras	685,8	685,8	0,3	0,0	0,3	685,8
TOTAL	3.936,7	3.590,0	494,3	352,0	142,3	3.942,0

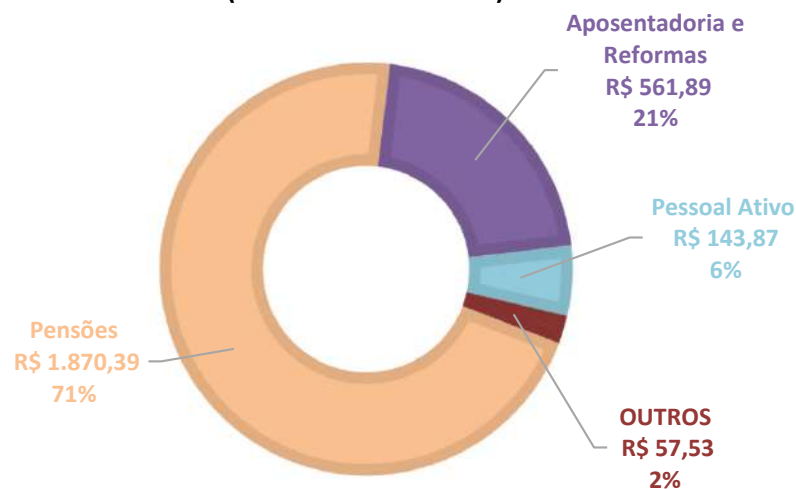
Fonte: Tesouro Gerencial

Valores Pagos 2022

Os pagamentos realizados pelo Ministério da Infraestrutura (Administração Direta e Fundos), com base nas dotações orçamentárias do ano de 2022, totalizaram R\$ 3.590,0 milhões. Os gráficos abaixo demonstram a distribuição dessa execução por finalidade das despesas, cujos dados foram agrupados levando em conta as ações orçamentárias envolvidas, os elementos e subelementos de despesas nelas compreendidos.

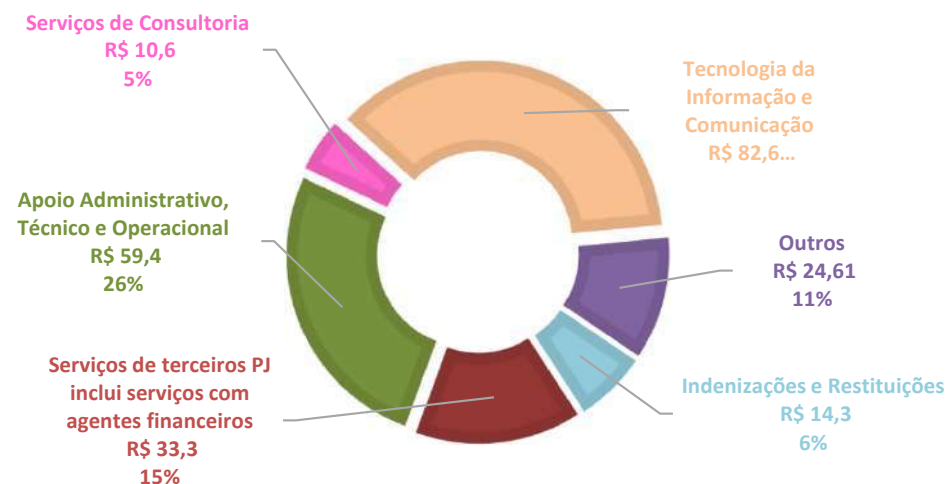
No que tange às despesas de pessoal, os valores pagos com dotação em 2022 totalizaram R\$ 2.633,7 milhões. Desse montante, R\$ 1.870,4 milhões (71%) resultaram do pagamento de pensionistas. Acrescente-se, ainda, o desembolso de R\$ 561,9 milhões (21%) e de R\$ 143,9 milhões (6%) com o pagamento de aposentadorias e de servidores ativos, respectivamente. Já o montante de R\$ 57,5 milhões (2%) foi aplicado em outros itens, nos quais sobressaem o pagamento com sentenças judiciais e ressarcimento com pessoal requisitado.

Despesas Pagas com Pessoal (valores em milhões)



Fonte: Tesouro Gerencial

Despesas Pagas com Custeio (valores em milhões)

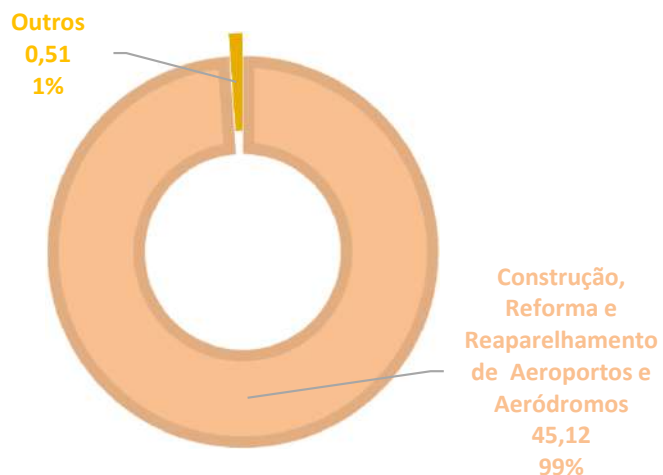


Fonte: Tesouro Gerencial

As despesas de custeio pagas com dotações de 2022 somaram R\$ 224,9 milhões. Desse total, R\$ 33,3 milhões (15%) foram gastos com serviços de terceiros - pessoa jurídica; R\$ 59,4 milhões (26%) derivam do atendimento de despesas com serviços de apoio administrativo, técnico e operacional (terceirizados); e R\$ 82,6 milhões (37%) foram empregados em despesas com serviços de tecnologia da informação e comunicação. Ressalte-se que no item "outros" encontram-se computadas despesas administrativas não especificadas acima, tais como pensões especiais, diárias e passagens, contratação de pessoal por tempo determinado, etc.

Esclareça-se que os gastos com agentes financeiros referem-se ao pagamento de serviços prestados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) na operacionalização dos recursos do Fundo da Marinha Mercante, despesas estas custeadas com créditos orçamentários descentralizados pelo Ministério da Economia provenientes da ação orçamentária 00M4 – Remuneração de Agentes Financeiros pertencente ao órgão 71000 – Encargos Financeiros da União – EFU.

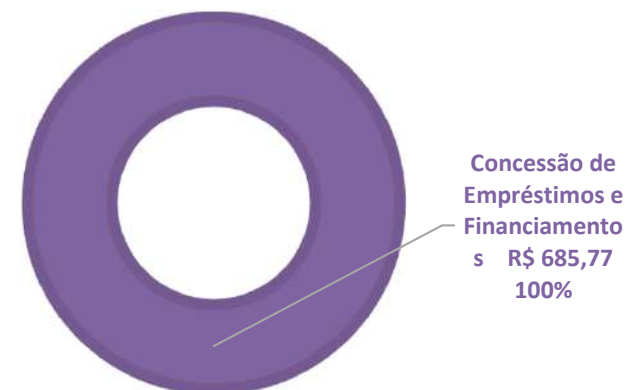
Despesas Pagas com Investimento (valores em milhões)



Fonte: Tesouro Gerencial

Os pagamentos realizados na rubrica de investimentos, com base nas dotações orçamentárias de 2022, perfizeram o montante de R\$ 45,6 milhões, sendo 99% desse valor destinado à construção, reforma e reaparelhamento de aeroportos e aeródromos, de acordo com as programações orçamentárias aprovadas para o Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC. Do montante supracitado, R\$ 17,8 milhões foram transferidos para determinados municípios, sendo contabilizados no SIAFI/2022 no elemento de despesa 42 - auxílios, dada a parceria do governo federal com os entes da federação com vistas à ampliação e à modernização da infraestrutura de transporte aéreo do país.

Despesas Pagas com Inversões Financeiras (valores em milhões)



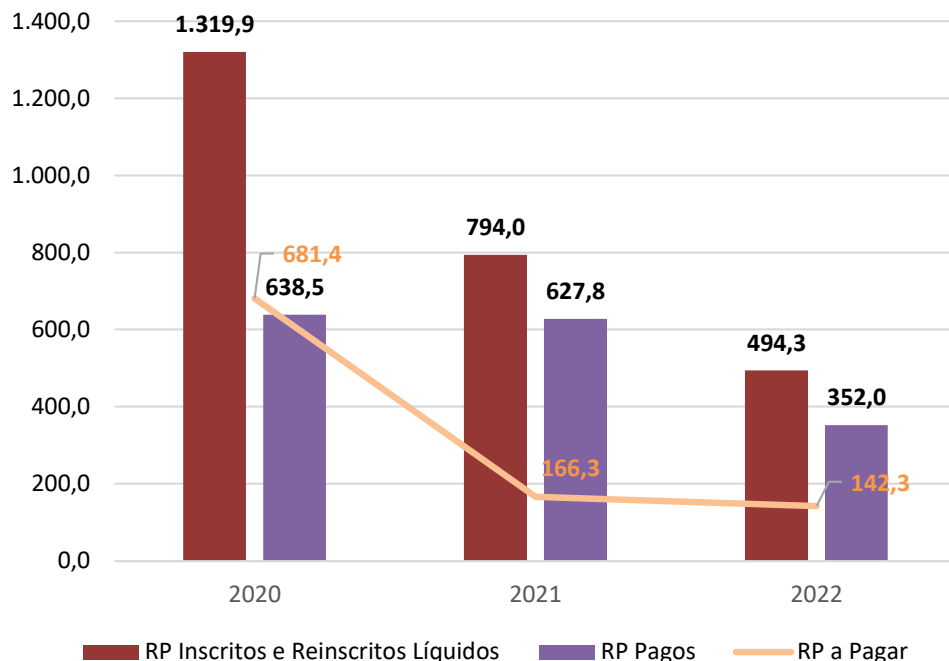
Fonte: Tesouro Gerencial

As despesas pagas com inversões financeiras no exercício de 2022 atingiram R\$ 685,8 milhões, as quais se referem às despesas com concessão de empréstimos e financiamentos previstas especificamente na ação orçamentária 0118 – Financiamentos à Marinha Mercante e à Indústria de Construção e Reparação Naval, vinculada ao Programa 3005 – Transporte Aquaviário, no âmbito do Fundo da Marinha Mercante – FMM.

Restos a Pagar

O gráfico abaixo demonstra redução do saldo a pagar de restos a pagar processados e não processados ao longo do triênio 2020-2022.

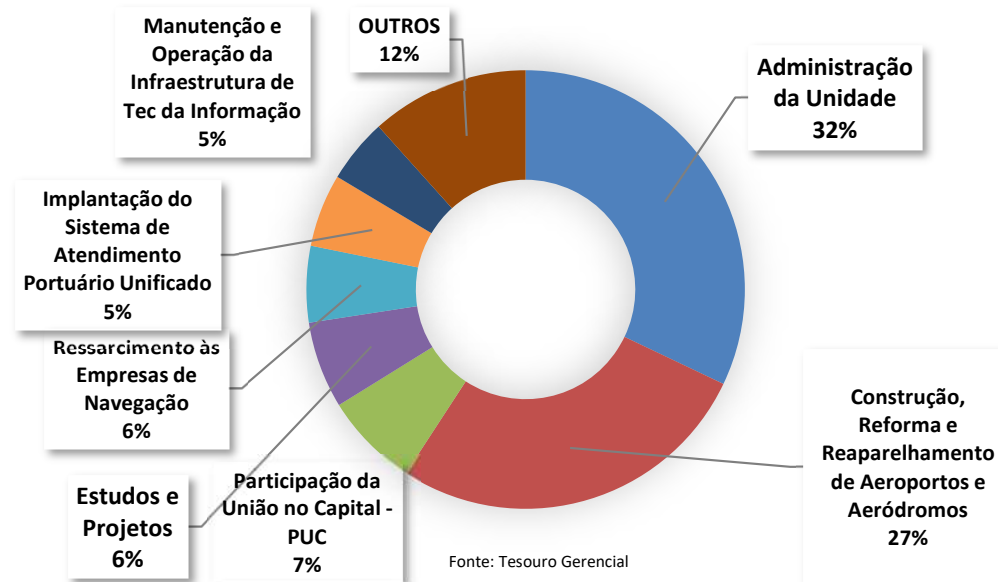
Restos a Pagar - 2020 a 2022
(valores em milhões)



Fonte: Tesouro Gerencial

Cerca de 71% dos restos a pagar inscritos e reinscritos líquidos foram pagos no exercício de 2022, totalizando o montante de R\$ 352,0 milhões. Os valores pagos concentram-se, em sua maioria, em programações orçamentárias destinadas às seguintes finalidades: a) despesas com aposentadorias e pensões civis (54%); b) construção, reforma e reaparelhamento de aeroportos e aeródromos (23%); c) administração da unidade/despesas de funcionamento (6%) e d) demais despesas (17%). Quanto ao percentual do saldo final de obrigações a pagar em relação ao estoque inicial, o índice aumentou de 20,9% para 28,8% no período 2021-2022.

Composição do RAP Cancelado em 2022
(valores em milhões)



Os cancelamentos de restos a pagar totalizaram R\$ 79,1 milhões, dos quais merecem destacar: a) R\$ 25,4 milhões (32%) destinados à administração da unidade/despesas de funcionamento; b) R\$ 21,4 milhões (27%) computados em programações direcionadas à construção, reforma e reaparelhamento de aeroportos e aeródromos; e c) R\$ 5,5 milhões (7%) concernentes ao aumento da participação acionária da União no capital de empresas estatais independentes.

Contingenciamento

A execução orçamentária 2022 iniciou-se com a sanção da LOA 2022, que ocorreu no dia 21 de janeiro de 2022. Antes desta data ocorreu a execução provisória do Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2022 – PLOA 2022, a qual foi autorizada pelo art. 63 da Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021 – LDO 2022.

No início do mês de janeiro de 2022, o empenho de dotações discricionárias ficou restrita às seguintes programações constantes do PLOA 2022: a) despesas custeadas com receitas próprias; e b) despesas correntes com recursos do Tesouro Nacional. Essas últimas foram voltadas para atender, exclusivamente, as situações de caráter inadiável, até o limite de 1/12 avos do valor previsto no PLOA 2022 para cada unidade orçamentária.

Restos a Pagar

Em fevereiro de 2022, com a publicação do Decreto nº 10.961, de 11 de fevereiro de 2022, foram estabelecidos os limites de movimentação e empenho das dotações orçamentárias aprovadas no exercício de 2022.

As variações ocorridas no LME 2022 da UPC acompanharam as alterações orçamentárias efetivadas, tanto que houve simetria entre a dotação primária discricionária e o limite orçamentário, cujos valores encontram-se reproduzidos no quadro abaixo.

Limite Orçamentário 2022

RP	Dotação Atual	Limite Orçamentário
2	357,8	357,8
6	0,9	0,9
7	23,5	23,5

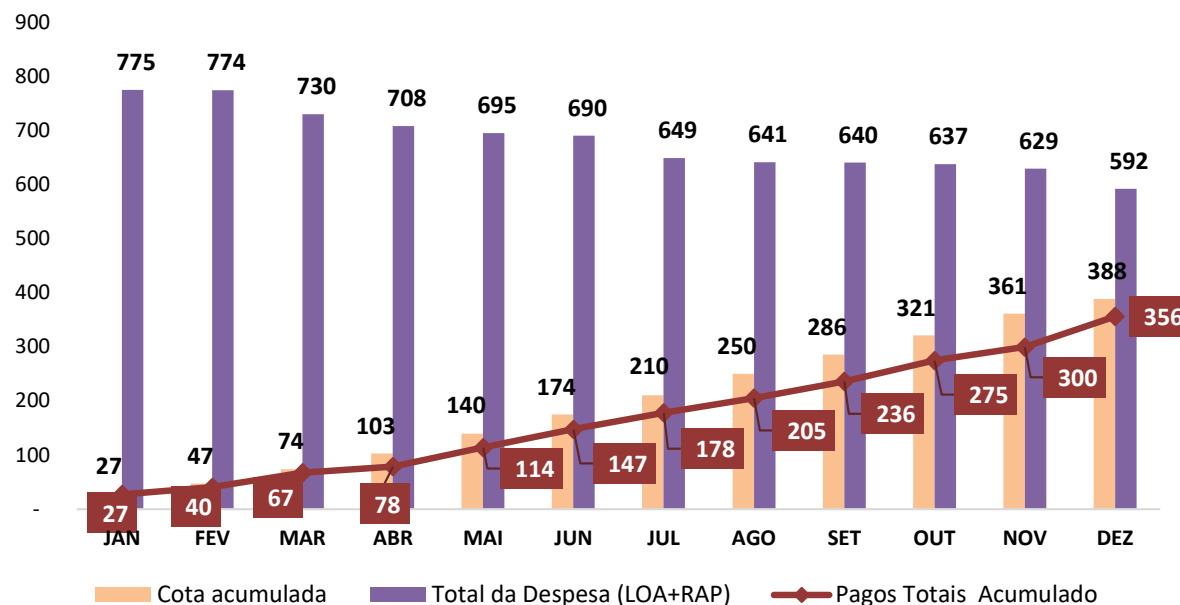
* Não inclui UO 71104.

Fonte: Siafi e Tesouro Gerencial

Evolução dos Pagamentos 2022 RP2, RP3, RP8, RP9 e Ação 00M4 (Direta e Fundos)

Limite Financeiro x Despesa Total

(valores em milhões)



Fonte: Tesouro Gerencial

Quanto aos limites de pagamento, merecem nota as ações envidadas pela Pasta ao longo do exercício de 2022, com o fim de assegurar os recursos necessários ao cumprimento de sua missão institucional. Tais esforços foram materializados, principalmente, em correspondências dirigidas à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) contendo solicitação de ampliação e/ou remanejamento de limites financeiros entre os anexos do Decreto de Programação Orçamentária e Financeira de 2022. Face o acolhimento satisfatório das requisições em comento, foi possível atender as demandas financeiras das unidades, de um modo geral, sendo apurado até o final do exercício percentual de utilização de 91,8% do total do limite de pagamento disponibilizado.

3.3.2.2 Gestão de Pessoas

No ano de 2022, a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - COGEP seguiu com seu compromisso de otimizar recurso e aperfeiçoar a gestão corporativa, por meio da adesão integral à carta de serviços dos sistemas SIGEPE e SOUGOV, com a produção de relatórios gerenciais e principalmente com a ampliação de serviços e informações relacionadas aos temas de Gestão de Pessoas.

Como medida de racionalização de gastos, ganho de produtividade e gestão por qualidade, em 2021 o MInfra implementou o Programa De Gestão em Experiência-Piloto – PGEP. Naquela ocasião, 75 servidores participaram de processo seletivo e permaneceram em trabalho remoto integral, até o ano de 2022.

Em janeiro de 2022, foi publicada a Instrução Normativa nº 1/2022, estabelecendo normas gerais e orientações para a implementação definitiva do Programa de Gestão no âmbito do Ministério da Infraestrutura.

Atualmente, 40% da força de trabalho de todas as unidades do MInfra podem estar em Programa de Gestão, seja na modalidade integral ou na modalidade parcial. Empregados públicos da INFRAERO e servidores lotados em unidades do MInfra extintas ou em processo de extinção, não entram na limitação de 40%.

PROGRAMA DE GESTÃO MINFRA		
ANO	QUANTITATIVO SERVIDORES EM PROGRAMA DE GESTÃO	
	PARCIAL	INTEGRAL
2021	0	75
2022	155	205

✓ Aferição de Critérios

A COGEP, a exemplo do que foi executado nos exercícios anteriores e visando a integridade pública, em conjunto com a Subsecretaria de Conformidade e Integridade – SCI, acompanhou todos os procedimentos de designação/nomeação, efetuando a aferição de parâmetros curriculares, idoneidade moral, reputação ilibada e combate ao nepotismo, de acordo com o preceituado na Portaria nº 545/2019.

✓ Avaliação da Força de Trabalho

Durante 2022, manteve-se vigente o Decreto nº 10.788/2021, que aprovou a atual estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e funções de confiança do Órgão, com um total de 565 cargos/funções comissionadas (DAS e FCPE).

Com o encerramento de algumas Unidades da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO, bem como com o objetivo de fortalecer o Quadro de Pessoal do MInfra, foram mantidas no exercício de 2022 as movimentações de empregados daquela empresa para esta Pasta, onde somado ao exercício de 2021, já são mais de 40 empregados recebidos neste MInfra, com qualificação adequada às necessidades do Órgão.



✓ Avaliação do Quadro de Pessoal

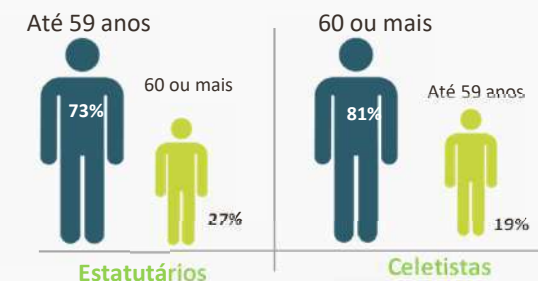
Em 2022, o Ministério da Infraestrutura manteve um Quadro de Pessoal diversificado e com diferentes perfis profissionais.

Servidores localizados no MInfra

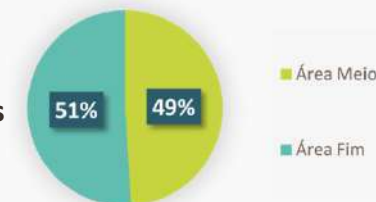
Por Gênero



Por Faixa Etária

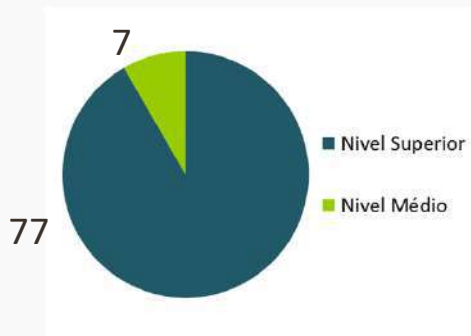


Total de Servidores Por Localização



Em 2022, do total de servidores/empregados em atividade no Ministério da Infraestrutura, cerca de 51% atuavam na área finalística e 49% na área meio. Vale destacar, que de toda força de trabalho deste Ministério, cerca de 45% estavam cedidos ou em exercício em outros Órgãos e Entidades.

Com relação ao quantitativo de cedidos ou movimentados por outros Instrumentos, o MInfra conta com 424 servidores/empregados de outros Órgãos, que representam 22% da força de trabalho. Destes, 265 ocupam DAS/FCPE, o que representa 46% dos cargos/funções comissionadas do MInfra.



✓ Utilização do SIGEPE e outras melhorias nos fluxos para atendimento das demandas

Com a adesão total aos serviços disponibilizados nos sistemas SIGEPE e SOUGOV, foi possível otimizar a análise dos requerimentos, realizar uma gestão qualitativa, padronizar a carta de serviços, melhorar a comunicação interna e principalmente minimizar os custos de processos que recaíam em exercícios anteriores ou restos a pagar.

✓ Estratégia de recrutamento e alocação de pessoas

Levando em consideração o perfil dos candidatos para ocupação dos postos de trabalho, em 2021, a COGEP deu continuidade ao projeto de designações para os cargos e funções do MInfra por meio de processos seletivos estruturados.

Foram abertos certames para diversas áreas do Ministério, ofertando 49 vagas, das quais 18 foram enviadas à COAD para processo de nomeação e preenchimento das vagas.

Foram abertos certames para diversas áreas do Ministério, ofertando 49 vagas, das quais 18 foram enviadas à COAD para processo de nomeação e preenchimento das vagas.

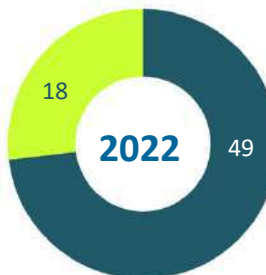
✓ Ocupantes de DAS/FCPFE

Por Origem e Escolaridade



✓ Gestão do Programa de Estágio

Em 2022 o MInfra mais uma vez colocou em prática diversas ações para a melhoria e acolhimento aos estudantes no Órgão. Foi reformulada a cartilha para estagiários e supervisores, com o objetivo de dar as boas-vindas e apresentar estrutura/competências do Ministério. Foi realizada a 2ª edição da comemoração do “Dia do Estagiário”, no mês de agosto, para homenagear os estudantes e ressaltar a importância do aprendizado no período do estágio.



Comparado com o ano de 2021, houve uma queda no número de provimentos mediante processo seletivo. Uma justificativa provável para diminuição estaria no fato do MInfra ter iniciado seu Programa de Gestão para teletrabalho apenas em junho de 2022. E, mesmo assim, com um percentual limitado de participantes. Por este motivo, muitos candidatos desistiram das vagas para as quais haviam sido habilitados, o que resultou numa drástica queda dos provimentos.

✓ Transparência

Para dar mais transparência e facilitar a informação, a COGEP reestruturou seu sítio eletrônico, reunindo em um só lugar as informações mais úteis aos servidores e ao público externo.



A nova página da COGEP demonstra o alinhamento com as boas práticas de gestão definidas pelo órgão de controle. No sítio eletrônico é possível encontrar informações sobre processos seletivos, capacitações, serviços cadastrais e financeiros.

✓ Processos Judiciais

O núcleo de ações judiciais da COLAP trabalhou em 576 processos judiciais no ano de 2022. Sendo que a demanda mais recorrente foi a solicitação de informações por parte do Poder Judiciário, totalizando 379 pedidos de informações.

✓ Órgãos de controle

Em outubro de 2022 recebemos 1890 indícios do TCU referentes à revisão de benefícios de filhas maiores solteiras, e apesar da folha de inativos não estar sob gestão do Ministério dos Transportes, os indícios foram enviados para prestarmos apoio técnico operacional ao DECIPEX, conforme previsto no Acordo de Cooperação Técnica nº 2/2019. Dos indícios apresentados, a COGEP remeteu 511 respostas ao TCU em 2022 e permanece no trabalho contínuo no atendimento desta demanda.

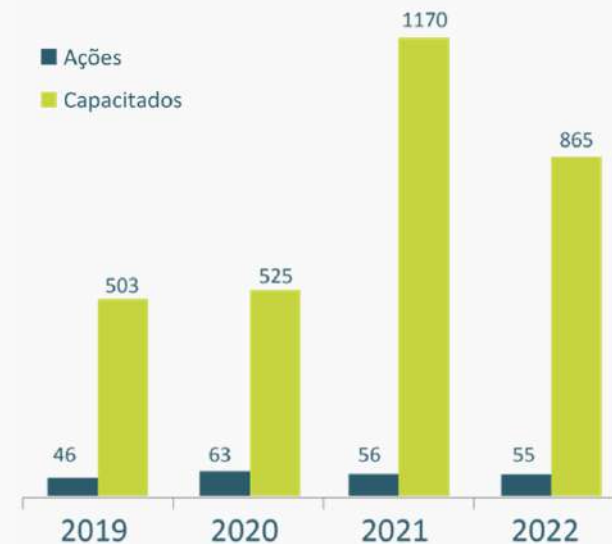
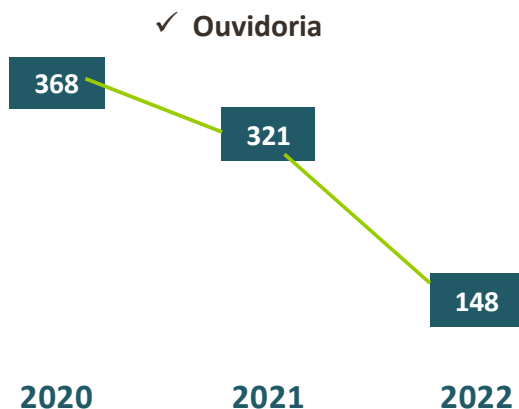
Em 2022, ocorreu uma queda no número de ouvidoria, tal diminuição deve-se ao fato da migração da folha de inativos para o DECIPEX. Logo, as solicitações de informações sobre tais servidores aposentados passaram a ser remetidas para aquele Departamento.

✓ Capacitação e desenvolvimento

Em 2022, foram realizadas diversas ações de capacitação e desenvolvimento de pessoas.

Programa de Desenvolvimento de Equipe na área de Governanças das Aquisições - tendo em vista a implementação da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações) na administração pública, a COGEP, no intuito de preparar os servidores para a melhor compreensão das novas diretrizes e regras, ofertou 170 vagas na capacitação, que teve como abordagem principal os seguintes módulos: Planejamento das Aquisições como Instrumento de Governança das Contratações Públicas, Processo de Seleção de Fornecedores, Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos e a Nova Lei de Licitações e Contratações Públicas, e Mapeamento e Gerenciamento de Riscos das Contratações Públicas.

- Sucessão de Líderes - 2 turmas foram ofertadas pela empresa Dale Carnegie Trainee para servidores e empregados públicos ocupantes de cargos DAS/FCPE 1, 2 e 3, além dessas duas turmas, foi ofertada 1 turma do Programa de Desenvolvimento de Líderes em parceria com a Polícia Rodoviária Federal – PRF, para DAS/FCPE 3, 4 e 5.
- Curadoria de Integridade - O Comitê Técnico de Integridade - CTI do Ministério da Infraestrutura, em parceria com a COGEP, desenvolveu o projeto de curadoria de cursos, composto por capacitações online de curta, média e longa duração em diferentes níveis de conhecimentos adequados para o perfil de cada um dos servidores e colaboradores da Pasta.
- Pós-Graduações - Atualmente, o MInfra possui um total de 29 servidores realizando cursos de Pós-Graduação nos mais diversos temas de extrema relevância para o órgão, bem como para a Administração Pública em âmbito geral. O compromisso da Pasta, nestes aspectos, está em aperfeiçoar, com qualidade e competência, o maior número de servidores para a melhoria dos serviços prestados.



✓ Saúde e Qualidade de Vida

Servidores, empregados públicos, estagiários e colaboradores participaram de atividades e campanhas ao longo do ano com o objetivo de fortalecer a saúde e bem-estar.

Este ano começou com a volta de servidores e colaboradores que estavam afastados em razão da pandemia. Em janeiro, o Serviço de Ações de Saúde promoveu um evento a fim de integrá-los e orientá-los no retorno presencial.

Após este retorno, algumas ações foram destaques no âmbito de Saúde e Qualidade de Vida.

- Dia das mulheres MInfra: A comemoração do Dia das Mulheres, no dia 8 de março, foi realizada em conjunto com o Ministério das Comunicações. O evento teve entregas de brindes, ensaio fotográfico e muito mais para prestigiar aquelas que fazem a diferença no dia a dia dentro da Administração Pública.
- Aniversário do MInfra: Em comemoração aos 165 anos do Ministério, foi realizado um grande evento, dividido em 4 dias. Entre as atividades promovidas estão: a 2ª Edição do Prêmio Edson Leite de Fotografia, Palestra Show com a Agência Q9 "Protagonismo é Tudo" e diversas apresentações musicais.

- Lançamento do Projeto MInfra+Saúde: O projeto foi criado com o intuito de estimular uma vida mais saudável para servidores e colaboradores. Para auxiliar aqueles em busca de uma nova versão há o apoio de: educador físico, nutricionista e psicólogo. Ao final do projeto, os participantes que se saírem melhor serão premiados.
- Semana de comemoração ao dia do servidor público: Entre os dias 24 a 27 de outubro o MInfra realizou em parceria com o MCom, diversas atividades para prestigiar os servidores, realizando a entrega de prêmios de Reconhecimento ao Serviço e também prêmios de Trajetória, além de palestras, aulas de dança e praça de alimentação com food trucks.
- Cartinhas do Papai Noel – A equipe do SEAS foi aos Correios e retiraram 100 cartinhas de crianças carentes para que fossem apadrinhadas pelos servidores e colaboradores da Pasta, todas as cartinhas foram adotadas com êxito para fazer o Natal dessas crianças mais feliz.

14

Ações de integração e qualidade de vida

2429

Servidores Alcançados

✓ Mapeamento de Competências

A iniciativa experimental (projeto piloto) teve início em 2021 com o propósito de melhorar as informações para gestão das equipes, identificando oportunidades de capacitação personalizadas e aproveitamento de talentos subutilizados.

Neste ano, 05 áreas foram mapeadas, sendo um departamento ou subsecretaria de cada secretaria do Órgão.

Em 2022, esta ação foi amplamente desenvolvida e expandida por todo o Ministério da Infraestrutura. Até o momento foram concluídos os mapeamentos iniciados em 2021 das seguintes áreas: SFPP, SNTT, SAC e SNTPA, além de mapeadas as seguintes unidades: DGEST (SENATRAN), SUST, SCI, SPOA, Corregedoria e Ouvidoria. Em processo de finalização das avaliações das competências, temos CGFIS e CGREG/DRF/SENATRAN. Até dezembro de 2022 foram feitas e apresentadas as consolidação dos dados, por meio do Power BI, de 51 Coordenações-Geral.

✓ Pesquisa de Clima Organizacional

A avaliação do clima organizacional do MInfra ocorreu entre os dias 11 de novembro de 2022 e 15 de janeiro de 2023. O questionário de clima foi disponibilizado online aos funcionários, por meio da plataforma Microsoft Forms, na qual os funcionários do MInfra poderiam respondê-lo utilizando computadores, tablets ou smartphones com acesso à Internet. O link de acesso ao questionário foi encaminhado para o e-mail e outras mídias como: MInfraZAP e QR code na tela de proteção nos desktops institucionais. Os funcionários receberam informações referentes ao preenchimento do questionário e o anonimato das respostas oferecidas pelos participantes dos cursos e capacitação dos servidores.

A análise do clima organizacional foi realizada em torno de oito pilares, a saber: trabalho remoto, apoio e suporte dos gestores, processos e políticas organizacionais, desenvolvimento profissional, relações interpessoais e coesão da equipe, autonomia e responsabilidade, alinhamento à missão e valores institucionais e estrutura física.

Os questionários foram enviados a 2474 participantes, entre servidores ativos, cedidos, comissionados, requisitados, descentralizados, reintegrados, terceirizados e estagiários.

Do total de questionários enviados, 123 respostas válidas. De um modo geral, os resultados obtidos demonstraram um avanço em relação à pesquisa realizada em 2021, caracterizando uma predominância de um clima organizacional favorável. Dos fatores analisados, destaca-se o trabalho remoto, que teve a maior média (8.35) de todos os oitos pilares. Neste quesito, os respondentes salientaram a facilidade em manusear as ferramentas de trabalho remoto, bem como a disponibilidade de ambiente favorável e recursos tecnológicos necessários.

A avaliação norteará o planejamento de ações de saúde e qualidade de vida com base nas necessidades e potencialidades da Pasta.

✓ Ações Futuras

Apesar das dificuldades e obstáculos trazidos pela pandemia, a COGEP continuou aperfeiçoando seus atendimentos e serviços.

- Especialização em Gestão Pública ENAP;
- Transformação Digital;
- Mestrado em Infraestrutura;
- Continuidade do Programa de Sucessão de Líderes.
- Continuidade do Programa MInfra+Saúde;
- Programa de Preparação Para Aposentadoria;
- Corrida MInfra;
- O mapeamento de competências refletirá nas ações de capacitação, em que as principais lacunas e fragilidades apontadas pelas Unidades servirão de base para o levantamento dos cursos e capacitação dos servidores.

3.3.2.3 Gestão de licitações e contratos

A contratação pública é um dos macroprocessos mais importantes para a gestão administrativa, uma vez que se trata de um dos principais meios para a implementação da política pública. É um processo transversal, que envolve legalmente todas as áreas do órgão (Finalísticas, Autoridades, Logística, Jurídica e Controle). Gera a necessidade de planejamento com visão de longo prazo, pois contratações, quando continuadas, podem perdurar por até 5 anos, resultando na necessidade de maior controle e gestão de riscos. Quando bem estruturado, o processo de contratação pública traz ao órgão economia de recursos e efetividade para as suas políticas internas e externas, propiciando, uma melhor entrega para a sociedade. As contratações de atividade meio, no âmbito do Ministério da Infraestrutura, objetivam, de modo geral, garantir condições adequadas de trabalho aos servidores e colaboradores, provendo serviços de suporte logístico que englobam manutenção predial, segurança, materiais de consumo, limpeza e serviços de apoio administrativo, permitindo que o MINFRA cumpra sua missão institucional.

Em 2022, foram realizados 57 procedimentos licitatórios, sendo que 54 já foram concluídos, perfazendo um valor total homologado de R\$ 65.099.140,65 e 3 estão em andamento, com o valor estimado de R\$ 1.505.046,33, distribuídas nas seguintes modalidades:

SITUAÇÃO	MODALIDADE	QTD	PROPORÇÃO	VALOR HOMOLOGADO
CONCLUÍDAS	Pregão	17	31%	R\$ 48.060.001,35
	Concorrência	1	2%	R\$ 14.966.123,00
	Dispensa	27	50%	R\$ 533.463,38
	Inexigibilidade	6	11%	R\$ 1.129.758,42
	Adesões em SRP	3	6%	R\$ 409.794,50
TOTAL		54	100%	R\$ 65.099.140,65

Merece destaque, em especial, as contratações de serviços de publicidade, que permitirá que o Ministério amplie sua comunicação com a sociedade, e a de satisfação e desempenho dos principais aeroportos brasileiros.

SITUAÇÃO	MODALIDADE	QTD	PROPORÇÃO	VALOR ESTIMADO
ANDAMENTO	Pregão	2	67%	R\$ 1.502.813,33
	Dispensa	1	33%	R\$ 2.233,00
	TOTAL	3	100%	R\$ 1.505.046,33

Cumpra esclarecer que os números acima informados se referem, tão somente, às contratações realizadas no âmbito da COGLC, estando excluídos os processos licitatórios e contratos de capacitação (sob gestão e responsabilidade da COGEP), bem como as contratações das áreas finalísticas.

Todos os procedimentos de contratação obedeceram às melhores práticas da Administração, em estrito cumprimento aos dispositivos legais e normativos, em alinhamento aos objetivos estratégicos.

Evolução da Produtividade

A redução no tempo de trâmite dos processos de contratação confere maior agilidade à Administração, contribuindo, em última instância, para a economia de recursos públicos.

Indicador	Fórmula/ Cálculo	2019	2020	2021	2022	
Tempo médio da fase interna da contratação de serviços	Dias decorridos da assinatura da 1ª versão do Termo de Referência até a publicação do aviso	Meta	200	200	180	180
		Realizado	267	192	117	193

O tempo médio da fase interna em 2022 (193) ficou acima da meta estipulada (180) e superior ao realizado no ano de 2021 (117). Essa diferença decorre principalmente do retorno das atividades do Ministério (pós pandemia), que gerou um aumento do número de contratações.



Contratos

O setor de contratos atua na última etapa da contratação e posteriormente no acompanhamento administrativo do contrato formalizado.

Merece destaque o aumento do número de processos de descumprimentos, aproximadamente 42% em relação ao ano anterior. Essa diferença decorre, em grande parte, dos esforços das equipes de fiscalização e de contratos para que os contratos sejam executados dentro das regras estabelecidas nos instrumentos contratuais, preservando o interesse da administração.

CONTRATOS, ALTERAÇÕES CONTRATUAIS E PROCESSOS DE DESCUMPRIMENTOS				
PROCEDIMENTOS	2019	2020	2021	2022
Contratos	32	29	31	25
Termos Aditivos	55	37	44	33
Apostilamentos	30	14	19	39
Processos de Descumprimentos	5	9	11	19
TOTAL POR ANO	122	89	105	116

Principais realizações em andamento

DESENVOLVIMENTO DO BI (Business Intelligence) DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Visando a melhoria no gerenciamento dos instrumentos contratuais e um efetivo controle para tomada de decisão, os dados contratuais foram incluídos no BI, possibilitando visualizar as informações de forma tempestiva e eficiente..

REVISÃO DOS FLUXOS DE PROCESSOS DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

No intuito de uniformização de procedimentos e melhoria nos fluxos do processo, a Coordenação-Geral de Licitações e Contratos promoveu a análise e revisão do rito procedimental dos processos de sanções administrativas, visando equacionar gargalos anteriormente observados.

ATUALIZAÇÃO DO GUIA DE CONTRATAÇÕES COM BASE NA LEI 14.133/2021.

ELABORAÇÃO MANUAL DE SANÇÕES - DOSIMETRIA PENALIDADES.

Desafios

Permanece como desafio central, para a área de contratações, o reforço no quantitativo de pessoas que compõe a equipe, dada a elevada demanda de atividades, e a ampliação da capacitação da equipe técnica de licitações e das equipes de acompanhamento dos contratos em decorrência da Nova Lei de Licitação – 14.133/2021.

Execução Orçamentária e Financeira da Unidade

O planejamento da execução da despesa no exercício de 2022 inicia-se na elaboração da proposta orçamentária da unidade no ano anterior. As propostas da unidade contemplam as necessidades de manutenção administrativa que estão consignadas no Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Infraestrutura, na Ação Orçamentária 2000 – Administração da Unidade, principal Ação executada pela COGLC, cujos valores estimados são dimensionados para respeitar os referenciais monetários propostos à época de cada exercício. Embora a LOA do exercício de 2022 manteve, em quase sua totalidade, o valor da proposta para custeio, houve corte orçamentário significativo dos valores previstos para investimento.

Diante do cenário, a SPOA promoveu ao longo do exercício uma série de medidas para o racionamento dos gastos públicos, tais como supressão, unificação e até encerramento de contratos vigentes, com vistas a adequar as despesas e necessidades atuais do órgão ao orçamento disponibilizado. Durante as janelas orçamentárias do exercício foram realizados diversos remanejamentos para recuperar parte do orçamento vetado.

Assim, devido a todos os esforços destinados à diminuição das despesas, sem prejuízo do cumprimento dos compromissos da Unidade, foi possível reduzir os valores inicialmente estimados para as despesas mantendo a devida cobertura dos gastos necessários à manutenção e administração da unidade, havendo uma alocação dos recursos disponíveis mais adequada à necessidade da unidade ao longo do exercício.

Categoria da Despesa	2019	2020	2021	2022
Locação de Imóveis	9,3 mi	16,5 mi	-	-
Outros Serviços de Terceiros*	32,1 mi	17,6 mi	9,7 mi	11,0 mi
Locação de Mão-de-Obra	75,7 mi	66,6 mi	54,1 mi	63,7 mi
Consultoria	7,3 mi	5,2 mi	5,1 mi	7,1 mi
Investimento	12 mi	2,9 mi	0,26 mi	0,42 mi
Publicidade e Propaganda	12,6 mi	0,54 mi	-	-
Passagens e Despesas com Locomoção	R\$ 2 mi	R\$ 0,63 mi	R\$ 2 mi	R\$ 3,8 mi
Demais	42,1 mi	7,1 mi	3,7 mi	5,6 mi

*Outros Serviços de Terceiros: Contratos de prestação de serviços, sem alocação de mão-de-obra exclusiva, necessários à manutenção e funcionamento da infraestrutura predial, tais como: Tecnologia da Informação - TIC, Energia elétrica, Fornecimento de água e esgotamento sanitário, telefonia fixa e móvel, reformas em geral, serviços de transportadoras, detetização e outros.

Observa-se ao longo dos exercícios de 2019 a 2022 a reorganização dos valores da despesa dentro dos limites da unidade. As maiores variações são observadas na locação de imóveis, uma vez que o Ministério não possui mais contratação de aluguel, e em 'Outros Serviços de Terceiros' que abrangiam as despesas de TIC, uma vez que a SPOA não mais executa o orçamento destinado a TIC da Ação 2000 – Administração da Unidade no Minfra.

Durante o período mais grave da pandemia de COVID19 observa-se a diminuição relevante dos gastos com Diárias e Passagens no âmbito do Ministério da Infraestrutura, porém sem prejuízo das ações necessárias no enfrentamento da pandemia.

3.3.2.4 Gestão patrimonial e de infraestrutura predial

Administração Predial e Logística

Avaliação da qualidade dos serviços

Em alinhamento à diretriz estratégica do MInfra de prover infraestrutura corporativa de alto rendimento, foram sistematizadas e intensificadas pesquisas de satisfação com os serviços de suporte logístico prestados aos usuários do Bloco R.



Os serviços de suporte logístico em geral foram bem avaliados, e comentários e sugestões encaminhados pelos usuários foram incorporadas às práticas das empresas e incluídas nas rotinas de fiscalização.

Sistema de Gerenciamento de Demandas

A Central de Demandas Logísticas recebe e congrega todos os pedidos por serviços de suporte logístico e manutenção predial, provendo agilidade e atendimento de maior qualidade aos usuários dos Edifícios administrados pelo MInfra.

Em 2022, foram recebidas mais de 5.000 demandas!



Os usuários podem gerar demandas por telefone, e-mail, ou pela leitura de QR Codes espalhados pelas dependências dos edifícios.



Gestão e Fiscalização de Contratos

Desafios e processos de penalidade em Contratos Administrativos

O ano de 2022 foi especialmente desafiador para a gestão de contratos administrativos. As empresas contratadas para a prestação de serviços de suporte logístico apresentaram dificuldades no cumprimento de obrigações trabalhistas e contratuais, o que exigiu fiscalização acirrada e diuturna. Atrasos em pagamentos aos colaboradores e no fornecimento de materiais foram as faltas mais comuns, que geraram processos de apuração de infrações;

Processos de penalização instaurados: 14, e andamento de outros 14 abertos em exercícios anteriores.

Penalidades:

Advertências: 12
Multas: 7
Impedimento de licitar: 3

Em que pesem os processos, a atuação das equipes de gestão e fiscalização, juntamente com o empenho das empresas pela regularização, permitiram que não houvessem interrupções nas prestações de serviços, e que os eventuais prejuízos ao órgão ou aos colaboradores fossem evitados ou minimizados.

Aperfeiçoamento das práticas de fiscalização contratual

Em alinhamento aos objetivos do Índice de Governança e Gestão Públicas do MInfra, foram renovados os esforços de normatização relativas à gestão e fiscalização de contratos, com a produção de regras, orientações e modelos para auxiliar as atividades dos servidores da Pasta, fortalecendo a conformidade e provendo segurança à atuação dos fiscais.

Além das publicações, foram reforçadas iniciativas de capacitação e atualização dos servidores, em especial em relação à nova Lei de Licitações.



Engenharia, Manutenção e Transporte

Nova área para convivência

O Espaço Conexo é um novo ambiente de integração e dinamismo

Implementado em área interna ao Ed. Anexo, o espaço representa é uma oportunidade de convivência em espaço aberto, agradável e dinâmico. Já foi palco de eventos institucionais, confraternizações e dinâmicas de grupo.



Sistema de controle de frotas

O novo sistema implementado visa um controle gerencial refinado dos veículos de representação e de serviço da Pasta, com o apoio dos motoristas e gestores do setor de transportes.



Painel de acesso à Central de Controle Veicular

O sistema, conjugado a iniciativas de treinamento de direção e segurança de condução promovida em conjunto com a Polícia Rodoviária Federal, fortalecem a atuação dos motoristas e a segurança das autoridades e servidores conduzidos.



Cartilha de Boas Práticas de condução para motoristas

Gestão Patrimonial e Documental

Gestão Patrimonial

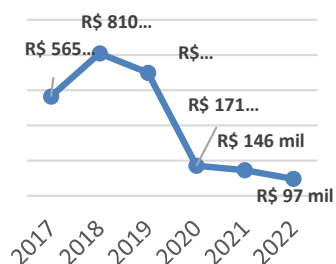
A gestão patrimonial do Ministério da Infraestrutura promoveu a reorganização dos depósitos da Pasta, possibilitada pelo desfazimento de bens e pela alocação mais eficiente dos mobiliários e equipamentos à disposição da Pasta.



Movimentações patrimoniais

Entradas (compras, transferências recebidas, etc.)	1.794
Baixas (doações, perdas, transferências, etc.)	1.364
Movimentações (internas, entre unidades da Pasta)	10.238

Material de consumo



O MInfra aprofunda a tendência de queda nos gastos com material de consumo.

O resultado reflete mais uma vez a digitalização crescente das atividades, de mudanças na cultura do órgão, a adoção crescente de modalidades de teletrabalho e da implementação do Almoxarifado Virtual.

Implantação do SIADS

O Ministério foi o primeiro órgão a implantar o SIADS com 100% de correção contábil, de acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional.

100% da gestão de material de consumo já é realizada pelo SIADS.

Reversão de imóveis à SPU

Foram entregues à Secretaria de Patrimônio da União 12 imóveis que abrigavam unidades do Núcleo de Recursos Humanos e do Departamento de Fomento (antigo Dep. da Marinha Mercante) nos estados do Pará, São Paulo, Pernambuco e Rio de Janeiro.

Os servidores foram realocados para órgãos parceiros ou adotaram regime integral de teletrabalho, colaborando para a economia de recursos.

Desfazimento de bens

Como 2022 foi ano eleitoral, a maioria das transferências e doações de bens do MInfra foram destinadas a órgãos do próprio Poder Executivo Federal.

- Imprensa Nacional: 628 bens
- Ministério da Economia: 397 bens
- Ministério das Comunicações: 23 bens
- Presidência da República: 136 bens

Gestão Documental

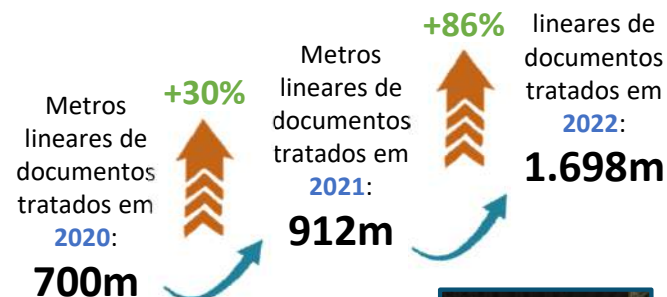
O Ministério da Infraestrutura progride a passos largos no projeto de reorganização geral dos arquivos da Pasta.

O objetivo é higienizar, digitalizar e reclassificar todo o acervo da Pasta, descartando os documentos sem valor arquivístico.

Estima-se um acervo de cerca de 45.000 caixas documentais, dos quais 40% já foram tratados.



Aumento da produtividade no tratamento de documentos (limpeza e troca de cartoneagem)



Em 2022, foram descartados mais de **13 TONELADAS** de documentos sem valor arquivístico!



Novo sistema eletrônico de informações e SUPER! MINFRA + SUPER.GOV.BR

O MInfra é um dos primeiros órgãos da Esplanada a migrar para o SUPER.BR

A adesão pioneira ao novo sistema de informações desenvolvido pelo Ministério da Economia exigiu intenso trabalho de preparação, testagem e acompanhamento das equipes de gestão documental e infraestrutura tecnológica. A ferramenta, mais moderna e dinâmica que o antigo SEII, permite maior independência na gestão documental e de segurança, além de integração facilitada com outros órgãos da administração pública.

3.3.2.5 Gestão de Tecnologia da Informação

Política de Governança de TI do MInfra



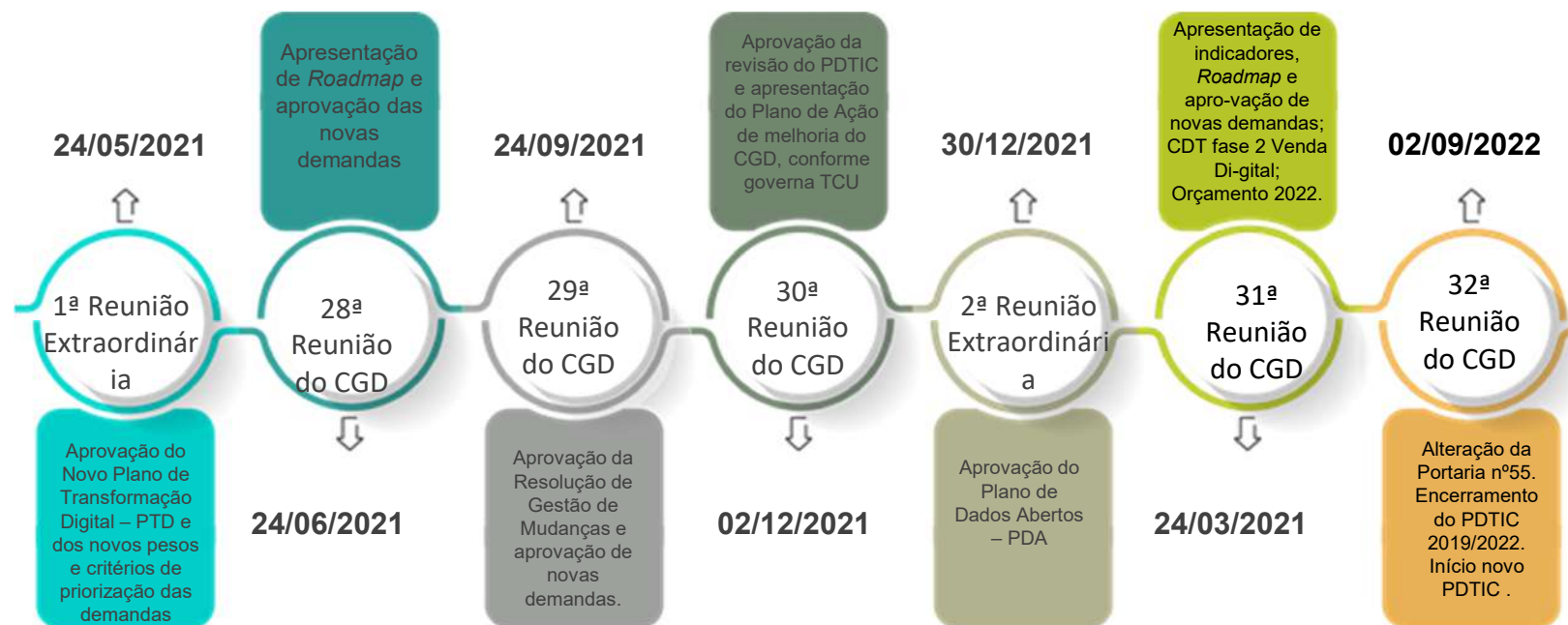
Política de Governança de Tecnologia da Informação do Ministério

A Política de Governança de TI do MInfra consolida uma visão integrada e aplicada ao contexto do MInfra em face do arcabouço de normas de Tecnologia da Informação. Com a publicação da Portaria nº 1.633/2022 foi alterada na composição do Comitê de Governança Digital - CGD e do Comitê de Segurança da Informação – CSI, que passa a ser presidido pelo titular da S-GETi. Ainda no contexto da política, foi alterado o Comitê de Infraestrutura do SISP – COSETI que passou a ser o Comitê Setorial de Tecnologia da Informação mantendo a mesma sigla, mas com composição alterada para abranger todas as unidades vinculadas ao MInfra.

Comitê de Governança Digital – CGD

O Comitê de Governança de Digital é um órgão de caráter permanente com funções consultivas e deliberativas, tendo como objetivo determinar as prioridades dos programas de investimentos em Tecnologia da Informação e Comunicações – TIC, visando assegurar a qualidade, eficiência e eficácia das atividades e ações que dão suporte ao cumprimento da missão institucional do Ministério da Infraestrutura (MInfra).

As ações do CGD deverão estar em consonância com ao Plano Estratégico Institucional - PEI, ao Plano Anual de Contratações de TIC - PAC/TIC e a Estratégia de Governança Digital - EGD da administração pública federal.



Comitê Setorial de Infraestrutura do SISP - COSETI

Aprovada a iniciativa de convite às vinculadas que não integram o SISP, conforme o disposto na Portaria 55, art. 22, § 4º. Apresentação do Diagnóstico de privacidade e segurança da informação da SGD.

11/05/2022



1ª Reunião 2022

Apresentação da Equipe S-GETI e dos Membros do COSETI, bem como da Estrutura de Governança do MInfra; Apresentação dos responsáveis pela área de TIC e das contratações MInfra 2022;

21/06/2022



Extraordinária

Compartilhamento dos projetos de integrações de dados com outros órgãos; Segurança da Informação. Adoção de Serviços de Computação em Nuvem pelo Governo Federal.

25/08/2022



Extraordinária

Aprovada a iniciativa de convite às vinculadas que não integram o SISP, conforme o disposto na Portaria 55, art. 22, § 4º. Apresentação do Diagnóstico de privacidade e segurança da informação da SGD.

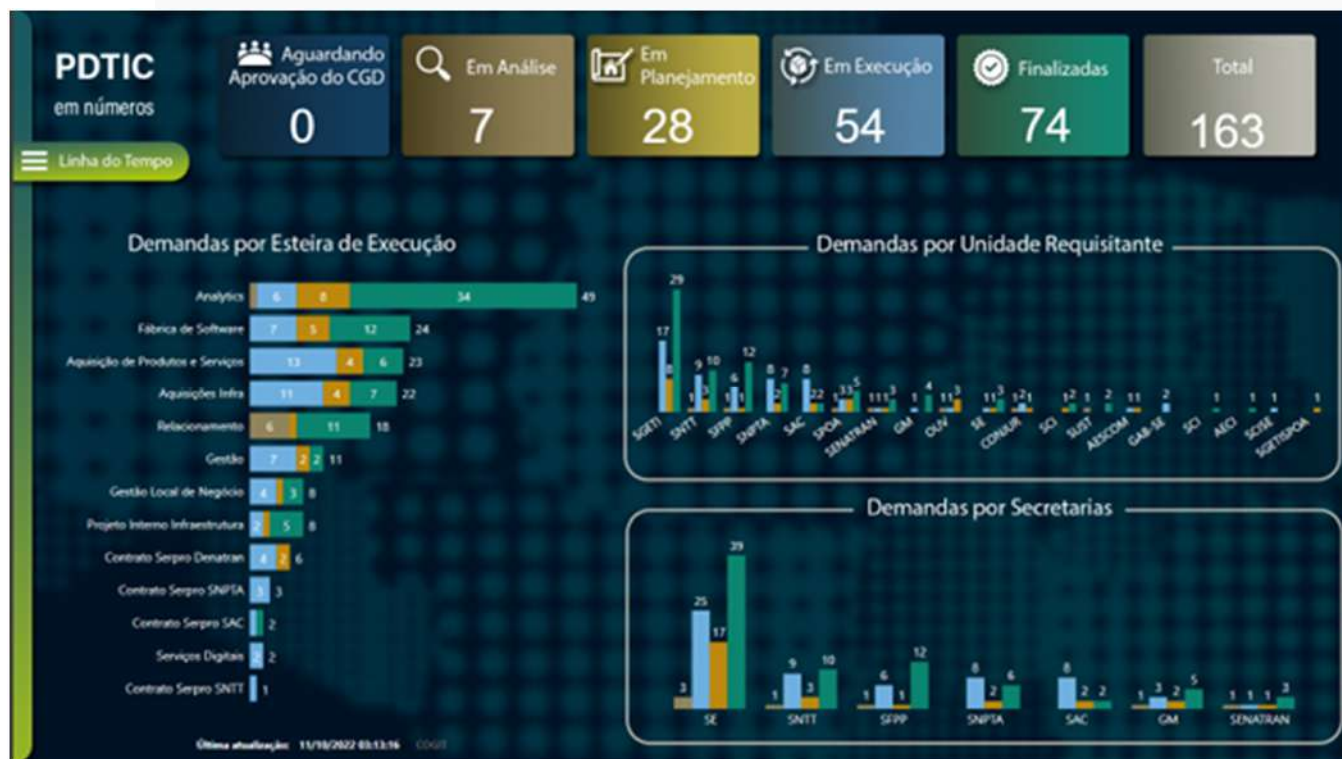
Apresentação da Equipe S-GETI e dos Membros do COSETI, bem como da Estrutura de Governança do MInfra; Apresentação dos responsáveis pela área de TIC e das contratações MInfra 2022; Compartilhamento dos projetos de integrações de dados com outros órgãos; Segurança da Informação. Adoção de Serviços de Computação em Nuvem pelo Governo Federal.

Avanços na Governança

- Lançamento do Ambiente Líder Infra
- Revisão dos Indicadores Estratégicos
- Revisão da Carteira de Projetos Estruturantes de Transformação Digital
- Gestão de Destaques Ministeriais
- Aperfeiçoamento da Gestão do Balanço Radar
- 3º Termo Aditivo do Serpro
- Reativação do COSETI
- Publicação do Ambiente de Governança de Dados

Principais Instrumentos da Gestão de TICs do MInfra

A Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação utiliza alguns instrumentos de gestão para a execução das ações de TIC da organização. Entre eles se destaca o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC). O PDTIC possibilita justificar a aplicação de recursos de TIC, minimizando o desperdício e garantindo maior controle, para aplicar recursos naquilo que é considerado mais relevante e, por fim, melhorando o gasto público e o serviço prestado à sociedade.



Principais Instrumentos da Gestão de TICs do MInfra

O PDTIC atualmente atende a 08 objetivos de TI, executa 21 ações, trabalhando sob a gestão de 15 metas. Das 163 demandas, 74 já foram finalizadas.

Índice de Governança e Gestão – IGG

Através do IGG o TCU verifica-se a evolução na capacidade de gestão dos órgãos públicos. O MInfra tem utilizado este indicador para avaliar os aspectos de governança, gestão de riscos e oportunidades de melhoria das entidades que o compõem

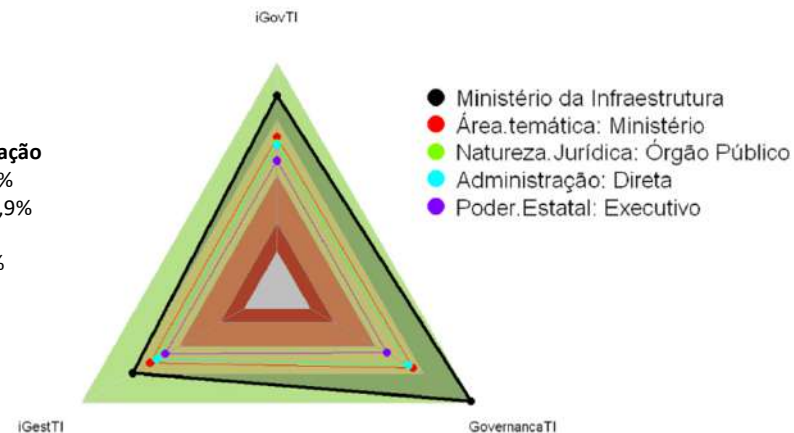


Painel Lidera Infra – IGG/TCU

A Subsecretaria de Gestão Estratégica, Tecnologia e Inovação (S-GETi) vem apresentando evolução na apuração do resultado do iGovTI. Em 2021, o MInfra passou da classificação inicial para aprimorado, evoluindo seu indicador de 42% para 68%, último estágio, demonstrando a eficácia da Gestão de TI nos últimos anos. Os indicadores avaliados são o Índice de Governança e Gestão de TI (iGovTI), Índice de Gestão de TI (iGestTI), Índice de Governança de TI (GovernançaTI). Em 2022, a S-GETi continua buscando aperfeiçoamento da Governança e Gestão de TI, a partir desses indicadores.

Faixas de Classificação

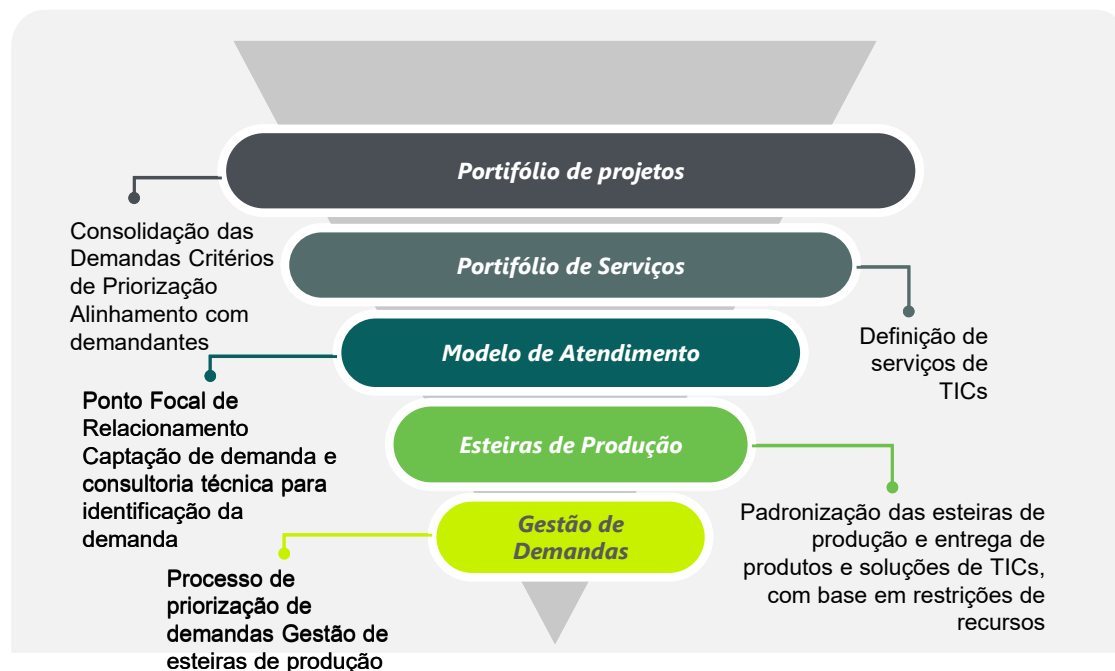
- APRimorado =70 a 100%
- INTermediário=40 a 69,9%
- INIcial=15 a 39,9%
- INExpressivo=0 a 14,9%



Painel Lidera Infra – IGG/TCU

Modelo de Relacionamento de TIC

O modelo de relacionamento de TIC foi desenvolvido e implementado com o objetivo de dar o adequado tratamento às demandas dirigidas à S-GETi. Em 2021 foi aprimorado de maneira que atualmente todas as demandas seguem o fluxo da figura ao lado. Em 2022, o modelo foi premiado com o selo Prata no Selo de Modernização do Estado.



Catálogo de painéis no Portal de Painéis (41 painéis catalogados)

Padrões visuais dos painéis estratégicos

Painel de Monitoramento dos Dados Abertos

Painel de Indicadores Portuários

Painel da Agenda de Sustentabilidade

Painel da Cadeia de Impacto (SUST)

Painel de Análise de Sentimentos (Twitter do Ministro)

Painel de Riscos (Agatha)—versão pública e versão gerencial

Painel de Supervisão Ministerial

Evolução do Painel Gerencial de Parcerias (SFPP)

Data Lake
Volumetria
500GB

Data warehouse
Volumetria
790GB

Portaria Embarque + Seguro
Data Mart de Riscos (Agatha)
Data Mart do Consumo de Serviços SENATRAN

Compartilhamento de dados com DNIT
Internalização dos dados de indicadores portuários

Atendimento da lista de necessidade de dados
Catálogo de Dados do Minfra
Catálogo de Dados das Vinculadas
Resolução do Catálogo de Dados
Capacitação dos Curadores de Dados
100% do plano de trabalho CGDI executado



9 Unidades atendidas

SAC, SE, SFPP, SNPTA, SNIT, SENATRAN, SUST, SPOA GM

Mapeados
36

Melhorados
27

Serviços no GOV.BR e percentuais de Integração:

	Minfra	DNIT	ANAC	ANTAQ	ANTT
Total Serviços	55	13	98	29	60
% Login Único	96%	92%	86%	55%	48%
% Módulo Avaliação	75%	75%	41%	36%	48%
% Pagtesouro	100%	0%	92%	100%	14%

93 Demandas do PDTIC tratadas pela esteira de relacionamento

PDTIC

17 projetos de Transformação Digital em **Execução**

Em Execução

13 projetos de Transformação Digital **concluídos**

Concluídos



Transformação Digital

O Plano de Transformação Digital (PTD) do MInfra está disponível no seu sítio na Plataforma GOV.BR através do link <https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/assuntos/transformacao-digital/arquivos/pdt-1706.pdf> dentro da página da Transformação Digital: <https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/assuntos/transformacao-digital>

O Plano de Transformação Digital do MInfra se encontra em execução, com término em dezembro de 2022. Ao lado tem-se o resumo das entregas do plano, por status:



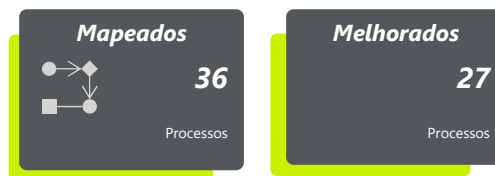
Gestão de Processos

O Escritório de Processos do MInfra, ao longo do 1º semestre de 2022, deu continuidade aos trabalhos com a SAC na validação, melhoria e análise de processos internos. Assim, um resultado obtido pela própria área foi a criação de um *App* de gestão de dados sobre aeroportos que recebem valores para investimentos.

Além disso, foi iniciado o levantamento de processos dos 3 novos Departamentos da SENATRAN. O resultado foi a melhoria de 2 processos críticos de um total de 5 processos que as áreas Os documentos e produção do Escritório de Processos estão disponibilizados na Intranet do MInfra (<https://minfraestrutura.sharepoint.com/sites/EscritriodeProcessos2>).

9 Unidades atendidas

SAC, SE, SFPP, SNPTA, SNTT, SENATRAN, SUST, SPOA GM



Gestão de Dados e Informações



- Catálogo de painéis no Portal de Painéis (45 painéis catalogados)
- Padrões visuais dos painéis estratégicos
- Painel de Monitoramento dos Dados Abertos
- Painel de Indicadores Portuários
- Painel da Agenda de Sustentabilidade – versão pública e versão restrita
- Painel da Cadeia de Impacto (SUST)
- Painel de Análise de Sentimentos (Twitter do Ministro)
- Painel de Riscos (Agatha) – versão pública e versão gerencial
- Painel de Supervisão Ministerial
- Evolução do Painel Gerencial de Parcerias (SFPP)
- Painel de Interdições e Ocorrências
- Painel de Necessidade de Dados
- Painel de Serviços Digitais
- Painel de Consumo de Serviços SENATRAM
- Portaria Embarque + Seguro
- Internalização da Base do DTE
- Internalização e automatização D-1 dos dados do RENACH, RENAVAL e Porto Sem Papel
- Compartilhamento dos dados do RENAVAL e RENACH com o DNIT, INSS, MJSP, DPF e PRF com D-1
- Data Mart de Riscos (Agatha)
- Data Mart de Empreendimentos
- Data Mart do Consumo de Serviços (SENATRAM)
- Data Mart da Estratégia
- Data Mart do ARFABR
- Internalização e compartilhamento da base RENAVAL
- Internalização dos dados de Indicadores Portuários
- Coleta e internalização de dados do Twitter do Ministro

Comitê de Governança de Dados e Informação - CGDI

Em 2022, o CGDI finalizou a execução do plano de trabalho proposto. As principais entregas desse plano foram:

- Catálogo de dados do Minfra;
- Catálogo de dados das Vinculadas;
- Levantamento das necessidades de dados;
- Atendimento da lista de necessidade da dados
- Resolução sobre catalogação de dados;
- Capacitação dos curadores de dados; e
- Automação de envio de e-mails de alerta aos curadores do Plano de Dados Abertos - PDA.

100% do plano de ação do CGDI executado

Gestão de Dados e Analytics

Em 2022, o Ministério avançou na gestão dos dados com a criação do catálogo de dados do Minfra e o catálogo de dados das vinculadas, potencializando a descoberta e a utilização dos dados internalizados no *Data Lake* institucional.

Ainda como avanço na gestão de dados, o Ministério publicou a Resolução Nº 5 - CGDI, de 1 de junho de 2022 sobre a catalogação de dados no âmbito do Minfra.

Para potencializar a produção de informação estratégica em 2022, o Minfra alavancou o nível de maturidade em *Analytics* e totalizou 43 painéis estratégicos, muitos deles desenvolvidos pelas próprias áreas após o incentivo ao *self service BI* e utilização de *data mart* criados e disponibilizados no catálogo de dados.

Além de novos *Data Marts*, os principais painéis desenvolvidos em 2022 foram:

- Painel de Monitoramento dos Dados Abertos;
- Painel de Indicadores Portuários;
- Painel da Agenda de Sustentabilidade;
- Painel de Análise de Sentimentos;
- Painel de Riscos;
- Painel de Supervisão Ministerial; e
- Evolução do Painel Gerencial de Parcerias.

Desenvolvimento de Soluções

De janeiro a dezembro de 2022, o Ministério da Infraestrutura desenvolveu soluções informatizadas com o apoio de serviços contratados de desenvolvimento (Contrato Administrativo nº 11/2021), com a alocação de profissionais terceirizados em projetos ágeis e a aferição de níveis de serviço, que quantificam e qualificam o trabalho realizado.

Por meio do referido contrato, foram realizadas atividades de desenvolvimento e de sustentação dos sistemas já operados no Ministério, que exigem atualizações tecnológicas, evoluções e correções ao longo de sua vida útil. Até o presente momento, o contrato alocou 21 (vinte e um) postos de trabalho do total de 30 (trinta) disponíveis.

6 (seis)
Soluções Publicadas

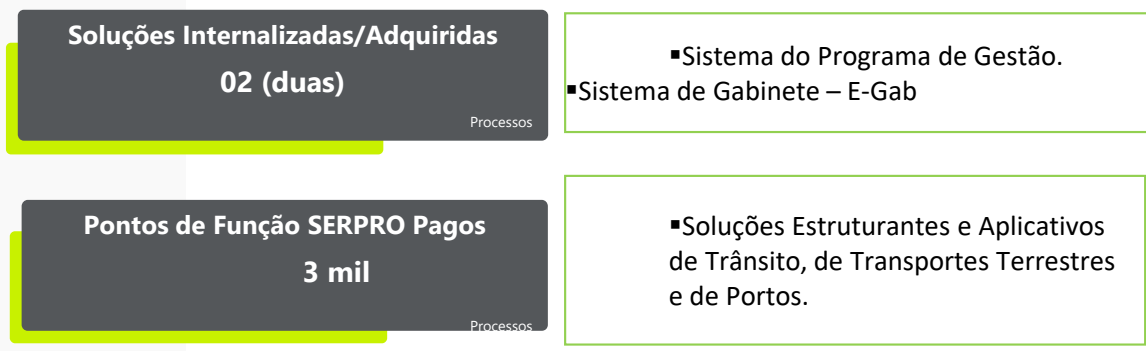
40
Sprints Ágeis Concluídas

41
Soluções Sustentadas

Além dos serviços contratados, a Coordenação de Desenvolvimento de Soluções – CODEV/CGST/SGETI realizou a internalização de soluções oriundas de outros órgãos da Administração Pública que se aplicam aos processos de trabalho do Ministério, gerando economia de escala e se aproveitando de experiências de sucesso.

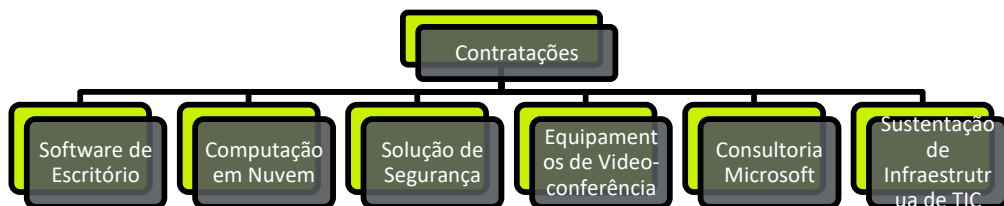
No mesmo sentido, a CODEV também cuidou para que softwares adquiridos junto ao mercado ou produtos de cooperação com outras instituições fossem adaptados e incorporados ao ambiente operacional do MINFRA.

Ademais, as atividades de consultoria técnica em arquitetura de desenvolvimento e integrações, bem como a fiscalização contratual do principal provedor de sistemas informatizados, o SERPRO, foram realizadas pelo time de desenvolvimento.



Infraestrutura Tecnológica

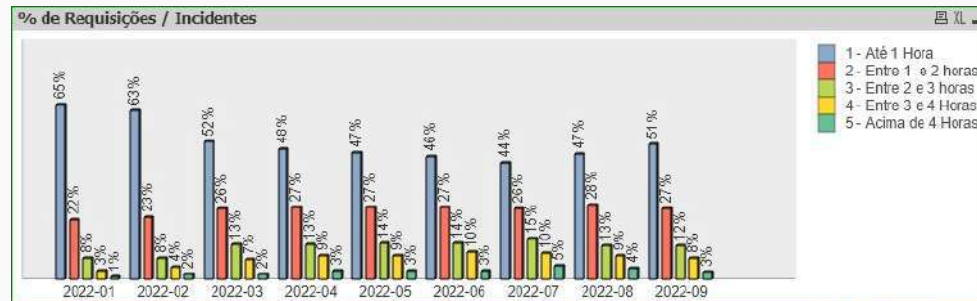
Em 2022, importantes projetos foram conduzidos para aperfeiçoar a infraestrutura disponível e melhor atender à demanda de serviços existentes, os quais originaram 6 (seis) importantes contratações, já concluídas.



A Central de Serviços de TIC do Ministério da Infraestrutura atendeu a 14.232 chamados de suporte ao usuário, numa média de 1.300 chamados por mês. Grande parte dos chamados (77%) foi atendida em até duas horas após seu registro. A avaliação do serviço é da ordem de 95% entre os satisfeitos e muito satisfeitos do universo de usuários respondentes da pesquisa de satisfação.



No período, a Coordenação de Infraestrutura Tecnológica (COINT) realizou 6.507 mudanças nos serviços de TIC, gerenciadas pelo Processo de Gerenciamento de Mudança instituído pelo Comitê de Governança Digital do MInfra. Destaca-se a implantação do Sistema Único de Processo Eletrônico em Rede (SUPER), em substituição ao Sistema Eletrônico de Informações (SEI), como uma das mudanças importantes no referido período.



Infraestrutura Tecnológica

Segurança da Informação e Comunicações

Durante o ano de 2022, foram realizadas algumas ações de Segurança da Informação e Comunicação de destaque:

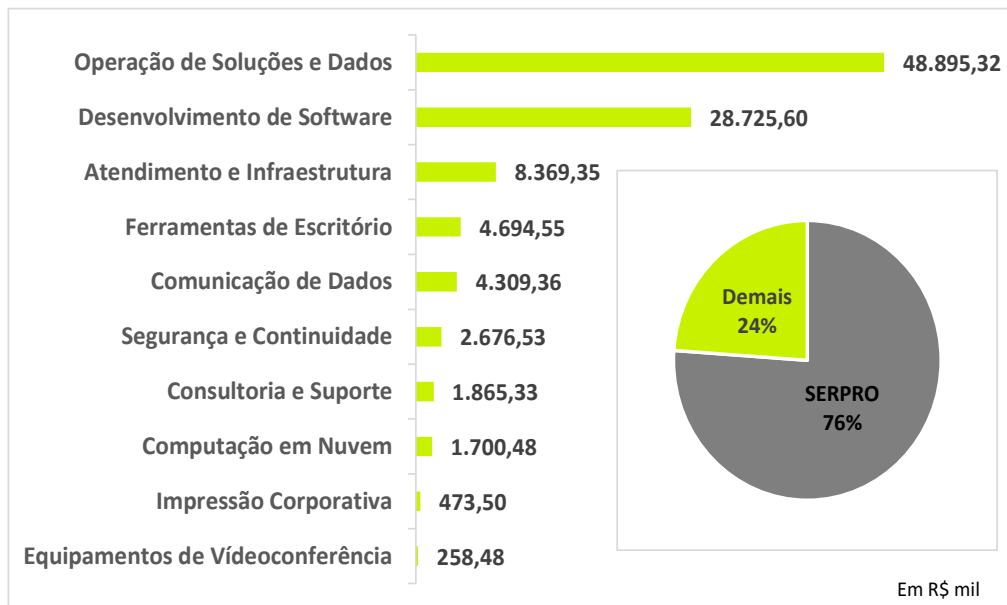
- Adesão ao PPSI - Programa de Privacidade e Segurança da Informação do Governo Federal, com a definição de plano de ações anual.
- Formalização da ETIR - Equipe de Tratamento de Incidentes Cibernéticos do MInfra, já com a composição publicada;
- Composição do Programa Startup.Gov denominado SEG TIC – Infraestruturas Eficientes e Seguras, junto ao Ministério da Economia;
- Implantação da Política de Backup dos dados e das soluções tecnológicas do Ministério.
- Implantação do Processo de Gestão de Mudanças dos ativos e serviços de Infraestrutura de TIC

Disponibilidade dos Ambientes

A disponibilidade dos principais serviços e sistemas do MInfra alcançou percentuais de nível de serviço acima do esperado. Destaque para o Sistema SEI, com 99,99 % de disponibilidade; Correio Corporativo, com 100%; Serviço de Banco de Dados, com 99,72% e Serviço de Armazenamento, com 100%.

Contratos e Orçamento

O Ministério da Infraestrutura mantém 19 (dezenove) contratos de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação, para diversos objetos e frentes de atuação. De tal contingente, se destaca o contrato com a empresa pública SERPRO - Serviço Federal de Processamento de Dados que, entre outros serviços, opera as soluções tecnológicas ligadas aos segmentos de Trânsito, Portos e Aviação Civil, no valor de R\$ 97,6 milhões.



Total Contratado: R\$ 97,6 milhões

As contratações relevantes de TIC foram realizadas em conformidade com as metas, objetivos e planejamento estratégico do Órgão e estão associadas às soluções oferecidas para o aprimoramento, eficiência e continuidade dos trabalhos desenvolvidos.

Durante o ano de 2022, foram identificadas necessidades das seguintes novas contratações, que se incorporaram ao portfólio de capacidades do Ministério:

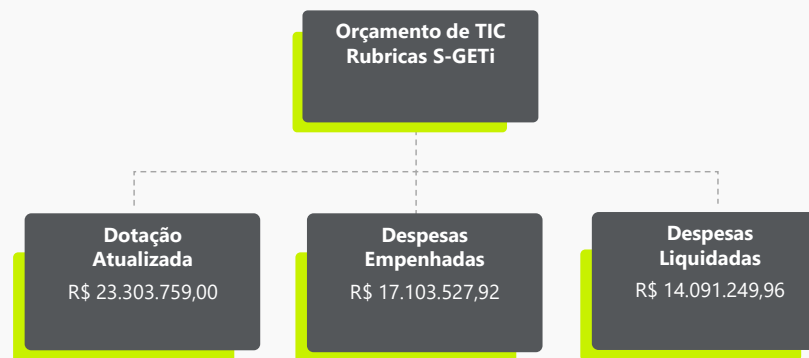
▪Licenciamento de Software de Escritório (Microsoft 365)

- Serviços de Manutenção de Software de Apoio a Gabinete
- Serviços de Computação em Nuvem
- Sistema E-Gab
- Solução de Segurança da Informação
- Equipamentos de Videoconferência
- Notebooks
- Consultoria em Ferramentas Microsoft



O orçamento de TIC consignado ao MInfra, por meio do Orçamento Geral da União, em 2022, é da ordem de R\$ 120,5 milhões. Tal orçamento é oriundo de recursos do Tesouro Nacional e de fontes específicas, como as ligadas ao Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito - FUNSET, em ações e planos orçamentários específicos.

Os recursos são executados pela S-GETi - Subsecretaria de Gestão Estratégica, Tecnologia e Inovação, responsável pela Unidade Gestora 390096. Do total do orçamento de TIC, R\$ 23,3 milhões compõem rubricas de responsabilidade exclusiva da Subsecretaria.



De janeiro a dezembro de 2022, já foram empenhados R\$ 17 milhões nos diversos contratos, tendo o ritmo de liquidação alcançado a monta de R\$14 milhões.

3.3.2.6 Sustentabilidade Ambiental

Sustentabilidade corporativa

Cumprimento TOTAL da meta de redução do consumo de energia elétrica

Decreto Nº10.779/2021



O Decreto estabeleceu a meta de redução do consumo de energia elétrica no âmbito da administração pública federal, no período de set/2021 a abr/2022, de 10% a 20% em relação à média dos respectivos meses de 2018 e 2019.

Como resultado da campanha promovida pela SPOA e das ações de redução do consumo, o MInfra ultrapassou o teto da meta, obtendo redução total de 24% no período agregado.



TOTAL	Consumo atual (KWh)	Média mês 2018-2019 (KWh)	Redução
Setembro/21	315.304	442.125	-28,7%
Outubro/21	357.186	507.664	-29,6%
Novembro/21	363.186	490.347	-25,9%
Dezembro/21	342.011	435.493	-21,5%
Janeiro	368.066	449.474	-18,1%
Fevereiro	349.859	499.764	-31,4%
Março	426.557	327.625	-23,2%
Abril	390.705	492.212	-20,6%

As práticas de economia de energia foram mantidas mesmo após o fim da vigência do Decreto, com resultados igualmente positivos:

Maio	349.230	447.212	-21,9%
Junho	335.401	440.494	-23,9%
Julho	310.318	394.586	-21,4%
Agosto	294.331	421.812	-30,2%
Setembro	357.470	439.398	-18,6%
Outubro	366.605	504.926	-27,3%
Novembro	383.962	487.326	-21,2%
Dezembro	344.548	435.493	-20,1%

Desfazimento de automóveis

Em 2022, foram leiloados 6 automóveis da frota ministerial, veículos antigos e de baixa eficiência energética, reduzindo o volume de veículos do órgão, o consumo de combustíveis e gastos de manutenção.



Ponto de Coleta Seletiva

Foram implementados pontos de coleta seletiva dedicados no âmbito do Bloco R.

Os materiais recicláveis recolhidos são direcionados à Cooperativas de reciclagem do Distrito Federal, cadastradas junto à Comissão Interministerial de Coleta Seletiva MInfra-MCom.



Bicicletários

Como incentivo ao uso de alternativas sustentáveis de transporte, o MInfra oferece bicicletários, banheiros com chuveiros e campanhas de estímulo ao transporte limpo.



Campanha Adote um Copo

Iniciativa da COGRL/SPOA, foi instituída para estimular a redução do uso de copos plásticos descartáveis, por meio da distribuição de copos feitos com materiais recicláveis e reutilizáveis aos servidores e colaboradores da Pasta. Além do impacto ambiental positivo, a ação mitiga riscos de transmissão de doenças como a COVID-19, ao reduzir o compartilhamento de objetos de uso pessoal.



Crítérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições

No âmbito da gestão do MInfra, são adotados critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e contratação de obras e serviços, em acordo com o previsto na IN SLTI/MPOG n.º 01/2010, de 19/01/2010. Todos os editais para aquisições de bens e contratação de obras e serviços preveem os "critérios de sustentabilidade", conforme modelos disponibilizados pela AGU, em conformidade com o Decreto nº 7.746/2012.

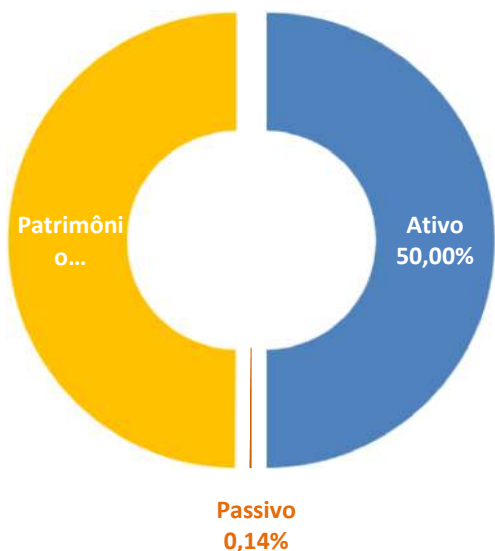
4

Informações orçamentárias, financeiras e contábeis



4.1 Gestão Contábil

Resumo da Situação Financeira Contábil da UPC



Os ativos representam 50% do Balanço Patrimonial do Ministério da Infraestrutura, no montante de R\$ 38.997.269.416,04, e compreendem os recursos financeiros e patrimoniais, controlados pelo Órgão em decorrência de eventos passados que resultarão em benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços. Com relação aos passivos, sua representação é de 0,14%, da ordem de R\$ 112.645.442,06, e representam as obrigações do Órgão oriundas de eventos passados que poderá resultar em desembolsos futuros ou potenciais de serviços. O Patrimônio Líquido é a diferença entre o total do Ativo e do Passivo, no valor de R\$ 38.884.623.973,98, correspondendo a 49,86% do Balanço Patrimonial, representa uma situação patrimonial positiva.

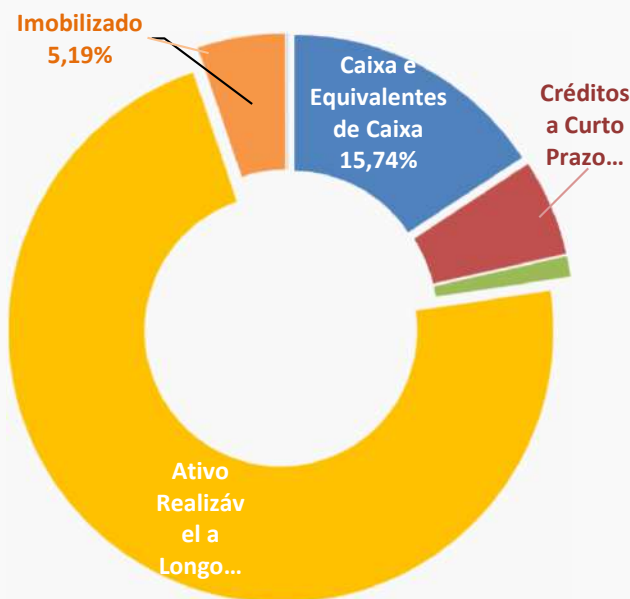
Dos ativos, o Ativo Realizável a Longo Prazo é o que possui maior representatividade com 72,12%, sendo composto por empréstimos e financiamentos concedidos, e créditos e valores a receber no longo prazo no saldo de R\$ 28.125.434.615,65. Em comparação ao exercício de 2021, verificou-se decréscimo de 12,71%.

O Caixa e Equivalentes de Caixa representam 15,74% do Ativo e correspondem a disponibilidades nos bancos, aplicações na Conta Única da União e os recursos recebidos do Tesouro Nacional com autorização para saque. Ressalta-se decréscimo de R\$ 4.375.676.711,04, com redução de 41,62%, em relação a 2021, devido a devolução de R\$ 10.264.180.975,64, conforme Portaria STN/ME nº 5.885, de 30 de junho de 2022.

Outro título contábil com valores significativos é o de Créditos a Curto Prazo representando 5,72% do Ativo. Em 2022, ocorreu decréscimo de R\$ 250.167.731,32, correspondente a 10,09%, decorrente da variação cambial e de pagamentos.

O Imobilizado corresponde 5,19% do Ativo, sendo composto pelos Bens Móveis e Imóveis. Em 2022, ocorreram decréscimos de Bens Imóveis de R\$ 463.285.120,86 e decréscimo de Bens Móveis de R\$ 1.087.540,83.

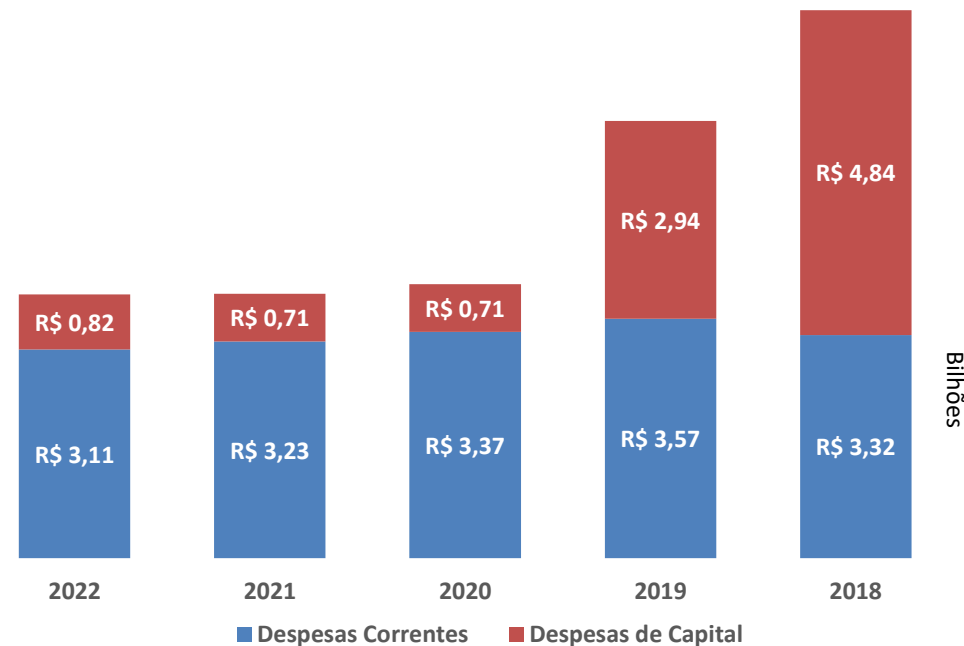
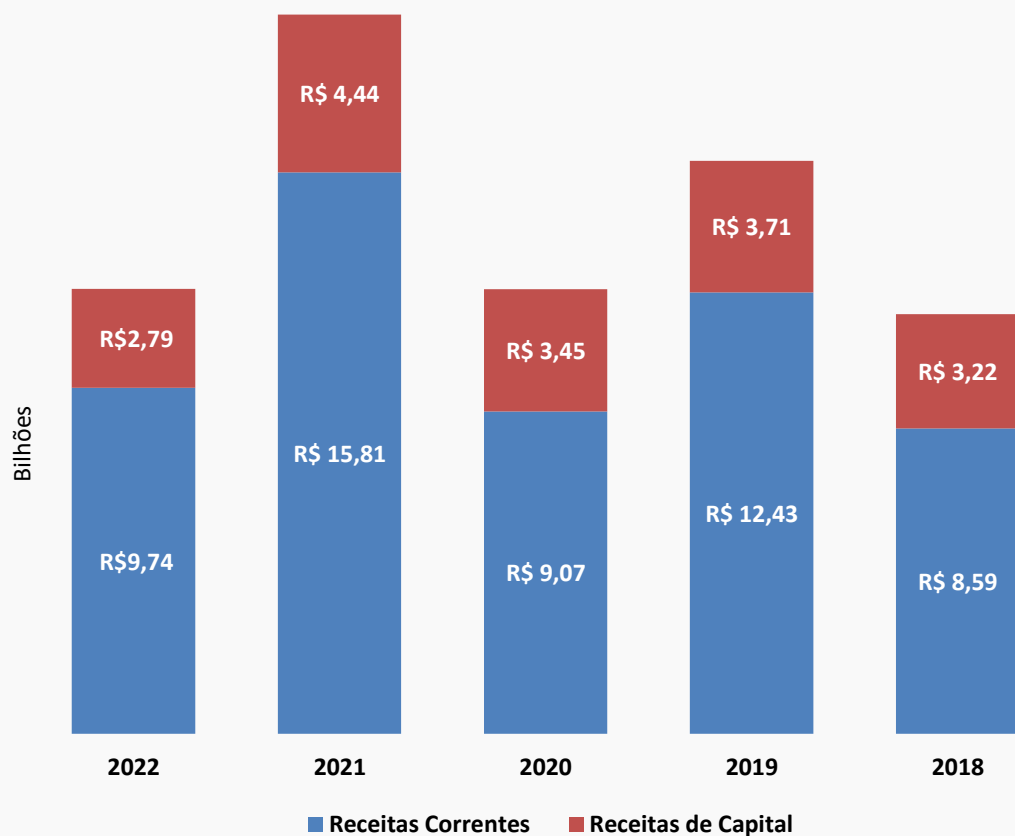
	Valor (bilhões)	%
Caixa e Equivalentes de Caixa	R\$ 6,137	15,74%
Créditos a Curto Prazo	R\$ 2,229	5,72%
Ativo Realizável a Longo Prazo	R\$ 28,125	72,12%
Imobilizado	R\$ 2,023	5,19%



O MInfra tem alcançado resultados positivos ao longo dos anos, acumulando saldo de R\$ 48.328.924.967,23.

No entanto, no ano de 2022, obteve resultado negativo de R\$ 8.314.749.717,14, que em comparação ao ano de 2021, constatou-se um aumento no resultado do exercício de 22,26%, mesmo tendo sido negativo. Este resultado negativo, em sua grande parte, foi devido a devolução de recursos ao ME após publicação da Portaria STN/ME nº 5.885, de 2022, conforme já mencionado.

Em 2022, as receitas arrecadadas foram de aproximadamente R\$ 12,527 bilhões de um total previsto de R\$ 14,531 bilhões, apresentando decréscimo de 38,16% em relação ao arrecadado em 2021 - R\$ 20,258 bilhões, em função das receitas de contribuições econômicas da cota-parte do AFRMM do FMM diminuir 45,86%, assim como recebimento a menor das outorgas aeroportuárias em 49,76% e redução das amortizações em empréstimos em 37,29%.



Em 2022, as despesas totais realizadas atingiram R\$ 3,928 bilhões, que, em comparação com as de 2021 – 3,936 bilhões verifica-se decréscimo de 0,22%. Das Despesas Correntes tal decréscimo foi decorrente de menor valor pago de pensões, aposentadorias e reformas.

As Despesas de Capital apresentaram variação positiva de 15,56%. Destaca-se, neste grupo, as concessões de empréstimos e financiamentos concedidos que aumentaram R\$ 222.349.689,90, entretanto ao longo dos anos vem diminuindo devido o órgão não ter utilizado muitos aportes de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital.

4.2 Principais fatos contábeis relativos à atuação e à situação financeira da UPC

Ocorreu baixa do Ativo Realizável a Longo Prazo no montante de R\$ 854.733,64, considerando as informações do relatório nº 175469, de Auditoria de Transportes – ano de 2005, processo SEI nº 50000.002854/2006-01, unidade auditada DNER-Sede, com a prestação de contas anual emitida pela Controladoria-Geral da União, ficando evidenciado que o Grupo Executivo não procedeu, na época, a transferência dos créditos oriundos do convênio que havia sido firmado pelo DNER com o Estado de Pernambuco a União. Este saldo havia sido transferido à Subsecretaria de Assuntos Administrativos - SAAD após o fim do Departamento Nacional de Estradas e Rodagens - DNER no ano de 2010, oriundos de um empréstimo ao Estado de Pernambuco. , conforme 2022NS000002.

Foi realizada transferência das salas da RFFSA, extinta em 2005, a SPU no saldo de R\$ 25.137.708,02 e da depreciação acumulada destas salas no montante de R\$ 1.031.269,27, possibilitando assim o encerramento da UG 390015 em janeiro de 2023.

Ocorreu baixa de Bens Imóveis referente a Obras em Andamento no valor de R\$ 508.624.730,83 que estavam registrados na SNPTA, a baixa ocorreu após reunião com representantes do MInfra e SPU. Esta última entendeu que a execução de obras e dragagem nos Portos Brasileiros referiam-se à manutenção e não benfeitoria e, por isso, deveria ser pago com recurso de custeio. Desta forma, o registro de obras em andamento no ativo imobilizado estaria indevido.

Foi realizada baixa de R\$ 180.134.177,28 de Estudos e Projetos da SNAC, , tendo em vista a nota técnica 7 e ofício 1090 da SNAC, uma vez que já haviam sido concluídos sem qualquer evolução no âmbito do Contrato 11/2013, para realização de obras, de modo que não careciam serem incorporados aos valores dos imóveis já registrados no SPIUNET.

Baixa de Softwares registrados na SNPTA no valor de R\$ 6.928.438,08 referente ao contrato do SERPRO – 29/2015, cujo objeto é a prestação contínua e ininterrupta dos serviços de manutenção de ambientes, desenvolvimento e manutenção de sistemas, consultoria técnica, atendimento especializado e certificações digitais, não sendo um software contratado, sim despesa com manutenção dos já existentes. Assim como saldo de R\$ 179.500,00 na SPOA-Adm que estava registrado em duplicidade no SIAFI.

Baixa de RPP no montante total de R\$ 5.528.000,00 na SNPTA referente a Adiantamento para Futuro Aumento de Capital em favor das Companhias Docas, sendo o valor de R\$ 1.500.000,00 em favor da CODESP, assim como o montante de R\$ 4.028.000,00 referente a CODESA.

Recebimento de R\$ 245.897.917,26 de aeroportos e R\$ 5.575.861,09 de aquartelamentos pela SNAC, estes aeroportos haviam sido transferidos da Infraero para a UG 110340, porém devido ato legal deve-se registrar na UG 390082 SNAC.

Ajuste para representação fidedigna referente a conta Financiamento Concedidos a Receber do FMM, devido saldo serem oriundos de 2014 e não baixado em 2015, sendo o valor repassado a cada ano até 2022, ficando o Financiamento Concedido reconhecido a maior, assim foi realizado baixa do valor de R\$ 470.246.311,56 com ajuste de exercícios.

Verificação dos procedimentos contábeis de Empréstimos e Financiamentos Concedidos, sendo adicionado o reconhecimento de Juros de Empréstimos por competência, para adequada apuração do resultado do exercício, conforme:

1. Ocorreu estorno das baixas de empréstimos do exercício de 2022;
2. Foi apropriado os juros a receber;
3. Realizado baixa dos juros pelo recebimento via GRU ,e;
4. Baixa dos empréstimos que foram reconhecidos como juros, para o saldo da conta de empréstimos não ficar superavaliado.

Todos os lançamentos ocorreram pelo saldo de R\$ 796.209.780,63, assim as VPA estão reconhecidas corretamente, de tal modo, como as contas de ativo.

Ocorreu baixa de depreciação acumulada no FMM pelo montante de R\$ 9.821,11 por transferência do saldo a SPU, de Salas transferidas no início do exercício, porém a depreciação acumulada somente foi transferida no mês de dezembro.

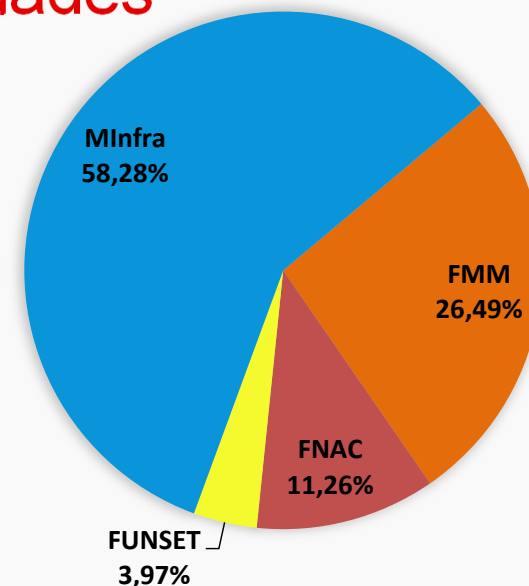
4.3 Normas legais e técnicas adotadas nas atividades orçamentárias, financeiras e contábeis da UPC

As informações constantes das demonstrações contábeis abrangem os dados da Administração Direta do Ministério da Infraestrutura e dos Fundos: Fundo da Marinha Mercante – FMM, Fundo Nacional de Aviação Civil – FNAC e Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito – FUNSET.

A conformidade contábil baseia-se nos procedimentos descritos no Manual SIAFI, nas macrofunções elaboradas pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, nas Normas Brasileiras de Contabilidade Pública Aplicadas ao Setor Público – NBC TSP, nas edições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP e nas legislações pertinentes ao assunto, visando garantir a integridade, confiabilidade e veracidade das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI, utilizado pelo Governo Federal para execução dos atos e fatos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

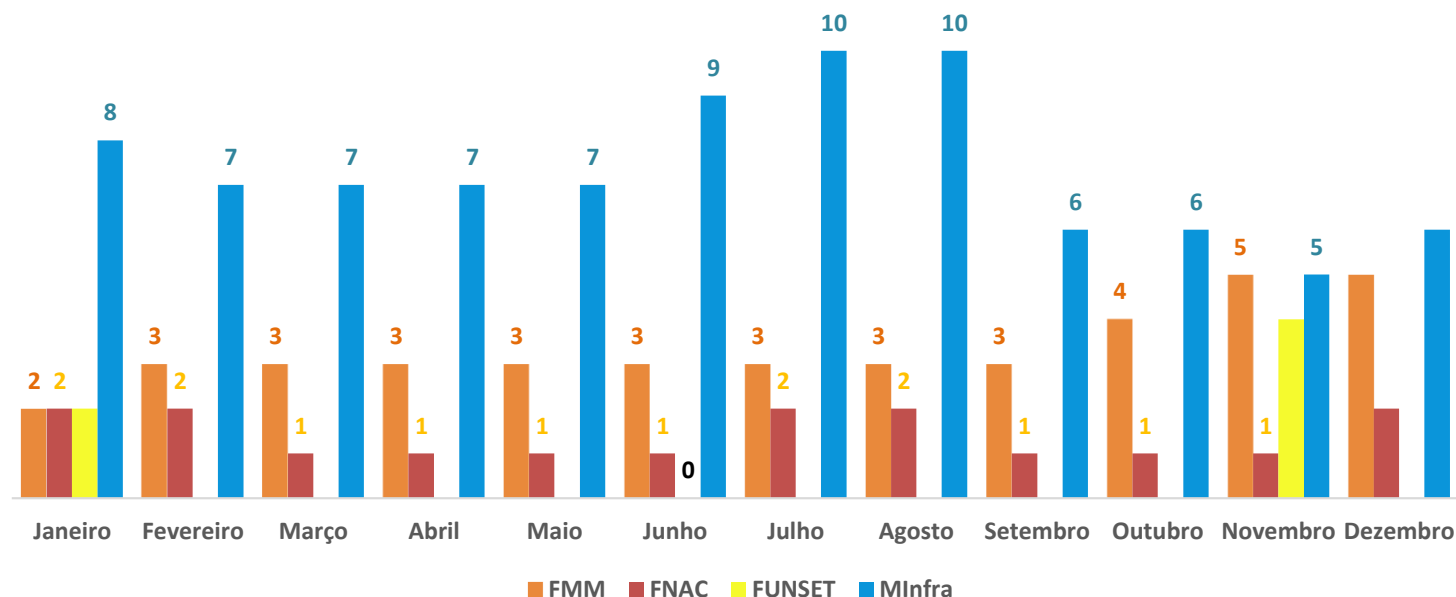
Utiliza-se, ainda, das seguintes ferramentas: Power BI, Tesouro Gerencial, planilhas de controles, elaboração de relatórios mensais, os quais são encaminhados às Unidades Gestoras discorrendo sobre restrições contábeis apontadas e lançamentos que necessitam ser analisados e, se for o caso, regularizados.

Com o objetivo de disponibilizar a informação e garantir fidedignidade dos demonstrativos contábeis, o controle se faz por acompanhamento diário dos balanços e das informações constantes do SIAFI, solicitando ajustes via telefone, e-mail, comunica SIAFI e ofícios, quando necessários.



No exercício de 2022 foram apontadas restrições contábeis, conforme evidenciado nos gráficos. Esses apontamentos são identificados, descritos os motivos e realizado acompanhamento nas unidades até a devida regularização.

O Minfra, em sua administração direta, possui o maior percentual das inconsistências contábeis identificadas – 58,28%; sendo, a maior parte registrada na Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviárias.

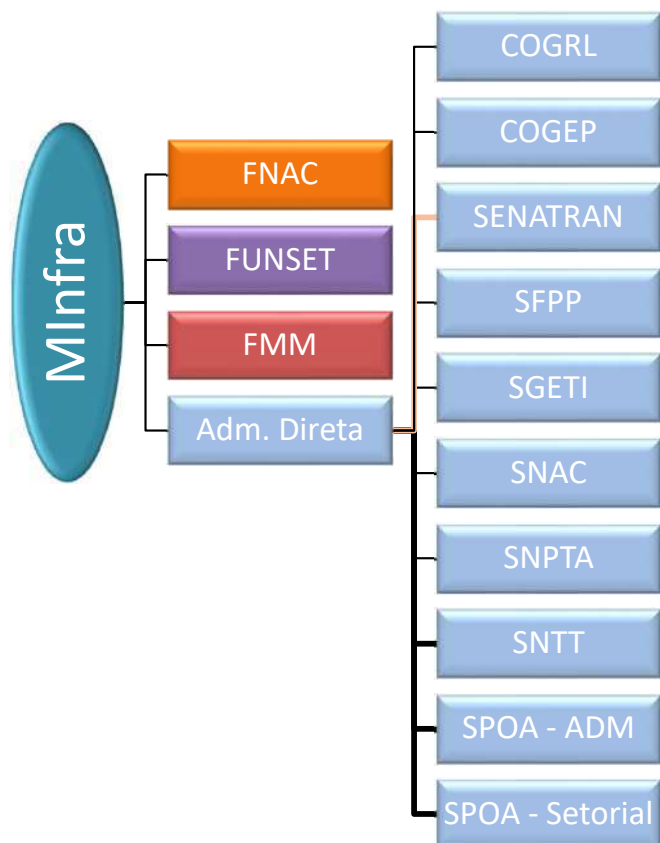


4.4 Informações dos Contadores da UPC.

Contador responsável por cada UPC tem como atribuição certificar que as Demonstrações Contábeis geradas pelo SIAFI estão em consonância com o disposto nas legislações pertinentes ao assunto, aos procedimentos do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e as macrofunções elaboradas pela STN.

No MInfra, inclusive os Fundos a ele vinculados, cada unidade gestora executora dispõe de um responsável pelo registro de Conformidade Contábil no SIAFI. Este registro compete, apenas, a profissional em contabilidade, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, que esteja em dia com as obrigações profissionais e devidamente credenciado no SIAFI para este fim.

Abaixo, observa-se a estrutura das Unidades Gestoras Executoras - UGE no SIAFI:



O MInfra conta com uma Setorial Contábil de Órgão Superior atuando na orientação das demais unidades gestoras executoras, objetivando evitar distorções nas Demonstrações Contábeis, prevenir a ocorrência de inconsistências no SIAFI, bem como interligar suas unidades e a Coordenação de Contabilidade da STN. No ano de 2022, os responsáveis que atuaram pela Setorial Contábil Superior e unidades gestoras executoras foram:

CCONT/MINFRA

- Ricardo Aguiar dos Prazeres – 01/01/2022 a 31/12/2022

FNAC

- Allan Augusto Wachholtz - 01/01/2022 a 31/12/2022

FUNSET

- Ricardo Aguiar dos Prazeres – 01/01/2022 a 31/12/2022

FMM

- Diego Jose da Silva Ramos - 01/01/2022 a 31/12/2022

COGRL

- Paulo Henrique Severiano Bastos – 01/01/2022 a 31/12/2022

COGEP

- Teresinha Maria Alves de Oliveira – 01/01/2022 a 31/12/2022

SENATRAN – Criação em 02/02/2022

- Ricardo Aguiar dos Prazeres – 02/02/2022 a 31/12/2022

SFPP

- Diego Jose da Silva Ramos - 01/01/2022 a 31/12/2022

SGETI

- Paulo Henrique Severiano Bastos – 01/01/2022 a 31/12/2022

SNAC

- Allan Augusto Wachholtz - 01/01/2022 a 31/12/2022

SNPTA

- Ricardo Aguiar dos Prazeres – 01/01/2022 a 31/12/2022

SNTT

- Ricardo Aguiar dos Prazeres – 01/01/2022 a 31/12/2022

SPOA – ADM

- Paulo Henrique Severiano Bastos – 01/01/2022 a 31/12/2022

SPOA – Setorial

- Marly Menezes Dantas – 01/01/2022 a 04/09/2022
- Fábio César de Carvalho – 05/09/2022 a 31/12/2022

4.5 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas

Demonstrativos Contábeis e Notas Explicativas do Exercício 2022 estão disponíveis por meio do link : <https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/aceso-a-informacao/transparencia-e-prestacao-de-contas/demonstracoes-contabeis>

As Demonstrações Contábeis são elaboradas em conformidade com a Lei nº 4.320/1964, o Decreto-Lei nº 200/1967, o Decreto nº 93.872/1986, a Lei nº 10.180/2001, a Lei Complementar nº 101/2000, com as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBCT SP) editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e com o Manual SIAFI, ambos da Secretaria do Tesouro Nacional.

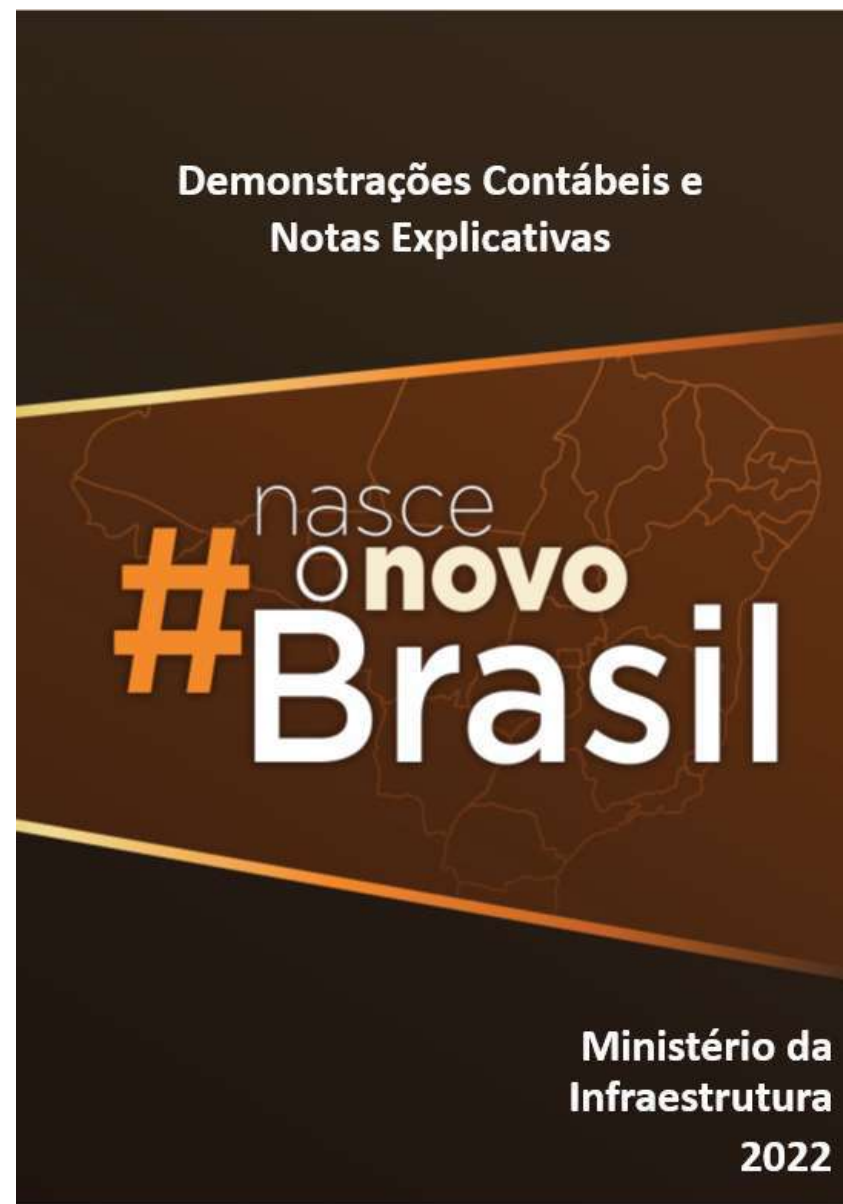
As Demonstrações Contábeis seguem o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro e são compostas de:

- Balanço Patrimonial (BP);
- Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- Balanço Orçamentário (BO);
- Balanço Financeiro (BF);
- Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC); e
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

Ministério da Infraestrutura

A Lei nº 13.844 de 18 de junho de 2019 (conversão da MP nº 870, de 1º de janeiro de 2019), na época, regulamentada pelo Decreto nº 10.368, de 22 de maio de 2020, e posteriormente revogado pelo Decreto nº 10.788, de 06 de setembro de 2021, quando aprovou a atual Estrutura Regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança do MInfra, além de remanejar e transformar cargos em comissão e funções de confiança.

Os relatórios das Demonstrações Contábeis do MInfra foram elaborados a partir das informações do Sistema Integrado de Administração Financeiras do Governo Federal (SIAFI), tendo como escopo os dados consolidados das contas contábeis das unidades gestoras executoras, que compõem sua Administração Direta e Fundos, integrantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).



5

Anexos e apêndices



5.1 Lista de siglas e abreviações

AECI - Assessoria Especial de Controle Interno
AESCOM - Assessoria Especial de Comunicação
AESINT - Assessoria Especial de Assuntos Institucionais e Internacional
AFRMM - Adicional ao frete para renovação da marinha mercante
AGEF - Rede Federal de Armazéns Gerais Ferroviários S.A
AGU - Advocacia-Geral da União
AL - América Latina
ANAC - Agência Nacional de Aviação Civil
ANTAQ - Agência Nacional de Transportes Aquaviários
ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres
APFD - Administração Pública Federal Direta
APT - Avaliação das Políticas de Transportes
ASCOM - Assessoria de Comunicação
ASSAM - Assessoria Socioambiental
ATIT - Acordo sobre Transporte Internacional Terrestre
BF - Boletim Financeiro
BGU - Balanço Geral da União
BNDES - Banco Nacional do Desenvolvimento
BO - Boletim Orçamentário
BP - Boletim Patrimonial
BPM - Business Process Management
BR-LEGAL - Programa de Segurança e Sinalização Rodoviária
BSC - Balanced Scorecard
CADIPP - Cadastro de Interessados Ponto de Parada
CAPPL - Consultar Andamento de Processos Livre
CBTU - Companhia Brasileira de Trens Urbanos
CC - Casa Civil
CDC - Companhia Docas do Ceará
CDFMM - Conselho Diretor do Fundo de Marinha Mercante
CDP - Companhia Docas do Pará
CDRJ - Companhia Docas do Rio de Janeiro
CDT - Canal Direto com os Transportes
CDU - Classificação Decimal Universal
CE - Comissão de Ética
CEG - Comitê Estratégico de Governança
CELAC - Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos
CETIT - Comitê Executivo de Gestão de Tecnologia da Informação e Informática dos Transportes
CGAA - Coordenação-Geral de Acompanhamento e Avaliação
CGCAP - Coordenação-Geral de Programação e Captação para o Desenvolvimento de Transportes
CGDC - Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade

CGJA - Coordenação Geral Jurídica de Assuntos Administrativos
CGMO - Coordenação-Geral de Modernização e Organização
CGRC - Comitê de Gestão, Riscos e Controles Internos
CGRL - Coordenação-Geral de Recursos Logísticos
CGTI - Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação
CGU - Controladoria-Geral da União
CIDE - Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico
CIL - Centro de Integração Logística
CLE - Corredores Logísticos Estratégicos
CNH-e - Carteira Nacional de Habilitação Eletrônica
CNRH - Conselho Nacional de Recursos Hídricos
COAD - Coordenação de Administração do Pessoal Ativo
COAP - Controle Organizativo a Ação Pública de Saúde
CODEBA - Companhia das Docas do Estado da Bahia
CODERN - Companhia Docas do Rio Grande do Norte
CODESA - Companhia Docas do Espírito Santo
CODESP - Companhia Docas do Estado de São Paulo
CODOMAR - Companhia Docas do Maranhão
COE - Contratos Operacionais Específicos
COEX - Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira
COGEP - Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas
COGETI - Comitê Gestor de Tecnologia da Informação
COINF - Coordenação de Infraestrutura de Informática
COGLC - Coordenação-Geral de Licitações e Contratos
COGRL - Coordenação-Geral de Recursos Logísticos
COMAP - Coordenação de Material e Patrimônio
CONAC - Conselho de Aviação Civil
CONAERO - Conselho Nacional de Autoridade Aeroportuárias
CONAGH - Comitê Nacional de Gestão Hidroviária
CONAPORTOS - Conselho Nacional de Autoridades nos Portos
CONIT - Conselho Nacional de Integração das Políticas de Transportes
CONJUR - Consultoria Jurídica
CONSETRANS - Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Transportes
CONTRAN - Conselho Nacional de Trânsito
CORREG - Corregedoria
COSIPLAN - Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento
COTEC - Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação
CPGF - Cartão de Pagamento do Governo Federal

CPPI - Conselho do Programa de Parceria de Investimentos
CREMA - Programa de Contratação, Restauração e Manutenção por Resultados de Rodovias Federais
CRLV-e - Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo Eletrônico
CTICS - Comitê Técnico da Indústria, Comércio e Serviços
CTLAG - Comitê Técnico de Logística da Agricultura e do Agronegócio
CVC - Contagem Volumétrica Classificatória
DAS - Direção e Assessoramento Superior
DEADE - Departamento de Avaliação e Desenvolvimento Estratégico
DECEX - Departamento de Educação e Cultura do Exército
DECON - Departamento de Concessões
DEDL - Departamento de Desenvolvimento e Logística
DEINT - Departamento de Informações de Transportes
DEPLAN - Departamento de Planejamento de Transportes
DEPTA - Departamento de Programas de Transportes Aquaviários
DEPTT - Departamento de Programas de Transportes Terrestres
DFC - Demonstração dos Fluxos de Caixa
DGTI - Desenvolvimento de Gestores de Tecnologia da Informação
DIBEN - Divisão de Benefícios
DICOP - Divisão de Concessão e Revisão de Pensão
DINOR - Divisão de Estudos e Normas de Recursos Humana
DITC - Divisão de Treinamento e Capacitação
DIVAP - Divisão de Cadastro de Aposentados e Instituidores de Pensão
DMPL - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
DNER - Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
DOU - Diário Oficial da União
DP - Direito de Passagem
DT-e - Documento Eletrônico de Transporte
DVP - Demonstração das Variações Patrimoniais
EF - Estrada de Ferro
EGA - Sistema Eletrônico de Gabinete
EGP-TI - Escritório de Gerenciamento de Projeto de TI
EPL - Empresa de Planejamento e Logística
ETAV - Empresa de Transportes Ferroviários de Alta Velocidade
ETC - Estação de Transbordo de Cargas
ETC - Estação de Transbordo de Carga

ETS – Comitê de Territórios e Sustentabilidade
EVTEA - Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental.
FCPE - Funções Comissionadas Técnicas do Poder Executivo
FEP - Fundo de Estruturação de Projetos
FG - Funções Gratificadas
FHWA - Federal Highway Administration
FICO - Ferrovia Integração Centro Oeste
FIOL - Ferrovia de Integração Oeste-Leste
FMM - Fundo da Marinha Mercante
FNAC - Fundo Nacional da Aviação Civil
FNS - Ferrovia Norte-Sul
FORMAR - Acompanhamento de Formação de Servidores
FRANAVE - Companhia de Navegação do São Francisco
FUNSET – Fundo Nacional de Segurança e Educação no Trânsito
GCN - Gestão de continuidade de Negócios
GEIPOT - Grupo de Estudos de Integração da Política de Transportes
GM - Gabinete do Ministro
GPWEB - Gestão de Projetos WEB
GT - Grupo de Trabalho
GTPE - Grupo de Trabalho de Peso por Eixo
HDM-4 - Highway Development and Management Model
HELP ONLINE - Guia prático de ajuda
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
IBRAM - Instituto Brasileiro de Museus
ICE - Índice de Conformidade Executiva
ICP - Índice de Pertinência Complementar Propositivo
IDE-T - Infraestrutura de Dados Espaciais em Transporte
IDG - Indicador de Desempenho Geral
iGG - Índice Integrado de Governança e Gestão Pública
IG-MInfra - Índice de Governança do Ministério da Infraestrutura
IIRSA - Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDE - Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais
InfraBR - Aplicativo para caminhoneiro gerenciar sua jornada
IP4 - Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte
IPC - Índices de Preços ao Consumidor

IPE - Índice de Porte Econômico
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPR - Instituto de Pesquisas Rodoviárias
IRAP – International Road Assessment Programme
ITE - Índice de Temporalidade Executiva
ITP - Índice de Temporalidade Propositivo
JEO - Junta de Execução Orçamentária
LAI - Lei de Acesso a Informação
LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados
LOA - Lei Orçamentária Anual
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MAPi - Meta Anual Projetada
MBC - Movimento Brasil Competitivo
MF - Ministério da Fazenda
MFN - Estudos para Implantação do Museu Ferroviário Nacional
MInfra - Ministério da Infraestrutura
MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MRE - Ministério de Relações Exteriores
MTPA - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
NEAT - Número Médio de Obras em Execução Acompanhadas por Técnico
NF-e - Nota Fiscal Eletrônica
NMAM - Número Médio de Ações Monitoradas no Ano
NMAT - Número Médio de Ações Monitoradas por Técnico
NMEA - Número Médio de Obras em Execução Acompanhadas
OAC - Obras de Arte Correntes
OFI - Operadores Ferroviários Independentes
OFSS - Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
OGU - Orçamento Geral da União
OMS - Organização Mundial da Saúde
ONTL - Observatório Nacional de Transporte e Logística
ONU - Organização das Nações Unidas
OTM - Operadores de Transporte Multimodal de Cargas
OUV - Ouvidoria-Geral
PA - Processo Administrativo
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
PAEA - Percentual de Obras em Execução Acompanhadas
PAG - Prima Associação dos Governos
PAM - Percentual de Ações Monitoradas
PAN - Plano Aeroviário Nacional

PANAC - Política Nacional de Aviação Civil
PCASP - Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
PCN - Plano de Continuidade de Negócios
PDA - Plano de Dados Abertos
PDTI - Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PEF - Pagamento Eletrônico de Frete
PEI - Planejamento Estratégico Institucional
PER - Programas de Exploração de Rodovias
PETIC - Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação do Setor Transportes
PFA - Posto de Fiscalização e Atendimento
PGEO - Plano Estratégico de Geoinformação do Setor Transportes
PGF - Procuradoria-Geral Federal
PGINF - Programa Gestão da Informação
PGPE - Plano Geral de Cargos do Poder Executivo
PHE - Plano Hidroviário Estratégico
PIAF - Postos Integrados Automatizados de Fiscalização
PIL - Programa de Investimentos em Logística
PIT - Planejamento Integrado de Transportes
PMGP - Programa Modernizando a Gestão Pública
PMI - Plano de Metas e Investimentos
PNCV - Programa Nacional de Controle Eletrônico de Velocidade
PNIH - Plano Nacional de Integração Hidroviária
PNL - Plano Nacional de Logística
PNLI - Plano Nacional de Logística Integrada
PNLT - Plano Nacional de Logística e Transportes
PNP - Plano Nacional de Paisagem
PNT - Política Nacional de Transportes
PNTH - Política Nacional de Transporte Hidroviário
PPA - Plano Plurianual da União
PPEi - Percentual de Participação do Projeto i
PPI - Programa de Parceria de Investimento
PPP - Parceria Público-Privada
PPV - Programa de Paisagem de Veículos
PROCREMA - Programa de Contratação, Restauração e Manutenção por Resultados de Rodovias Federais Pavimentadas
PRODEFENSAS - Programa de Defensas Metálicas nas Rodovias Federais
PROMEF - Programa de Modernização e Expansão da Frota de Transportes
PROPASS - Projeto da Rede Nacional de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros
PROSINAL - Programa de Sinalização da Malha Rodoviária Nacional
PSP - Plano Setorial de Parcerias
PSTT – Plano Senatorial de Transportes Terrestres

RAD - Reuniões de Avaliação do Desempenho
RAE - Reuniões de Acompanhamento da Estratégia
RDC - Regime Diferenciado de Contratação
RADEOSFS – Relatórios Anuais Demonstrativos de Execução Orçamentárias e Financeiras
REIDI - Regime Especial para o Desenvolvimento da Infraestrutura
RFB - Receita Federal do Brasil
RFFSA - Rede Ferroviária Federal
RNTRC - Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas
SAAD - Subsecretaria de Assuntos Administrativos – MT
SAC - Secretaria Nacional de Aviação Civil
SAECI - Sistema da Assessoria de Controle Interno
SAFF - Sistema de Acompanhamento e Fiscalização de Transporte Ferroviário
SAMS - Serviço de Atendimento Médico-Social
SAPPI - Sistema de alimentação Ações de Estados
SCA - Sistema de Controle de Acesso
SCEPL - Sistema de Consulta Extrema Controle
SCI - Subsecretaria de Conformidade e Integridade
SCIMO - Sistema de controle de Instrumentos Médico e Odontológico
SE - Secretaria Executiva – MT
SEAINF - Serviço de Articulação e Informação
SECR - Serviço de Cálculos e Remuneração – MT
SEGES - Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes – MT
SEI - Sistema Eletrônico de Informação
SEP - Secretaria Especial de Portos
SEPEN - Serviço de Cálculos e Pagamento de Pensões
SEREF - Serviço de Registro Funcional
SERPRO - Serviço Federal de Processamento de Dados
SEST - Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais
SFAT - Secretaria de Fomento para Ações de Transportes – MT
SFF - Sistema Ferroviário Federal
SFPP - Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias
SGD - Sistema de Gestão de Documentos
SGETI - Subsecretaria de Gestão Estratégica, Tecnologia e Inovação
SGF - Sistema de Gestão de Frotas
SGI - Sistema de Gestão Internet
SGINP - Sistema de Gestão de Impressão de Processos
SGON - Setor de Garagens Oficiais Norte
SGP - Sistema de Gestão Processos
SIADRE - Sistema de Avaliação de Desempenho e Regimento Interno
SIAEP - Sistema de Acompanhamento de Estudos e Pesquisas

SIAEX - Sistema de Extração
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira
SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIC - Serviço de Informação ao Cidadão
SICAF - Sistema de cadastramento Unificado de Fornecedor
SICAP - Sistema de Controle e Acompanhamento de Processos
SICAR - Sistema de Controle de Arquivo
SICONV - Sistema de Convênios do Governo Federal
SICPAG - Sistema de Controle de Pagamento
SICPAT - Sistema de controle de Pagamentos atrasados
SIGAT - Sistema de Gestão das Ações de Transporte
SIGEF - Sistema de Gestão Funcional
SIGESA - Sistema de Gestão de Licenciamento Ambiental
SIGPAC - Sistema de Gestão de Programa de Aceleração do Crescimento
SIGPLAN - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIGT - Sistema de Informações de Planejamento Regional de Transportes
SIMIC - Sistema de Microfilmagem
SIOP - Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
SIORC - Sistema de Orçamento
SIORG - Organização e Inovação Institucional do Governo Federal
SIPEC - Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal
SISAC - Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões
SISG - Sistemas de Serviços Gerais
SISP - Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação
SISPF - Sistema de Programação Financeira
SITRA - Sistema de Tramitação
SLTI - Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
SNAC – Secretaria Nacional de Aviação Civil
SNPTA - Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários
SNTT - Secretaria Nacional de Transportes Terrestres
SNV - Sistema Nacional de Viação
SOF - Secretaria Orçamento Federal
SOPHIA - Sistema de Gerenciamento de Bibliotecas
SPATIC - Sistema de Acompanhamento de Tecnologia da Informação e Comunicação
SPCE - Sistema de Painel de Controle de Eficácia
SPF - Sistema de Programação Financeira
SPI - Secretaria de Planejamento e Investimento Estratégicos
SPIUnet - Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União
SPL - Sistema de Passe Livre
SPNLT - Sistema Nacional de Pesquisa de Tráfego

SPNT - Secretaria de Política Nacional de Transportes
SPO - Subsecretaria de Planejamento e Orçamento – MT
SPOA - Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
SPU - Secretaria de Patrimônio da União
SREAP - Sistema de Recadastramento de Aposentado e Pensionista
STN/MF - Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda
SUST - Subsecretaria de Sustentabilidade
TAC - Termo de Ajuste de Conduta
TAV - Trem de Alta Velocidade
TCU - Tribunal de Contas da União
TED - Termo de execução descentralizada
TIC - Tecnologia da Informação e da Comunicação
TM - Tráfego Mútuo
TRC - Transporte Rodoviário de Cargas
TRF - Tribunal Regional Federal
TRIC - Transporte Rodoviário Internacional de Cargas
TRIIP - Transporte Interestadual e Internacional Terrestre de Passageiros
TUP - Terminais de Uso Privativo
TUP - Terminal de Uso Privado
UFF - Universidade Federal Fluminense
UFPA - Universidade Federal do Pará
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina
UG - Unidade Gestora
UGE – Unidade Gestora Executora
UNASUL - União das Nações Sul-Americanas
UPC - Unidade Prestadora de Contas
VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S. A.
VMDA - Volume Médio Diário Anual
Wi-fi - Rede Sem Fio
ZAL's - Zonas de Atividades Logísticas e Elaboração de Estudos Técnicos das Hidrovias.

